

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Seis de Fevereiro de Dois Mil e Vinte e Um

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas nove horas, teve início, no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve: -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “... Nós tínhamos combinado em reunião de líderes, e eu fiz essa comunicação a todos os senhores Deputados, que para tentarmos encurtar esta Assembleia Municipal, para estarmos aqui o menos tempo possível, que dispensaríamos a leitura dos documentos entregues. Aquela leitura que fazemos sempre extra tempo do PAOD. Mas, atendendo a que houve este contratempo, eu vou abrir a exceção e vou permitir que façam a leitura, não incluindo dentro daqueles sessenta minutos que temos para a discussão. Eu vou deixar ao vosso critério se quiserem fazer apenas a leitura do documento que não ficou disponível na plataforma, farão a leitura desse. Ou, se quiserem, fazer a leitura de todos os documentos que entregaram. Aquilo que eu pedia era que fossem o mais rápidos possível e que demorassemos o menor tempo possível. Dizer-vos, também, eu pedi à Sofia que distribuísse... eu fiz ontem à noite, escrevi eu mas a Recomendação é da Mesa da Assembleia, uma Recomendação que eu pedi à Sofia que entregasse a todos, e depois obviamente irá ser disponibilizada também na plataforma, uma Recomendação que iremos enviar, tal como consta aí da parte final, para o senhor Presidente da República, para o senhor Primeiro-Ministro, Ministro da Educação, o senhor Presidente da Assembleia da República e os Grupos Parlamentares, a propósito desta polémica toda - não sei se lhe chame polémica, se lhe chame dificuldade - que tem ocorrido com a suspensão das aulas presenciais e com as aulas online. Como eu digo aí na Recomendação, todos os dias surgem relatos de dificuldades. E achamos um bocadinho estranho que, passado este tempo todo, - o início da pandemia foi em março do ano passado, em março o primeiro confinamento, a pandemia surgiu em fevereiro - o Governo não tivesse planeado devidamente esta situação, nomeadamente com a distribuição dos prometidos equipamentos informáticos que foram prometidos e que não chegaram, e que tiveram, muitos deles, que ser entregues pelas Autarquias para colmatar as dificuldades que os alunos sentem, nomeadamente porque não têm equipamentos informáticos, nomeadamente porque não têm rede de internet, ou a que têm não é de qualidade, e, principalmente, a falta de apoio pedagógico às crianças. Todos nós sabemos que a escola é um fator, ou o principal fator de ascensão social e o maior fator de nivelamento social também. E, por isso, as crianças com mais dificuldades, as crianças de famílias mais vulneráveis, estão neste momento a ter uma dificuldade muito, muito, muito grande. A dificuldade é sentida por todas, mas as crianças das famílias mais vulneráveis são as mais afetadas. E espanta-me que não tivesse havido, da parte do Governo, uma preocupação com essas crianças e está a acentuar-se as desigualdades entre os miúdos. Há já estudos, inclusive, embora os estudos tenham que ser feitos a mais longo prazo, mas há já estudos que provam que estas dificuldades, estes prejuízos, nestes dois anos de aprendizagem, vão repercutir-se mais tarde, quer no mercado de trabalho, quer na vida profissional, pessoal, etc., desta geração que está a passar por isto. E, por isso, entendemos, a Mesa da Assembleia, fazer esta

Recomendação que iremos enviar, principalmente neste ponto mais importante. Estamos, se Deus quiser, à beira de começar a desconfinar e, portanto, à beira de começarmos a retomar as aulas presenciais. Mas é importante que agora, uma vez que o que está feito, está feito, e não vale a pena chorar sobre o leite derramado, mas é importante que agora, daqui para a frente, se pense em como é que se vai colmatar estas desigualdades que se acentuaram e como é que se vão minimizar estes prejuízos nas crianças. É importante que o Governo pense nisso. É importante que o Governo faça planos de recuperação deste atraso e que faça, na minha ótica já deveria estar a fazer, um levantamento das necessidades e que saiba quais são os grupos onde tem que atuar de uma forma mais acutilante, para que esses alunos que ficaram para trás possam recuperar e possam acompanhar os outros. Nós sabemos que as dificuldades são sentidas por todos. Mas também sabemos que as crianças de famílias com mais capacidade, quer económica, quer intelectual, sentirão e conseguirão ultrapassar essas dificuldades de uma outra forma do que as crianças de famílias menos abastadas, com menor grau de intelectualidade, terão muito mais dificuldade em recuperar esse atraso. E, portanto, é importante que a escola e que o Governo e que o Ministério pense nisso e que tenha preparado um plano de recuperação para poder ajudar essas crianças. Daí o objetivo desta Recomendação. Eu distribuí a todos. Eu não vou ler, expliquei e disse mais ou menos o que está na Recomendação. Todos têm cópia e, portanto, dar-vos conta disso. -----

Agora, passaria ao primeiro grupo que entregou os documentos. Foi a CDU. Senhor Deputado Aires Diniz, pretende fazer a leitura ou vai dispensá-la uma vez que os seus documentos estavam disponíveis na plataforma? Sim, faz favor. -----

Eu peço desculpa. Eu, com esta história dos documentos, hoje esqueci-me de fazer as habituais... senhor professor, dá-me só dois minutos? Esqueci-me de fazer a comunicação das habituais substituições e da aprovação da ata da anterior Assembleia. Faço isso rapidamente. Dar-vos conta das substituições, então. Do Grupo Municipal do PSD, falta Luís Couto Paula e está substituído pelo João Manuel Costa do Rosário Bandurra; falta Sabina Mónica Soares Duarte que está substituída por António José Jorge Terras; falta Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes que está substituída pela Maria Teresa Alves Paula; falta Ana Cristina Capelo Gomes Pereira que está substituída pela Susana Maria Conceição Pires. Do Grupo Municipal do PS, falta José Alberto Varges Pires que está substituído pelo António Barbosa. Do Grupo Municipal do CDS, falta a Elsa Marina Lourenço Gonçalves Silva que está substituída pelo José Carlos Breia Lopes. Das Juntas de Freguesia, falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves, que é substituído pelo Secretário, Cristóvão Lajes Antunes. Falta o Presidente da Junta do Porto da Carne, Vítor Cunha, que está substituído pela Secretária, Cláudia Juliana Sousa Rebelo. Falta também o Presidente da Junta da Guarda, João José Pina Prata, que está substituído pela Isabel Maria Lourenço Tavares dos Anjos Martins. Falta a Presidente da Junta dos Meios, Maria Teresa Teles Cabral, que é substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento Pina. E falta também o Presidente da Junta de Freguesia da Faia, João Nunes, que é substituído pelo Secretário, David Almeida. ---
Punha, então, à votação a ata do dia quinze de dezembro.” -----

----- **Resultado da votação da ata do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte.** -----
- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa por esta inversão da ordem, mas está suprida a falta. Deixem-me só dizer uma coisa que também me esqueci, relativamente à Recomendação que fiz. Isso consta da Recomendação, mas dizê-lo aqui também para que conste em ata. Esta Recomendação resultou também de um trabalho de casa que fizemos, que foi pedir às Juntas de Freguesia, aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e às entidades educativas do concelho que reportassem à Assembleia Municipal as principais dificuldades que os alunos e as escolas tinham sentido na primeira semana de aulas online. E da contribuição deles, a quem publicamente agradeço a colaboração e o contributo, da colaboração deles e daquilo que nos fizeram chegar resultou estes três principais pontos que eu refiro aí na Recomendação como as maiores dificuldades que foram sentidas, que foi a falta dos equipamentos, a deficiente internet e a falta do acompanhamento pedagógico. Está feita a nota. Está feito o agradecimento público a todos, a quem agradeço as respostas que me enviaram. E, portanto, agora sim, senhor Deputado Aires Diniz. Peço-lhe desculpa, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu já agora acrescento que tenho vivido numa zona onde, às vezes, é difícil até telefonar. Na quarta-feira quis telefonar para a minha mãe, tive de tentar quatro vezes para conseguir falar com ela. E tem sido uma constante naquela região. Pronto, eu só vou aqui ler a Recomendação sobre o suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade. «A aprovação da legislação que regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade remeteu para os órgãos executivos das Autarquias a sua aplicação direta. A Assembleia Municipal da Guarda, em quinze de dezembro de 2020, deliberou instar a Câmara Municipal a proceder à sua aplicação de modo a permitir que o suplemento passe a ser devido a partir de 1 de janeiro de 2021,» soube ainda ontem que ainda não foi aplicado esse suplemento «reconhecendo ao conjunto dos trabalhadores definidos no âmbito da Lei o grau mais elevado de penosidade e insalubridade. Recomenda-se por isso a aplicação do suplemento de salubridade e penosidade aos trabalhadores que realizam tarefas de risco, designadamente nas áreas de higiene urbana.» -----

Depois, há muitos anos que estou preocupado com esta questão do património arquivístico e agora fiquei ainda mais preocupado quando soube que o património do arquivo histórico da Associação Comercial, sob o qual eu trabalhei há catorze, quinze, ou dezasseis anos, o trabalho foi feito durante vários anos, esse arquivo histórico, que eu trabalhei só numa parte, ou seja, fiz um resumo, está nas mãos de um particular em Pinhel, ficando a nossa cidade mais pobre. E isso junta-se a outros problemas relativos aos arquivos. Portanto, eu vou ler aqui a Moção da CDU. «Moção em Defesa do Património Arquivístico. Tem o eleito da CDU sido abordado por diversos munícipes que estão preocupados com o destino do Arquivo Histórico da Associação Comercial da Guarda, que se juntam aos muitos que estão preocupados com a conservação do Arquivo Municipal da Guarda, da Escola do Magistério Primário,» que está ali no Politécnico, quando acabar a pandemia vou trabalhar nela, nesse arquivo, «do antigo Liceu Nacional da Guarda, da Escola Comercial e Industrial da Guarda, sendo esta o resultado da luta dos comerciantes da Guarda e, ainda, de outros arquivos que

porventura existam.» Depois de ter escrito isto, lembrei-me também do arquivo do Hospital da Guarda e outros mais que há por aí. «Trata-se de elementos fundamentais para a construção da Memória da nossa cidade, concelho e distrito e, claro, do nosso país, valorizando, em simultâneo, a nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura, devendo por isso a Câmara Municipal da Guarda cumprir bem o objetivo de defender, proteger e preservar estes arquivos. Assim, em defesa da nossa identidade cultural, a Assembleia Municipal da Guarda apela à Câmara Municipal para que defenda, proteja e preserve os arquivos da nossa memória municipal, assumindo-se como sua guardiã efetiva.» Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu não tenho aqui comigo os documentos, peço desculpa. Do grupo parlamentar do CDS, temos também duas Recomendações. Não sei se querem ler, atendendo a esta exceção, ou se, como estão... faz favor, senhor Deputado José Carlos.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom dia a todos. É só uma coisa muito rápida. A nossa Recomendação tem a ver com a reposição de uma situação. Aliás, o acabar com uma situação para a qual a estrutura foi criada. Ou seja, a ponte pedonal de São Miguel sobre a VICEG, foi feita já há catorze anos, quinze, se não me engano, e continuamos com uma passadeira nivelada que obriga a parar o trânsito e com semáforos. Não faz sentido nenhum. É simples, bloquear e obrigar as pessoas a movimentarem-se pela parte de cima para evitar acidentes. É essa a nossa Recomendação. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Faz favor senhor Deputado Henrique.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Têm sido reportadas muitas situações de insegurança no Centro Coordenador de Transportes, a partir das dez da noite e horas mais adiantadas em que ainda chegam alguns autocarros. E era para a Câmara Municipal dar atenção a este problema porque, efetivamente, as pessoas estão preocupadas. Até porque a frequência, depois, a partir dessas horas, é um bocadinho estranha, inclusivamente com animais que têm aspeto pouco cuidado, portanto, animais meios abandonados. E isto tem criado alguns receios nas pessoas. Durante o dia, também tem havido alguns episódios que são reportados e que também merecem alguma atenção e algum cuidado, em termos de haver ali um acompanhamento daquilo que se passa. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passávamos agora ao grupo parlamentar do PS. Tem o Voto de Pesar pelo falecimento do Bruno Navarro e tem uma Moção sobre a economia local. O voto de pesar, infelizmente, não está na plataforma. Pretendem ler o Voto de Pesar? Faz favor, senhor Deputado Monteirinho.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Bom dia, senhora Presidente. Bom dia senhor Presidente, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores funcionários, comunicação social e população em geral que nos está a ouvir pelos meios digitais e também os Deputados que estão por meios digitais a acompanhar esta Assembleia. A leitura é muito rápida, é simples. Pretende que não se caia no esquecimento aquele que foi um dinamizador daquele espaço, que é uma porta de entrada para o nosso território, principalmente para o nosso distrito e para a nossa região, e que foi

uma luta das populações da década de noventa, não sei se se lembram: “as gravuras não sabem nadar”. E, portanto, era importante referir este lamentável acontecimento. «Bruno Navarro foi Presidente da Fundação do Côa desde 2017. Faleceu inesperadamente a 30 de janeiro, como todos sabemos. Bruno Navarro tinha um currículo académico e profissional brilhante e defendeu, de forma ímpar, a história e a cultura de toda a nossa vasta região, tendo-a projetado no panorama nacional e internacional. Trabalhou o território como um todo, sendo a Fundação Côa a porta de entrada e a âncora de desenvolvimento de todo o território do interior, onde nos inserimos. O Parque Côa é o único sítio arqueológico de Portugal que é Património Mundial, não contendo apenas o aspeto turístico, mas também o aspeto científico e de investigação. Por tudo isso lembramos hoje aqui Bruno Navarro. O grupo parlamentar propõe um Voto de Pesar pelo falecimento e que seja dado conhecimento à família e à Fundação deste mesmo Voto de Pesar. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Pretendem também dizer algumas palavras sobre a Moção? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “Antes de mais, bom dia a todos. Para agilizar o processo não vou ler a Moção, espero que todos tenham lido a mesma. Contudo, só aqui dar duas ou três indicações. A criação deste voucher que eu proponho não é nenhuma novidade, nem a nível nacional, nem a nível de outros países. Visto que este Executivo tem investido bastante, ao longo destes últimos anos, na área do turismo com a realização de diversos eventos, e visto que não há possibilidade de concretizar os mesmos, poderá, sem dúvida, ser uma das formas de financiamento da criação deste voucher, a transferência destas verbas que não foram necessárias para o desenvolvimento de Feiras e outro tipo de eventos que eram feitos ao longo do ano. Acredita-se que pode ser uma grande possibilidade de captar também o turismo e de ajudar o pequeno comércio e a restauração local. No levantamento de alguma questão, a proposta que eu faço não é um voucher direcionado nem para os hotéis nem para o alojamento. O alojamento e os hotéis terão indiretamente o apoio da obrigatoriedade de este voucher só ser disponibilizado se o turista passar, pelo menos, duas noites no concelho e não apenas uma, mas sim direcionado diretamente para depois ser utilizado na restauração e no pequeno comércio local que queira aderir a este voucher. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passávamos ao grupo parlamentar do PSD. Temos também o Voto de Pesar que também não está na plataforma. Faz favor, senhor Deputado Aragão.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Bom dia a todos. «Voto de Pesar pelo falecimento do Deputado Municipal da bancada do Partido Social Democrata, Mário Nuno Ribeiro Sucena. O professor e dirigente desportivo morreu aos 54 anos na sequência de uma paragem cardiorrespiratória que o deixou em coma durante mais de três anos. O Nini, como era conhecido entre os amigos, viveu a vida sempre a topo. Homem de princípios, dedicou-se de corpo e alma a todas as causas em que se empenhava: na Direção do Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, onde era Professor; na Distrital do PSD; na Concelhia do PSD; na Direção da Federação Portuguesa de Voleibol; na Direção da Casa do Benfica; na Direção da Associação de Futebol da Guarda, como árbitro nacional de voleibol; como comentador desportivo na Rádio Altitude; na paixão pelas motas que partilhámos. A Guarda perdeu mais

um dos seus e ficamos mais pobres! Assim, pela sua forma de estar e pelo seu percurso de vida, proponho que a Assembleia Municipal delibere: 1º - Aprovar este Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Sucena, guardando um minuto de silêncio em sua memória; 2º - Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Sobre a Recomendação, pretendem também fazer alguma intervenção? Sim? Muito rapidamente, então, obrigada. Senhor Deputado Diogo.” -----

- **Deputado Diogo Isidro (PSD):** “Esta Recomendação é sobre o Plano de Recuperação e Resiliência, ao qual intitulámos um Plano de Recuperação para Motivar a Resiliência do Interior, ao qual vou passar à leitura. «A crise de saúde pública que há um ano estamos a atravessar, tem levado vidas, assolado o Sistema Nacional de Saúde, mudado a maneira como vivemos. E tem desencadeado a outra crise, a económica e social, cujas consequências vão ser, por muito tempo, indecifráveis. Como em qualquer crise, temos pela frente uma série de desafios que necessitam de resposta urgente. No entanto, há que olhar para o futuro e encarar este momento da nossa História como uma oportunidade. Uma oportunidade de reformar os setores essenciais do país. Mais uma vez, vem, e bem, a Europa ao resgate, presenteando o país com uma bazuca financeira para fomentar o investimento em setores essenciais, num plano que se foca na resiliência, transição climática e transição digital. A boa gestão deste dinheiro deve ser vista como a grande prioridade. Contudo, gera-se sempre um receio quando, uma tão grande quantia de fundos europeus, cai nas mãos daqueles tão bem habituados a geri-lo da pior maneira. Este plano revela isso mesmo. Nada mais é do que uma lista de tudo o que o Governo não investiu nos últimos quatro anos, que agora se propõe a concretizar sem qualquer critério ou coerência. Um plano que se esquece do interior, que esquece muitos dos setores severamente abalados pela pandemia, que esquece a iniciativa privada. Um plano que evidencia um evidente preconceito ideológico e coloca o país perante uma visão estatizante e terceiro-mundista. A agravar o conteúdo está também...»” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu peço imensa desculpa por interrompê-lo. Mas eu estou a dar conta que está a ler a Recomendação na íntegra.” ----

- **Deputado Diogo Isidro (PSD):** “Sim. Certo” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pronto, aquilo que eu lhe ia pedir era o seguinte. Atendendo a que aquilo que nós tínhamos acordado era que não se fizesse a leitura porque os documentos estavam disponíveis na plataforma. Atendendo a que alguns documentos não ficaram disponíveis na plataforma, por um problema informático ao qual somos alheios, mas que aconteceu, eu deixei ao critério de poderem ler os que não estavam na plataforma e poder explicar rapidamente os restantes. Aquilo que eu lhe ia pedir era que não fizesse a leitura integral deste documento, até porque dou conta que é enorme, e que tentasse abreviar o máximo que pudesse. Está bem? Muito obrigada pela atenção.” -----

- **Deputado Diogo Isidro (PSD):** “Passando àquilo que são as partes essenciais e os setores onde este plano vai investir, temos contemplados 936 milhões em áreas de transportes públicos apenas nas regiões metropolitanas de Lisboa e do Porto, assim como 833 milhões de

euros para infraestruturas em todo o País, cujo desígnio é a coesão, a competitividade e a inovação dentro da Península Ibérica. Neste caso, importa-nos perguntar o que é que o Governo entende por coesão e porque é que agora, que há meios financeiros, não se consegue reduzir ou acabar com as portagens. Também noutra âmbito, há dinheiro investido na saúde que esperamos que possa passar pelo Hospital da Guarda, para que possamos também ver esclarecidos aquilo que vai ser feito, ao invés de estarmos sucessivamente com promessas por cumprir. Importa dizer que se este plano e este reforço financeiro é uma bazuca, acho que devemos mudar o termo bélico para vacinas, e oxalá que corra melhor com o processo de vacinação, e dar ao Hospital da Guarda a devida injeção e permitir que não sejam apenas cuidados paliativos para aliviar a dor. Assim como esperamos que este atual Conselho de Administração, com estreitas relações com a Nacional do Partido Socialista, consiga também fazer disto uma bandeira pela Guarda e para a Guarda, ao invés de se preocupar apenas com ambições pessoais e candidaturas eleitorais. Finalmente, num tema também já referido aqui, a Educação será fiel depositária de 710 milhões de euros, que esperamos que sejam devidamente investidos no nosso concelho, nomeadamente na digitalização, na transformação e na modernização, porque temos visto, ao longo destes meses todos, o grande flagelo que tem sido para muitos alunos do concelho e que pode, naturalmente, hipotecar o futuro. Portanto, em suma, a nossa recomendação ao Governo é que se pense, de uma vez por todas, em reformar o país, que se deixe esta bacoca ideologia estatizante e sufocante, tão querida da esquerda, e se comece a abraçar as verdadeiras reformas que são, naturalmente, essenciais para promover o desenvolvimento do país e também o desenvolvimento do interior. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passávamos, agora, ao grupo municipal do Bloco de Esquerda que tem também uma Recomendação. Senhor Deputado Marco Loureiro, quer dizer umas palavrinhas, por favor?” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito bom dia a todos e a todas. Senhora Presidente, eu iria optar por ler na íntegra, porque tenho a certeza que irei demorar muito menos do que se fosse a abreviar, como já aqui aconteceu. Então, passo à leitura, até porque o tema assim também merece este respeito imenso. «Isentar a água e redução do saneamento e resíduos do concelho da Guarda. Tendo em conta ao momento que o país passa, em virtude da pandemia do Covid-19, obrigando ao isolamento/quarentena de todos e respetivo fecho de muitas empresas/comércio local, originando que muitas famílias e empresários tenham mais despesas, havendo mesmo um aumento do consumo de água em virtude da prevenção e controle da propagação do Covid aquando da lavagem frequente das mãos, maior frequência de lavagem da roupa lá em casa, mais realização de banhos lá em casa, de todo o agregado familiar, inerente a estas situações de ter que ficar confinado lá em casa, com filhos e tudo, e teletrabalho à mistura, todos compreenderão. As empresas com atividade suspensa, durante os sucessivos estados de emergência, continuam a ter que pagar no final do mês, mesmo não estando a faturar nada. Por tudo isto, o grupo municipal do Bloco de Esquerda, recomenda: isentar todos os agregados familiares da tarifa da água fixa e redução de 70% sobre saneamento e resíduos, até ao final do mês de maio; isentar todas as microempresas e comerciantes em nome individual da tarifa fixa de água até ao final de maio e redução de 50% sobre saneamento e resíduos, até ao final do ano. Temos consciência, senhor Presidente, que

tal medida terá impacto nas contas da Autarquia. Contudo, entendemos que situações de exceção merecem medidas de apoio direto. Sabemos, também, para terminar, que já há algo parecido, relativamente a descontos e até isenção, na programação da Câmara, relativamente à água e resíduos. A verdade é que, segundo o site da Câmara, terminam em janeiro. Não sei se o de fevereiro será, se o de março será. Agora, a verdade é que, pensamos nós, acrescentando desta maneira, como estamos aqui a apelar, certamente seria um apoio muito mais direto e iria fazer, de verdade, a diferença no final do ano nas contas, quer das famílias, quer propriamente das microempresas e respetivo comércio local. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu propunha, agora, que fizéssemos já o minuto de silêncio pelos dois Votos de Pesar e depois entrávamos na contagem do tempo do período antes da ordem do dia e passávamos à discussão, quem quisesse comentar algum destes documentos que foram apresentados, passávamos à discussão total. Pode ser? Fazemos já o minuto de silêncio pelos dois Votos de Pesar. Deixem-me só clarificar, para não haver dúvidas. Eu sei que os documentos têm que ser votados, alguns. As recomendações não, mas os outros sim. Aquilo que eu propunha era fazermos já o minuto de silêncio pelos Votos de Pesar. Entramos na discussão destes documentos, porque a discussão destes documentos já está inserida dentro dos tempos do período antes da ordem do dia. Fazemos a discussão e depois fazemos a votação deles. Fazemos a votação depois da discussão. Parece-me mais sensato. Está bem? Os Votos de Pesar? Podemos votar. Podemos fazer um minuto de silêncio e votar logo. Sim, está bem... ou isso, é igual, pode ser. Uma ordem ou outra, aqui é arbitrária. Mas podemos votar já os Votos de Pesar. Até podemos votar em conjunto, seguramente. Não acredito que haja votos contra, nem abstenções.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----
----- **Pelo falecimento de Mário Nuno Ribeiro Sucena** -----
- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----
----- **Pelo falecimento de Bruno Navarro** -----
- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Fazemos, então, o minuto de silêncio.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Deixem-me perguntar a quem está lá em casa. Estão a ouvir-nos perfeitamente? Estão a acompanhar tudo na íntegra? Sim? Isabel, Hugo, o Bruno não está, a Rosa, muito bem. A Teresa, sim. Está? Está a ouvir-nos perfeitamente, Teresa? Muito bem. Bom, então, agora sim, entramos nos tempos de contagem. E eu perguntava quem pretende intervir para comentar algum destes documentos que depois iremos pôr à votação. O senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Cumprimento a Mesa, o Executivo, todos os Vereadores presentes, todos os Deputados e Deputadas e todos os Presidentes de Junta, a quem nos está a ouvir em casa e a todos os presentes. Relativamente à Moção da defesa de património arquivístico, devo dizer que também é com preocupação que o grupo parlamentar do PSD olha para este tema. Mas também devo acrescentar que é com preocupação que a Câmara

Municipal olha para este tema. De facto, é verdade que não conseguiu, por algum tipo de razão que eventualmente o senhor Presidente poderá explicar, o facto de não ter comprado ou licitado este dito 15º Lote da Associação Comercial. Mas o interesse do Município sobre este assunto é de tal maneira que, neste momento, este arquivo já foi adquirido, e, devo dizer, até por um preço abaixo daquilo que foi licitado, o Município já adquiriu este espólio histórico importante. Relativamente a todos os outros que estão aqui referidos, devo dizer que acho que é da responsabilidade de cada uma das escolas tratar deste arquivo, assim como acredito, obviamente, que o arquivo do Município estará a ser devidamente tratado. Disso também não terei grandes dúvidas. Por aquilo que acabei de dizer, naturalmente, neste momento, esta Moção já não fará assim tanto sentido. Pelo que, uma vez que o assunto está devidamente tratado, iremos votar contra.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Só para clarificar, já agora, para clarificar e elucidar esta Assembleia. O que disse foi, senhor Presidente, por favor, o Município já adquiriu o acervo histórico? É isso? Muito bem, muito bem. Só para clarificar, então. Era informação que esta Assembleia não tinha. Sim, faz favor. Não, a ideia é falar logo de tudo. Sim, faz favor. Porque perdemos tempo nas mudanças e assim...” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Sim, eu peço desculpa, não tinha percebido. É assim. Relativamente à Moção do PS. Estou aqui a falar, como todos acho que sabem, um bocado falar em causa própria. Não vou dizer que esta Moção não tenha importância. Tem. Agora, a forma é que nos parece um bocado delicada, uma vez que estar a dar 90 euros a cada turista que vem à Guarda, falta aqui um bocadinho de sustentabilidade na proposta. Porque, senhor Deputado, vamos lá ver. Imagine que eu sou um turista que venho à Guarda sozinho. Dão-me 90 euros. Com esses 90 euros, dois dias, consigo cá dormir e nem pagar nada e, provavelmente, ainda me pode sobrar dinheiro que depois será investido, eventualmente, na economia local. A questão é se tenho um voucher de 90 euros, ou se tenho nove vouchers de 10 euros. Está a perceber? Como é que se faz a gestão disso? Depois, imagine que vem aqui um casal de turistas. São dois vouchers? Imagine que vem o casal com mais filhos. São três ou quatro vouchers? A questão aqui é esta. Nós temos que fazer contas, como é evidente. Quer dizer, e quanto é que isto poderia comportar? 100 mil? 1 milhão? Era bom que fosse 1 milhão, era sinal que tínhamos cá muitos turistas. O problema está em quantificar aqui esta situação. Não vou dizer que a ideia é má. Não é isso, entendam-me. É a concretização da própria ideia. Provavelmente, consideraria de outra forma, se em vez de ser um voucher 90 euros a cada turista que cá viesse, poderia ser um voucher de 30 euros a cada habitante ou cada família para gastar no comércio local. Isto, para mim, traria duas situações. A primeira era a ajuda à economia local, e a segunda, que eu acho muito importante, é uma situação que eu sinto que a Guarda não conhece bem os comerciantes, nem o comércio da própria cidade. Fartamo-nos de ir, e aqui também me incluo, comprar fora, quando temos cá dentro. E esta atitude era muito provável que conseguisse transmitir, a quem recebesse o voucher, obrigado a comprar no comércio local, que o comércio local tem tantas coisas, ou melhores, inclusivamente, do que noutras cidades vizinhas ou mais longínquas. Portanto, o voto contra da nossa bancada tem a ver com isto que acabei de dizer. Falta um bocadinho de sustentabilidade e, se calhar,

alterar aqui qualquer coisa. Compreendo a ideia, consideramos a ideia válida, mas de difícil execução.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Faz favor, senhor Deputado.”

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “Senhor Deputado, fiquei com duas dúvidas. Se está a propor uma alteração à Moção para que a mesma seja aprovada, já que acham a ideia válida. E, em relação ao voucher, fiquei aqui com uma dúvida que, se calhar, não estão a entender. O voucher não é para os hotéis, nem para alojamento. O voucher é para ser utilizado no comércio local aderente, e essa parte será a Autarquia a responsável por fazer o estudo do comércio local e da restauração que efetivamente se enquadra no parâmetro que deve ser aderente. Claro que não estou aqui a falar do McDonald's, nem por aí fora. Ok? Isso é um trabalho técnico que tem que ser feito pela Autarquia. Coloquei os 90 euros, numa fase inicial não estava para colocar valor do voucher, coloquei-lhe os 90 euros porque, do estudo que eu fiz de vouchers semelhantes que já estão a ser utilizados, não só no nosso país como lá fora, reparei que havia vouchers ridiculamente baixos. Não fazem sentido nenhum e penso que não captam e que não alcançam o objetivo que se pretende com a criação deste voucher, como vi, depois, também, outro tipo de valores que achei um bocadinho elevados para a Autarquia. Daí ter colocado. O porquê de 90 euros? Foi aquele valor até mais a nível nacional, porque descobri que até lá fora, noutros países, estão a fazer o mesmo. Cheguei a este valor porque measurei este valor e pareceu-me bastante válido. A parte técnica da aplicação do voucher, eu deixo à liberdade do Município. Não me cabe a mim fazer aqui um trabalho técnico de como é que deve ser feita a aplicação do voucher. Esta Moção tem só como objetivo que seja aprovada a criação de um voucher. Se quiserem que eu retire o valor, eu retiro o valor. Não há qualquer tipo de problema. Se quiserem adaptar o voucher à família, ou ao número de agregado, também toda a abertura. Dou essa liberdade, com uma Moção tão abstrata, à Autarquia. Não digo lá que é para título individual, não digo lá que é para família, propositadamente para dar liberdade ao Executivo para fazer aquilo que é necessário. Quanto ao valor, também não me cabe a mim decidir qual é o valor a ser disponível para este voucher, cabe sim aos técnicos que têm conhecimento da capacidade do Município para o fazer. Daí ser abstrata a minha moção. Se pretenderem que eu retire algo, estamos completamente, falo em nome da bancada do Partido Socialista, penso que estamos completamente abertos a que seja feita a alteração. Contudo, continuo a acreditar que isto seria uma mais-valia para o comércio local e para a restauração local, independentemente das condições que o Executivo, à posteriori, decidir de serem aplicadas. Daí a Moção ser bastante abstrata e simplista. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Tanto quanto percebi desta Moção, a ideia é basicamente uma taxa turística ao contrário. No fundo, é isso que vocês têm aqui. Nos outros sítios, são os turistas que pagam para ficar em determinado local. Aqui...” --

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “Não. A ideia é muito prática. A ideia é captar turismo...” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, eu percebi.” -----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “... assim que for possível isso acontecer. A ideia é que os turistas que vêm visitar a Serra da Estrela, em vez de dormirem na Covilhã, vêm dormir à

Guarda porque até têm um voucher para gastar nos restaurantes da Guarda e até no pequeno comércio da Guarda. A ideia é essa. É claro que estamos a falar em economia. É claro que a Autarquia, o Executivo, indiretamente, está a investir na captação da economia aqui para a nossa região. Para o nosso concelho, neste caso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Muito bem. Como eu disse, como nós dissemos, é efetivamente uma boa ideia e, volto a refutar, teríamos que alterar. A primeira coisa a alterar era efetivamente retirar o montante. Depois, e podemos deixar ao critério obviamente dos técnicos da Câmara, a forma como é que se deve fazer. Mas retirando o montante, que francamente acho que é bastante elevado. Isto não é a Câmara de Lisboa, como todos sabem. Mas a ideia que acabou de dizer, que isto pode ser uma mais-valia para trazer turistas para a Guarda, em vez de ficarem na Covilhã ou em vez de ficarem noutro lado qualquer, considero que sim, que é uma mais-valia ou que poderá vir a ser uma mais-valia para o comércio local. Portanto, retirando este valor e deixando o estudo de uma forma mais exequível ao Município, nós então iremos votar favoravelmente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Se bem atendi, a proposta do grupo do PSD, a redação seria qualquer coisa do género: que o Município da Guarda cria um voucher de valor a definir. Seria isso? E o resto mantinha igual? Está feita a proposta. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Evidentemente que o Partido Socialista aceita essa alteração. O que o Partido Socialista queria, com esta proposta, era fomentar a discussão e, pelo menos, competirmos com outros Municípios que estão a fazer algo semelhante. Assim sendo, nós aceitamos essas alterações e deixamos, evidentemente, ao livre arbítrio do Executivo Municipal, operacional...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Arbítrio não, senhor Deputado, arbítrio não.” -

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Não, a operacionalidade da entrega do voucher. É isso que eu quero dizer.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O apuramento do valor em concreto.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “O apuramento e a forma de o concretizar. Evidentemente que haverá uma verba alocada e destinada a um montante definido para realizar esse voucher. Agora, não podia deixar de dizer que isto é simplesmente a forma que o Partido Socialista encontra de dizer ao Executivo Municipal que existem formas expeditas de apoiar a economia local que ainda não estão em vigor no nosso Concelho. O senhor Presidente sabe muito bem e o Executivo Municipal sabe muito bem, e hoje vamos aqui discutir um regulamento, essa não é uma forma expedita de apoiar a economia de uma forma direta e objetiva. Aquilo que se está a passar nos outros Municípios aqui próximos é que criaram formas expeditas de apoiar o comércio, a indústria, o pequeno comércio, o empresário em nome individual, de uma forma muito mais expedita. E aquilo que está a acontecer no nosso concelho, a forma expedita que encontrámos foi, única e exclusivamente,

diminuir a taxa, e bem, da água, a taxa de resíduos. Mas não encontramos outras formas. Eu relembro ao senhor Presidente que, em abril de 2020, numa intervenção que fiz nesta Assembleia Municipal, nós propusemos a criação de uma linha de emergência para o comércio local. Um ano passado, apresentam-nos agora um regulamento, que iremos discutiremos e iremos falar acerca disso, que nos parece que já vem com o atraso que não deveria ter. Mas lá chegaremos a essa discussão. Queria só, em relação à Recomendação da Mesa da Assembleia, dizer o seguinte. Evidentemente que existem responsabilidades do Governo. Não estou aqui para defender o Governo. Não cumpriu e deve ser criticado por esse facto. Agora, não podemos é deixar que seja uma Recomendação deste género, única e exclusivamente sem salientar que existem responsabilidades de outras entidades também. Não é o Governo que vai colocar a rede de fibra ótica nalgumas localidades, nalgumas zonas do nosso país onde não existe. Isso cabe à iniciativa privada. Portanto, não é o Governo responsável por isso. Mas é responsável, e isso também devia aqui constar, que aqueles alunos que não têm os meios ao dispor ou que não têm ao dispor equipamento informático, ou não têm a rede para poder estar em casa, nas aulas, as escolas disponibilizaram um espaço para eles estarem dentro da própria escola a assistir às aulas. Isso é preciso referir aqui. Portanto, evidentemente que esta pandemia que vivemos vem criar maiores desigualdades. Isso é claro e objetivo, todos nós reconhecemos isso. Mas também é claro e objetivo que o Governo tem feito para apoiar todos aqueles que não podem, através das dificuldades financeiras que passam e não só, estão na escola a aprender. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Dizer-lhe, relativamente a isso, que obviamente a rede Internet não depende do Governo. Por isso é que um dos pontos que é recomendado é que diligencie, junto dos operadores, para que a rede Internet seja acessível a todos, e de qualidade, em todo o território nacional. Diligencie. Mas aos decisores políticos compete, essencialmente, planear. O poder decisório é essencialmente isso, tomar decisões e planear. E, neste processo todo, todos estaremos de acordo que o planeamento não foi aquilo que deveria ter sido e essa é que é a principal responsabilidade. E nós sabemos, também, e estão aqui alguns senhores Presidentes de Junta que poderão confirmá-lo, que há muitas crianças que estão em casa e a quem vão entregar fichas em suporte papel. Vão buscá-las à escola, vão levá-las a casa e depois recolhem em casa e vão entregar à escola. O que significa que não está a ser feito tudo o que devia ser para que essas crianças estejam a ter aulas online. Já o online é uma questão também, nós não estávamos preparados para isso. É todo um processo novo, é todo um historial novo de aprendizagem. E, portanto, isso afeta todos. Mas quando nós temos crianças em aldeias afastadas, que não têm grandes recursos, não têm computador, não têm rede de Internet, não têm pais que possam ajudar e acompanhar este processo todo de aprendizagem e não foram criadas redes de suporte para estas crianças, não foram disponibilizados... As Juntas de Freguesia todas têm, seguramente, e todas estariam disponíveis, tenho a certeza absoluta, para disponibilizar um espaço onde pudessem estar estas crianças que não têm acesso a computadores nem a internet, ou porque a rede não chega lá ou porque não têm mesmo, e estariam disponíveis, tenho a certeza absoluta, para disponibilizar um espaço, se fossem criadas as tais equipas pedagógicas, é uma denominação, pode ser outra qualquer, composta por um professor ou por dois e um auxiliar, que pudessem prestar apoio a estas crianças.

Porque uma coisa é estarem a ter o apoio de um professor, que pode explicar a matéria e que pode tirar as dúvidas. Outra coisa é estarem em casa completamente em autogestão, por sua conta e risco, porque não têm quem os possa apoiar. E estas crianças que, quando estão na escola, acabam por estar numa situação de paridade com os seus colegas que têm todos os recursos, e isso é uma oportunidade para essas criança, e por isso é que a escola, a educação, (quando digo escola, escola é no sentido amplo) por isso é que a educação é um fator de equidade e é o melhor e o principal ascensor social. Quando lhes é retirado isso e quando não se preparam as coisas para isso... e estou a falar nesta segunda vaga, não estou a falar da primeira. Da primeira, fomos todos apanhados de surpresa. Nesta altura, tudo isso devia estar a ser preparado. Como eu também espero que, nesta altura, já esteja a ser planeado e preparado aquilo que denominámos planos de recuperação do atraso, mas que pode-se chamar o que se quiser, mas que esteja a ser preparado um plano para, de certa forma, ajudar estas crianças que saíram mais prejudicadas. E todos nós sabemos de quem estamos a falar. Estamos a falar de crianças de famílias com menores capacidades e que precisam, vão precisar, urgentemente, de um apoio maior na escola para que possam recuperar todo este atraso. E isso é importante, sob pena de estarmos a hipotecar toda uma geração, como há pouco disse o Diogo e muito bem. Estamos a hipotecar toda uma geração, porque esta geração do meio vai ser ultrapassada pelos anteriores e pelos que vêm a seguir que não vão ter estes problemas. Se Deus quiser, esperemos que a pandemia se desvaneça. E é importante proteger estes jovens que são o nosso futuro. É nesse sentido esta recomendação. É mais no sentido de planejar, preparar e proteger estes nichos. Dificuldades têm todos, mas alguns precisam de ser mais protegidos do que outros. Muito obrigada. Quem mais para intervir, por favor? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Relativamente a esta matéria, é assim. Nós ouvimos, muitas vezes, dos nossos responsáveis políticos, do Governo, dizer que as escolas não eram locais de contágio. Eu comparo esta afirmação àquela que foi feita, em 2020, no início da pandemia, pela senhora Diretora Geral de Saúde, que era contraproducente usar as máscaras porque elas até podiam potenciar o contágio. Ora bem, na altura, não havia máscaras. Portanto, convinha desaconselhar o uso delas. Neste momento, já se fala até na possibilidade de usar duas. A questão das escolas é um pouco semelhante. Em 7 de abril de 2020, o senhor Primeiro Ministro prometeu um milhão e duzentos mil computadores para alunos e professores no início do ano letivo, e, chegou o início do confinamento e o encerramento das escolas, no início de 2021, e aquilo que percebemos é que não havia equipamentos. E a resistência ao encerramento das escolas resultava exatamente dessa falha do cumprimento da promessa. Portanto, conveio evitar ao máximo o encerramento das escolas, para não pôr a nu, no fundo, a falta nesta promessa. Relativamente aos planos de recuperação, não é fácil recuperar. Eu acho que aquilo que está definido, em termos de calendário escolar, para compensar o tempo que estivemos encerrados e o tempo em que estamos em aulas online, não é suficiente para recuperar os alunos. Eu acho que devia haver uma redefinição do início do calendário do próximo ano letivo. Ser empurrado mais para a frente. Os próprios exames, que só irão ser feitos, segundo parece, para o acesso ao ensino superior, serem empurrados todos para o mês de setembro e prolongar as atividades letivas o mais possível. Garantido, claro, também o cumprimento

dos períodos de férias, por parte do pessoal docente e não docente, durante o mês de julho. Porque eu pergunto, como é que se ensina uma criança a ler online? Como é que se ensina uma criança a escrever online? Isto é dramático. Não são só os mais frágeis que estão nestas circunstâncias. É a penalização que é, sobretudo, para os alunos do 1º e 2º ano, porque muitos deles só adquirem a leitura e a escrita já no início do segundo ano. Como é que se recupera esta gente? Portanto, eu acho que, aqui, devia haver um acerto nos calendários escolares, de maneira a estender mais o ano letivo do que aquilo que está previsto, empurrando também o início do próximo ano letivo para um período mais adiantado. Eu quero dizer que, relativamente aos alunos que têm algumas dificuldades em acesso à internet, eu acho que há escolas, agrupamentos, não sei se serão os dois, mas, pelo menos, um está a dar oportunidade a essas crianças de terem aulas presenciais, juntamente com os filhos de profissionais de profissões, digamos, essenciais. Portanto, aí está a haver algum tipo de resposta. Agora, tudo isto não basta. Efetivamente as dificuldades são muitas e realmente esta geração, as crianças desta geração vão ter sérias dificuldades no desenvolvimento do seu percurso escolar. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu não tenho aqui um relatório que a ANACOM fez sobre as várias fornecedoras de serviços de internet, mas todas elas têm deficiências de internet e telefónicas. Portanto, isto aqui também é o sinal que nós temos que controlar essas empresas, grandes empresas que não fornecem o serviço que nós precisamos, quer como pessoas, quer como investigadores, quer como alunos, quer como professores. Eu, pessoalmente, por exemplo, a minha casa de Coimbra tem fibra ótica. Mas tive que estar lá duas vezes porque, entretanto, o primeiro que lá foi para instalar aquilo, chegou e disse: não está cá nada feito, vou-me embora. E, depois, passado uns dias, foi lá outro e esse fez tudo. Assim como há em muitos sítios em que a própria PT... eu, por exemplo, na minha casa de Coimbra, paguei vinte e quatro megas, não sei de quê, durante anos, que não podiam fornecer. A certa altura, o funcionário da PT disse-me: a sua de casa só pode receber quatro megas. Eu paguei vinte e quatro megas durante anos. E, portanto, há aqui uma batota que tem que ser controlada. Ou seja, os reguladores, que é a ANACOM, tem que controlar mesmo. E nós sabemos bem que esse não-controle prejudica toda a sociedade. Estes últimos dias, eu tenho tido dificuldades em telefonar, porque, provavelmente, as linhas telefónicas que também suportam a internet, e não sei quantos, não estão adequadas. Claro que isto é um problema de pico. Na questão da gestão do fornecimento de certos serviços, há gestão de pico, digamos assim, quando as pessoas estão a ultrapassar certos limites castigam-nos com um preço. Agora, aqui, com a pandemia, não há picos. Ou seja, toda a gente tem direito a prosseguir a sua vida normal e, a certa altura, o sistema bloqueia. O que é que isto nos deve dizer, ou o que nos deve avisar? É que, quando acabar a pandemia, nós temos que obrigar as operadoras a terem os equipamentos necessários, porque elas todas batotam. Ou seja, fazem ver que está tudo muito bem. Ainda no outro dia estive a falar com duas pessoas e dizem-me que eles têm consciência de que há ali uma batota. Eles fazem ver que têm tudo bem e não está. Claro que isto, quando nós falamos aqui das crianças, dos pequeninos, os pequeninos têm que ter acompanhamento de um professor. Ou seja, o meu sindicato diz: nada substitui

um professor. Portanto, nós temos que dizer que é preciso professores. É preciso tratar bem os professores. É preciso que os professores sejam ganhos para as suas tarefas. É preciso saber aquilo que pode ser suprido por um não professor. Ou seja, eu sei que, por exemplo, nesta pandemia, eu uso muitos recursos que estão na internet e que me permitem ultrapassar as dificuldades de não ter acesso aos arquivos. Mas, depois, quando acabar a pandemia, eu vou-me pôr aí a passear pelo país, a ir a vários arquivos para colmatar, para suprir as falhas dos meus estudos. Assim como, provavelmente, quando acabar a pandemia, nós temos que pôr as mãos na consciência e dar ao pedal para suprir as dificuldades que os alunos têm, e temos que os auscultar e saber o que é lhes falha. Tem que haver um... não é só obrigar o Governo a fazer um plano. Nós todos empenharmo-nos em saber aquilo que todos temos que fazer: pais, professores, amigos e não sei quantos. Aquilo que é preciso fazer para que as crianças recuperem. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Realmente, já que estamos aqui a falar da educação, vem claramente ao de cima aquela mudança, e até descentralização, da área da educação, que por alguma coisa o Bloco de Esquerda foi contra, de responsabilização em muitos dos momentos para com a educação, trazendo essa responsabilidade para as Autarquias, sabendo nós, de antemão, que as Autarquias não estão, nem estarão preparadas, num futuro próximo, para dar resposta a diferentes necessidades, no que toca a apoiar os jovens estudantes. O Estado falhou. Teve tempo, sem dúvida, para se preparar, nomeadamente na encomenda dos computadores. Há muitas outras empresas. Se essas empresas falharam, há que penalizar essas empresas e não penalizar os jovens estudantes. Isto é como as vacinas: prometem-se, elas não chegam, vêm, e, quando vêm, já é tarde, às vezes. E, depois, sabe-se lá quem é que vai pagar essas penalizações para essas falhas. A Europa, de vez em quando, levanta o tom ameaçador, mas, depois, até ao momento, nem vamos perceber nunca quem é que vai pagar estas injustiças de não haver cumprimentos. Isto é assim. A lei da procura faz com que o mercado, infelizmente, capitalista, doloroso para quem de verdade precisa. Doloroso para quem de verdade precisa. É bom repetir sempre isto. E dizer que, nessa matéria, acompanhamos a Recomendação. É sempre bom ver a Assembleia Municipal, neste caso, a senhora Presidente, a apresentar uma Recomendação deste género. Eu fico sempre à espera, realmente, que a Câmara também tomasse estas posições. Mas tudo bem. A Assembleia é o órgão máximo e, por isso, são sempre bem-vindas estas sugestões. Dizer também ao senhor Presidente e à senhora Presidente, que existem, depois dessas responsabilidades aceites e aprovadas para com a Câmara, existem determinados grupos já criados. E, aí, a falha do tal planeamento. Também se pode e deve-se alertar para com o Executivo Camarário, porque existem grupos municipais de acompanhamento, quer na área da segurança, quer na área da educação. Senhor Presidente, na primeira, também concordo, não sabíamos ao que íamos. Mas teve tempo suficiente para reunir estes grupos todos, planear com os senhores Presidentes de Junta. Qual é a Junta que não tem lá uma instalação, por mais pequena que seja, ao tamanho da realidade

do seu território? Mas eu não estou a ver nenhum Presidente de Junta a fechar as portas a receber professores a acompanhar, equipas especiais de acompanhamento pedagógico. Eu não estou a ver isso em lado nenhum! Agora, é preciso reforço. É preciso reforço financeiro, que é o reforço que, há pouco, em outras Assembleias, aqui o Bloco de Esquerda trouxe e aprovou. E ainda não vimos reforço para matérias muito concretas. Não é para aquelas alíneas a seguir, de programação, de arruamentos, de aumento de cemitério. Isso é outra área. Nesta área, é aqui que devia ter entrado essa coordenação, esse planeamento. E não houve. Por isso, acompanho, mais uma vez, a Recomendação da senhora Presidente, mas com um acrescento: há falha do Governo, há falha do Executivo Camarário, porque uma coisa completa a outra. E, por isso, já que foi tudo muito bem aceite, há que responsabilizar todos estes intervenientes e não apenas alguns. Senhor Deputado Henrique Monteiro, relativamente à sua preocupação sobre a insegurança no Centro Rodoviário, parece-me que compete à Câmara fazer essa chamada de atenção a quem de direito: Polícia de Segurança Pública. Porque não podemos pôr um segurança privado em todas as instalações. Não podemos retirar aquilo que compete à Polícia de Segurança Pública. Se faltam polícias na Guarda, há que reivindicar mais polícias para a Guarda. A Polícia de Segurança Pública é quem deve gerir a segurança civil e não a segurança privada a nascer como cogumelos nessas instalações! Bom, que fique claro. Não é nada contra a segurança privada, mas há matérias em que não se pode apelar à segurança privada quando existe uma Polícia de Segurança Pública. Isto acho que é aquilo que a Câmara deveria fazer num futuro próximo. Acompanhamos a questão, também, da Moção do PS. Se outrora aqui se trouxeram e se debateram, por outros ex-Presidentes, que alguém iria pagar as portagens aos turistas, é bem preferível, nesta matéria, acompanhar um voucher. Pode-se discutir os valores, pode-se discutir o formato. Mas como aqui também já foi dito por quem apresentou a Moção, há essa abertura, e, por isso, o Bloco acompanha. Senhor Deputado, não sei se é assim... se em dois dias se gasta 90 euros e ainda sobra dinheiro. A Guarda também já não é assim tão barata, em muitos setores, como outrora o era. Não é assim tão linear dizer que, agora, com 90 euros, estamos aí dois ou três dias à vontade. Não é bem assim. Compreendo. Compreendo que é preciso também uma estratégia, mas para isso é que compete à Câmara, que já tem outros mecanismos e outros exemplos, noutra matéria, que já aplicou. Por isso, facilmente conseguirá chegar a bom-porto relativamente a essa decisão e ao valor que consiga colocar à disponibilização de todos. Queria também dizer, não sei se ainda tenho algum tempo?" -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Já passou muito, mas termine lá." -----

- **Deputado Marco Loureiro:** "Já passei. Pronto, termino, obrigado." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Mas pode terminar, senhor Deputado. Ainda ia dizer mais uma coisa, faz favor. Já está, muito obrigada. Mais alguém para intervir? Já, já estamos no PAOD. Então, faz favor, senhor Deputado. Atenção aos tempos. A discussão dos documentos sempre contou para o PAOD. Atenção. A leitura é que não contava. Chegaremos ao final do mandato sem haver aqui este entendimento quanto aos tempos. Faz favor, senhor Deputado." -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu sou ali de Pousade e a minha gente está toda preocupada porque, há uns anos, houve alguém que, distraidamente, mudou o nome de Pousade para Pousada. E eu vinha trazer esse problema. Já o levantei há dez anos, mais um amigo e camarada que era o Manuel Monteiro Vasco, que estava muito preocupado. Levámos isso à Assembleia da República que fez uma lei, que não foi aplicada, que era de que, em todo lado, Pousade era Pousade e não era Pousada. Mas a lei, em Portugal, muitas vezes, há ali umas distrações. Ainda agora, passado dez anos, faz dez anos agora em junho, a lei ainda não foi aplicada. Sei, pelas conversas no Facebook e pelo telefone, que os correios já corrigiram esse aspeto. Mas o que é certo é que essa asneira, essa troca de nomes, que é uma coisa terrível... porque se me trocarem o nome eu fico muito chateado. E penso eu que, na minha aldeia, também ficamos muito chateados porque mudam o nome da terra, e, qualquer dia, começam lá a aparecer uns turistas a dizer que querem ir para a Pousada e nós não temos lá Pousada nenhuma! Temos as nossas casas. Pronto, e era isso que eu ia pedir ao senhor Presidente da Câmara, que ele velasse pela manutenção do nome antigo de Pousade, que já tem setecentos anos, se não for mais. E que, na Câmara, sempre que emitissem documentos, era Pousade e, sempre que alguém mandasse um documento para a Câmara, dissessem: isto não é Pousada é Pousade. E, portanto, houvesse aqui uma procura de aplicação da lei. Foi por causa disso que o último texto que eu publiquei no Terras da Beira é: “Reforcemos a lei”, porque há muitas leis que precisam de reforço porque não são aplicadas. Por outro lado, eu fui pedindo à Câmara os documentos relativos ao Polis e cheguei à conclusão que há ali algumas incoerências. Ou seja, há incoerência entre aquilo que foi aprovado na sessão de Câmara da altura. Eu tenho para ali uns documentos que a Câmara me enviou. E também, quando foi da discussão da Assembleia Municipal, em 2001, a cassete não funcionou. E, portanto, a transcrição em ata não foi correta. Ou seja, foi escassa e insuficiente para definir o problema. Eu penso que o senhor Presidente, como é Jurista, é formado em Direito e tem mais Juristas na Câmara, e tem mais Juristas na Cidade, tem que arranjar uma maneira de suprir esta deficiência, estas dificuldades, para que a Câmara seja a possuidora legítima e legitimada dos terrenos do Polis, para serem usados para aquilo que a Câmara precisa. Já tivemos aqui esse problema, foi levantado já há uns tempos, já nem sei há quanto tempo. Mas o que é certo é que esses problemas têm que ser resolvidos. Agora, vinte anos, a gente sabe que não foram resolvidas a bem. Agora tem que ser resolvido. Alguma vez tem que ser resolvido. Há outro problema, que é o problema do arquivo da Associação Comercial. Já estou mais feliz porque foi comprado pela Câmara. Aquilo que era a preocupação minha e de muita mais gente, que eu fui sendo abordado por várias pessoas. Eu só quero dizer uma coisa. O arquivo da Escola do Magistério Primário da Guarda, que está lá em baixo no Politécnico... quando acabar a pandemia vai haver assim uma data de coisas que eu quero e tenho que fazer, que estão adiadas. Mas o que é certo é que eu sei, por exemplo, em Vila Real, houve uma Escola de Magistério Primário e esse arquivo desapareceu. Eu quis fazer um trabalho sobre uma pessoa de Foz Côa, que foi lá professor, e não consegui entrar naquilo. Andaram para ali a gozar comigo, a dizer que me telefonavam. E também sei que há outras escolas e outros arquivos que desapareceram. Isso prejudica o meu trabalho e prejudica o trabalho de

outros investigadores e de outras pessoas que possam vir a querer... há uma escola de Coimbra que deitou fora parte do arquivo. Qualquer dia podem-lhe pedir um diploma de uma pessoa qualquer e esse diploma não vai aparecer porque não há documentos que o sustentem. Outros aspetos que eu queria focar...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar, por favor. Já ultrapassou em muito o seu tempo. Vou-lhe pedir que termine.” -----

- **Deputado Aires Diniz:** “Pronto, eu acho que já foquei aquilo que é o essencial. Mas, depois, no final disto, lá para o fim quando estivermos a discutir a informação escrita do senhor Presidente, eu falarei. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gomes (PSD):** “Ora, bom dia senhora Presidente, bom dia senhor Presidente e restante Executivo, senhores Deputados, senhoras Deputadas, senhoras e senhores Presidentes de Junta, técnicos que nos acompanham e quem assiste e também os nossos Deputados que nos acompanham através dos meios digitais. Eu, simplesmente, fazer aqui uns esclarecimentos. Começando só por dizer, caro Deputado Marco, acredito que o senhor Deputado Pedro Nobre, o que se referiu, não foi que daria, os 90 euros, para todo um fim de semana. Mas sim que, 90 euros, pagaria em alguma estadia e algumas situações aqui na Guarda. Não daria para todo um fim-de-semana esses 90 euros, acredito que foi isso que o senhor Deputado quis dizer. Mas saudamos também esta abertura, da parte do Partido Socialista, aos contributos da bancada do PSD. E, claro, bem-vindos ao debate. É sempre bom contribuirmos com ideias, ideias concretas para a cidade e para o nosso concelho. De facto, eu gostaria aqui de recordar, e também recordar ao senhor Deputado António Monteirinho, a promessa feita pelo senhor Primeiro-Ministro, em abril do ano passado, quase passado um ano, da entrega de computadores, já aqui referida também pelo senhor Deputado Henrique. É interessante que é preciso passar um ano. E mais, porque eu, sinceramente, e a título pessoal, não acredito que esses computadores ainda estejam, em abril, disponibilizados, por parte do Governo, para que essa promessa seja cumprida. No entanto, temos a amabilidade e muitos parabéns ao Executivo de se substituir, e, aqui sim, o bom trabalho de se substituir ao Governo nessa entrega de computadores, como assistimos. Mas são vários os mecanismos que já vimos, que as várias Autarquias, desde Juntas de Freguesia a Executivos Municipais, de norte a sul de Portugal, precisam de se substituir a este Governo. Seja nos computadores, seja nas testagens, seja, vejam só, vejam só, para nosso espanto, até mesmo na entrega de coisas concretas e prometidas pelo Governo. Saúdo, mais uma vez, também os meios digitais que este Executivo colocou ao parque escolar, nomeadamente a Escola Digital e que lhe colocou esse serviço. De referir, ainda, que existe aqui um certo preconceito ideológico. É natural, já foi aqui também referido esse preconceito ideológico. Mas o Estado não tem que ser o prestador de todos os serviços. E, se calhar, é aqui a falha quando falamos ao nível de internet. Olhe, também quando falamos ao nível do Plano de Resiliência. Aliás, o autor inicial desse

plano, António Costa e Silva, fala precisamente nessa grande aposta no 5G a todo o território. Aqui temos a grande justificação dessa aposta nos territórios de baixa densidade populacional, nas nossas freguesias e sobretudo onde a rede não chega. Onde, como assistimos, crianças a terem aulas dentro de carros. Crianças a terem aulas dentro de carros à procura de internet. E, portanto, também referir que, senhor Deputado, as escolas podem efetivamente disponibilizar salas para esses alunos. Mas as escolas situam-se, olhe, por exemplo, falando aqui da realidade do nosso concelho, situam-se, a sua grande maioria, aqui na cidade. Sobretudo nos níveis superiores, situam-se aqui na nossa cidade, a partir do 2º ciclo. Portanto, repare que teríamos que, na mesma, fazer deslocar essas crianças das nossas freguesias rurais até às escolas. Não é solução, senhor Deputado. A solução passa sim por providenciar nas freguesias, providenciar essas crianças com os meios tecnológicos e digitais necessários para a sua formação neste momento. Claro que, neste momento, já vamos tarde. Já estamos a correr atrás do prejuízo, aliás, como já nos habituámos. E falar aqui também, e comentar, precisamente acerca dos programas de recuperação. O programa de recuperação, acredito que passe por várias fases. E o senhor Deputado Henrique tocou aqui em duas delas, nomeadamente a questão do calendário escolar e dos exames nacionais. É triste estarmos a iniciar quase o mês de março, porque praticamente já passado meio do segundo período de aulas e, neste momento, ainda não conhecemos como é que serão e se irão realizar os exames nacionais tão importantes para a vida de muitos jovens e de muitas crianças. Mas também, por exemplo, e falo-vos de uma coisa muito concreta, como o acesso ao ensino superior. Este Governo está-se a demitir claramente das suas responsabilidades, das suas responsabilidades de orientar, de fazer um compromisso claro para com os jovens e para as suas famílias. Estamos a falar de um momento da vida concreto, específico e de extrema importância para o futuro de muitos jovens e de muitas crianças. Mas também, e só para terminar, dizer também ao senhor Deputado Marco, penso que foi ele que tocou neste assunto, acerca da cedência de competências da parte da educação para as Autarquias. Repare, senhor Deputado, que efetivamente o que vemos é que as Autarquias se substituíram ao Governo. Tivessem elas os fundos prometidos, tivessem elas os fundos prometidos pelo Governo e, se calhar, fariam muito mais. Fariam o dobro. E não só o nosso Executivo, mas várias, várias Autarquias. Mas a este Executivo compete-nos a nós dar os parabéns pelo seu trabalho. Muito mais há a fazer, sem dúvida nenhuma. Senhor Presidente, aceite estes contributos, aceite-os de bom grado que, tenho a certeza, assim conseguiremos ser, como já somos há muitos anos, uma grande cidade educadora. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Eu só queria dizer, deixar umas notas sobre o Plano de Recuperação e Resiliência, que está em consulta pública até dia um de março por imposição da União Europeia porque o Governo não pretendia fazer esta consulta pública. Mas claramente que o tempo foi pouco. Portanto, termina já segunda-feira. Ainda pensámos em trazer a esta Assembleia uma proposta de

criação de um grupo de trabalho para nos debruçamos sobre ele. Mas o tempo é tão escasso a partir de hoje e também penalizamos por não a termos apresentado com antecedência. Agora, espero que, realmente, o Executivo tenha feito uma análise deste documento e perceber em que medida é que ele beneficia, ou esquece aqui a Guarda e o interior. Recentemente, eu lembro-me que até se assinalou o Dia Mundial da Justiça Social, e apesar da redução da miséria no nosso país, nós continuamos a ser profundamente desiguais e temos mais de dois milhões de pessoas em situação de pobreza e de exclusão social. Mas existe, no País, uma outra forma, um outro estado de miséria e uma outra forma de pobreza que é determinada pela desigualdade territorial. Está à vista de todos, mas os sucessivos Governos têm ignorado. E, nestes territórios, a miséria social é muito mais expressiva do que noutras regiões para onde se alocam os grandes investimentos do Estado. Eu penso que até devíamos começar a assinalar o dia nacional da desigualdade territorial e pode ser uma proposta a trazer a esta Assembleia numa próxima oportunidade. Portanto, este Plano de Recuperação e Resiliência devia servir, antes de mais, para diminuir estas desigualdades entre regiões e reforçar então, aí sim, a coesão social. Mas para o território pouco há. Para a economia apenas umas migalhas e o grosso da fatia vai para o Estado, continuando a apostar num modelo de desenvolvimento estatizante, portanto, que nos empobrece todos os dias (aliás, também já aqui foi referido), e, sobretudo, para esse Estado investir no Litoral. Quer dizer, nós temos um Plano de Recuperação e Resiliência em versão de praia, calção de banho, chinelo, toalha às costas e óculos de sol e, para o interior, nada. Ele pode ser melhorado. Eu faço votos para que o Executivo Municipal se tenha posicionado e defenda, efetivamente, os interesses do concelho. E, realmente, o nome que é dado a este Plano de Recuperação, que é bazuca, eu acho que é paradoxal, é que ela pode ser o último tiro numa vasta região do país que classificamos como Interior. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Diogo, faz favor.” -----

- **Deputado Diogo Isidro (PSD):** “Bom dia mais uma vez. Senhora Presidente, fruto das intervenções que foram decorrendo, achei relevante, e uma vez que o PSD tem esse tempo, reforçar aqui algumas ideias que possam contribuir para essa discussão do Plano de Resiliência apresentado pelo Governo, nomeadamente uma questão muito importante que eu vejo aqui. E, quando referi o preconceito ideológico, não queria que isso ficasse, de alguma maneira, por esclarecer, porque a verdade é que, apesar de tudo, o Partido Socialista, seja a nível local, seja a nível nacional, continua a achar que a solução para todos os problemas é a injeção direta de dinheiro para tapar buracos. Para dar um balão de oxigénio, a curto prazo, que em nada resolve. E, aí, mais uma vez, muito importante essa questão das reformas. Ora, importa, de uma vez por todas, se fazer entender que estas reformas, no nosso caso, têm de passar pela fiscalidade. E, relativamente à questão da fiscalidade, entrevistamos, na altura, nesta Assembleia, sobre o sobre o Plano de Recuperação do Dr. Costa e Silva. Mas já não são ideias novas. São ideias que foram apresentadas, a nível nacional, por um movimento, que foi dum espectro total político-partidário, e que se movia exclusivamente pelo interior. É muito importante que se faça chegar ao Governo a ideia de que as propostas lá apresentadas são,

não só boas por si só, mas, acima de tudo, complementares. E complementares para fundamentar o desenvolvimento da região, para fomentar o crescimento económico do interior, para permitir que aqueles que aqui vivem tenham uma melhor qualidade de vida, para permitir, sim, que a iniciativa privada tenha vontade de aqui se fixar, porque há esse tipo de incentivos. De uma vez por todas, tem de se perceber que só dessa maneira é que se consegue atrair verdadeiramente o investimento. Só dessa maneira é que conseguimos criar emprego na Guarda. Só dessa maneira é que conseguimos desenvolver a nossa região. É importante perceber isto de uma vez por todas, não só porque assim a teoria económica o refere, mas também porque a história recente do nosso país já deu a entender que isso não é solução para nada. É preciso pensar esta região a longo prazo. É preciso pensar o país a longo prazo. E, acima de tudo, tendo em conta que há tantas propostas disponíveis, é preciso agarrar nelas, de uma vez por todas, e não deixar, mais uma vez, que o interior seja o parente esquecido do país. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não há mais intervenções no Período Antes da Ordem do Dia? Também, quase todos têm o tempo já esgotado. Muito bem. Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado. Bom dia a todos, senhora Presidente da Assembleia, restante Mesa, colegas do Executivo, senhores Deputados, senhores Jornalistas, todos aqueles que nos acompanham pelos meios audiovisuais. É para nós mais um momento importante, uma Assembleia Municipal para, de facto, como foi demonstrado até este momento, pela participação e intervenção de todos, a importância que o concelho representa para nós. E, falar de desenvolvimento, é exatamente ter esta dinâmica e capacidade de apresentar moções, recomendações, sempre com este objetivo claro de progredir na senda do desenvolvimento. Concordamos mais com umas, menos com outras. Mas é também desta dialética que a política faz o mundo pular e avançar. E nós, concretamente, aqui na Guarda, é isso que queremos. E, efetivamente, projetar um futuro melhor para a nossa cidade. Tive a atenção que é devida a todas as moções e recomendações que aqui foram apresentadas. Dizer, efetivamente, e começando pela CDU, que nós também temos a preocupação com a história quando fizemos a tentativa concretizada de aquisição da Associação Comercial. Até porque também resultou muito desta Assembleia, essa vontade clara, que nós também tínhamos. Somos de cá, percebemos o que é que a nossa comunidade deseja. E, portanto, logo nesse momento, na última Assembleia Municipal, nós adquirimos. Como sabem, eu disse-o aqui, adquirimos o imóvel com todo o recheio. Mas também quisemos a parte histórica. Sucede que, as circunstâncias das hastas públicas, nem sempre nós conseguimos ter o melhor resultado. E a verdade é que começou em 4 mil e 500 euros e chegou a 6 mil e 500. E eu confesso que estava a dar instruções, nós tínhamos as coisas preparadas para essa aquisição, e há um momento que eu intervenho e já não consegui dar uma resposta aos técnicos que estavam a tratar diretamente desse assunto. De imediato, quando saí, quis saber quem tinha adquirido esse espólio histórico. Não me foi dado conhecimento e tive, na semana passada, o conhecimento, através de um jornalista, quem tinha sido o adquirente. Entrei em contacto com ele. Perguntei qual era o objetivo dele e

facilmente chegámos a um consenso. Alegadamente, ele tinha interesse no nome. Nós temos interesse no espólio histórico. E chegámos a uma solução onde eu apresentei o valor de 6 mil euros para comprar esse espólio. E acrescerá também as custas do processo. Portanto, Deputado Aires Diniz, temos essa situação resolvida. Também relativamente à questão da Recomendação do Bloco de Esquerda, dizer que nós temos, efetivamente, um conjunto de medidas que vêm de março de 2020. Mas continuam os 30% sobre as tarifas de água e saneamento, a taxa de resíduos sólidos urbanos, como também a isenção de tarifa fixa da água. Portanto, continuamos a apoiar as famílias, as empresas, os empresários em nome individual. Dizer que, só no ano de 2020, para as empresas, exclusivamente, e no âmbito do Programa Salvaguarda, nós gastámos cerca de 602 mil euros. Portanto, não estamos só a apresentar hoje, e vamos discuti-lo mais à frente, um programa de apoio direto às empresas. Nós, durante o ano de 2020 e no âmbito do Programa Salvaguarda, temos apoiado diretamente todas as micro, as pequenas, as famílias, as instituições de solidariedade social, também com ações, com medidas muito concretas. E, neste particular, dizer que, no ano 2020, 602 mil euros para todas as empresas. Podia falar da isenção do não pagamento de rendas, isenção de ocupação de espaço público, publicidade, tudo o que é taxas e receitas da Câmara. As receitas são fundamentais para ocorrer a necessidades específicas do Município e, se elas diminuem, já ouvi aqui dizer: bem, como não se fizeram um conjunto de feiras, então, esse dinheiro, vamos canalizá-lo para outras coisas. Então e o dinheiro que gastamos para combater a Pandemia, que já são cerca de 2 milhões de euros? E agora mais meio milhão previsto para as empresas? Para não dizer outras coisas que já lá vamos. Como dizia uma grande estadista da Europa, e o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, em particular, até porque vimos aqui a sua manifestação e declaração de interesses, houve investimento ao longo dos anos naquilo que era escola pública e na escola particular e agora detetámos exatamente essa cisão de que é o público. Só que o público vive dos impostos das famílias. Como dizia essa estadista, não há dinheiro público. A Esquerda tem muito esta ideia que o dinheiro é público. Não há dinheiro público. Há o dinheiro do trabalho, dos serviços, e esse dinheiro é que serve para satisfazer necessidades. E como o dinheiro é nosso, temos que o saber bem gastar e resolver, ser eficiente no custo e na capacidade de responder às necessidades. Achar que o dinheiro não se esgota, de facto, também soubemos bem, na nossa história recente, o que é que deu aquela ideia de que as dívidas não são para pagar. Ou seja, o dinheiro não é nosso, o dinheiro chega para tudo, a dívida aparece, os défices alimentam a dívida e com certeza que, depois, em momentos de crise, sentimos na pele aquilo que é dar resposta àqueles mais carenciados, que já eram e que a crise veio agravar. E, portanto, nesta matéria, nós temos aqui uma clara cisão e divisão e separação de pensamento político. Nós acreditamos na iniciativa privada. Acreditamos que é na boa gestão do dinheiro, e na aplicação deste, naquilo que são as necessidades reais das populações, que nós servimos a causa pública e respondemos às necessidades das pessoas. A Moção feita pelo Partido Socialista relativamente aos vouchers. Eu, rapidamente, também fizemos aqui uma avaliação. Se mantivéssemos esta proposta e afetássemos, olhando ao número de visitantes de turistas, no ano de 2019, que foram vinte e seis mil, novecentos e setenta e seis, com uma medida

destas, nós iríamos gastar, a 90 euros, numa situação homóloga a 2019, (e logo que a Pandemia... porque, aqui, a oportunidade também desta proposta, só se justificaria no momento de desconfinamento), nós concluímos que teríamos que afetar, a esta medida, 2 milhões e 427 mil euros. Números arredondados. Se fossem 50 euros, teríamos um valor de 1.3 milhões de euros. Portanto, estas medidas são importantes, mas temos que ter aqui a gradação, temos que as calibrar. E, por isso, antes de apresentarmos medidas desta natureza, fizemos um protocolo com o Instituto Politécnico da Guarda, exatamente com o seu departamento especializado de Turismo, com o SITUR, para definir a estratégia para o Turismo na Guarda. E é com base nessa estratégia, como estamos a fazer também no ambiente que a seguir iremos discutir, é com base nas estratégias, no plano das ações das medidas a adotar, que nós conseguimos acertar mais no alvo. Atirar com as medidas é importante, porque temos espírito crítico e temos capacidade de perceber os problemas que nos rodeiam, mas não chega. É importante também ser eficiente e eficaz naquilo que é o gasto do dinheiro público. Falando, novamente, do investimento, daquilo que o Bloco de Esquerda referiu: cuidado, não avancem com a assunção de competências porque não estão preparados, não têm capacidade. Senhor Deputado, quem tem demonstrado que, efetivamente, não tem capacidade é o Governo Português, porque promete uma coisa, não explica bem o que promete e muito pior é que não concretiza. E se nós estivéssemos à espera do Governo Português, de facto, teríamos uma realidade semelhante àquilo que eu aqui ouvi. Mas o Município fez o seu trabalho. Repare, só neste período de Pandemia, em refeições entregues às famílias e aos alunos que vinham para a escola e almoçavam no refeitório, nós continuámos a servir esses alunos, 40 mil euros em refeições. No Apoio da Ação Social Escolar, 67 mil euros em livros, em apoios e fichas, subsídios ou material escolar. O Kit alimentar, no segundo confinamento, cerca de quatrocentos e vinte kits alimentares distribuídos, de quinze em quinze dias, enquanto se mantiver o ensino à distância. Não vou falar dos transportes escolares, mas temos já um valor no pré-escolar, no 1º ciclo e no 2º ciclo, cerca de 927 mil euros gastos. Mas vamos ao parque informático escolar. Na primeira fase de investimento, nós tivemos aqui apoio nos computadores, fotocopiadoras, consumíveis, mais de 50 mil euros. Numa segunda fase, já em 2016, gastámos nas mesmas matérias, nas mesmas áreas, cerca de também 60 mil euros. Em 2019, que é aquilo que nos interessa, mais próximo desta realidade, nós tivemos um investimento de mais 60 mil euros. Ou seja, uma média de 60 mil euros, desde 2016. 2015 até 2019. No período que diz respeito à Covid, já em 2020, nós investimos 65 mil euros em portáteis, 7 mil euros em placas de banda larga. Placas de impressão 3D, mais de 100 euros, quatro rolos é o valor que aqui temos. Na segunda fase, em 2021, tivemos um investimento de cinquenta e quatro novos portáteis, cerca de 12 mil, 227 euros; mais 2 mil, 730 em trinta e cinco placas de banda larga; 16 mil e 500 euros na escola virtual, num total de 412 mil, na primeira e segunda fase que investimos na educação. Vou deixar de falar do mobiliário escolar para as escolas e jardins-de-infância. Não vou aqui reafirmar aquilo que são os investimentos na Escola Secundária da Sé, cerca de 2 milhões de euros, mas também naquilo que vamos fazer no Centro Escolar de São Miguel da Guarda, onde temos previstos, e o projeto e o procedimento vai ser lançado já, no valor de 1 milhão

e meio de euros a investir também nesta área escolar. E, portanto, com esta dinâmica, com esta perceção da realidade concreta que nós temos tido, e a Pandemia nos tem aguçado mais o engenho, para dar resposta, efetivamente, àquilo que são necessidades prementes, o Município da Guarda tem feito aquilo que lhe compete. É evidente que podemos colocar sempre a fasquia num patamar mais elevado. É esse o nosso desafio. Estamos abertos, temos dito sempre que o Plano de Salvaguarda não é um plano fechado e, por isso, também lhe respondo que todos os meses, de trinta em trinta dias, este plano é avaliado e as medidas mantêm-se nos meses sucessivos. Acrescentando, fruto das circunstâncias, vacinação, EPI's, novos testes para diversas entidades. E, portanto, temos dado sempre incremento neste investimento e neste plano que nos tem, de facto, dado alguma consolidação naquilo que é a estratégia de combate à Pandemia. Relativamente à situação da Central de Camionagem, como aqui foi referido. Dizer que, nesta matéria, nós temos os nossos vigilantes, eles cumprem cabalmente os seus deveres. No período pós-laboral, dentro do espaço, o mesmo é vigiado. Fora do espaço, quando temos conhecimento, alertamos a PSP para agir. Eu sei que pode haver muitas circunstâncias que aqui se reportam. Mas é preciso também fazer por escrito para nós termos, efetivamente, conhecimento daquilo que tem acontecido, para nós termos essa cautela de reforçar, se for o caso, também nas circunstâncias e nas competências que nos assistem, dar resposta a essa problemática. Mas, naquilo que nos é reportado e que nós temos conhecimento, temos dado resposta nessa matéria. Relativamente ao subsídio de risco. Nós cumprimos, como sabem, escrupulosamente, a Lei Geral do Trabalho. Cumprimos também os acordos que celebramos com os Sindicatos. Nesta matéria, está a ser feito um trabalho de levantamento ao nível daquilo que são situações de risco na Câmara Municipal da Guarda, e com certeza que é para nós fundamental dar resposta também a essas mesmas necessidades, como estamos a fazer. Temos tido sensibilidade até para algumas observações que nos têm feito, designadamente em equipamentos. E quero dizer, ao nível da segurança, que nós estamos a preparar exatamente a mudança, vai levar aqui algum tempo, mas queremos alterar, estou a dizê-lo em primeira mão, a mudança do edifício dos serviços externos da Câmara Municipal da Guarda. Sabemos das condições precárias que os mesmos possuem. E, portanto, é necessário, não só dar mais dimensão a esse espaço, como responder, de uma forma mais cómoda, mais salubre, àquilo que é a responsabilidade que os nossos trabalhadores têm e merecem por parte da Câmara. Mas é um processo que estamos a iniciar agora. Estou também a avaliar, efetivamente, as condições que possuímos, para dar resposta também a essas situações. Quanto ao mais, eu não sei se ficou alguma coisa mais por esclarecer... A ponte pedonal, é assim. Eu, tecnicamente, vou mandar analisar. Mas digolhe uma coisa, eu frequento também muito aquele espaço. Temos um investimento feito, temos ali os semáforos, temos a passadeira. É verdade que a passagem aérea pedonal foi para garantir e dar mais segurança principalmente à escola. Percebemos isso. Encontrou-se aqui esta solução dual. No entanto, direi, que se tecnicamente for... e do ponto de vista de segurança concordo, é muito mais seguro, embora tenhamos que circular. Mas também faz bem andar a pé. Mas, nessa matéria, fiquei com algumas dúvidas que justificasse terminar com a passadeira e acabar com os semáforos ali. Não estou a afastar essa solução. No

entanto, vamos avaliar tecnicamente se suprimimos totalmente essa passagem na passadeira, com os semáforos, ou não. Portanto, é uma matéria que deixaremos para uma fase subsequente. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Mas eu ia-lhe pedir, por favor, ninguém questionou, mas eu gostava muito que o senhor nos fizesse aqui, a esta Assembleia Municipal, um ponto de situação sobre o concurso dos transportes. Gostava de saber como é que está esse assunto. Se a empresa já respondeu, em que pé é que está. Se nos pudesse fazer, muito rapidamente, o ponto de situação disso, eu agradecia. Muito obrigada.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito bem. Sem, de facto, a colaboração que tem que existir entre o Município, o Executivo e o Órgão Deliberativo, deve, de facto, sustentar-se exatamente nesta cooperação. Mas tenho que o dizer, é uma matéria de facto Executiva e é um processo que está em curso, não está concluído. Muito ruído tem acontecido à volta de uma coisa que é normal. Não tem sido normal ao longo dos anos, e da história do Município da Guarda, porque foi a primeira vez que se fez um concurso público. E isso também foi dado nota, em Assembleias anteriores, onde, efetivamente, se percebeu que, na lógica e naquilo que é o respeito pela lei, a transparência e a justiça e a adequação são valores que, para nós, também na prática, cumprimos cabalmente. Dizer, efetivamente, que quando alguém concorre, como foi o caso, e que eu até demonstrei aqui um certo receio que nenhuma empresa viesse ao concurso público dos transportes públicos urbanos, mas assim não aconteceu e ainda bem, nós tivemos duas empresas que vieram e concorreram ao concurso nos termos em que nós o definimos. Um trabalho árduo, um trabalho longo, realizado pela primeira vez no Município da Guarda. E, portanto, aqui também o meu reconhecimento a todos aqueles que diretamente ajudaram e contribuíram para que o mesmo se realizasse. E a verdade é que duas empresas vieram concorrer e deram resposta ao caderno de encargos. Nessa matéria, uma delas ficou em primeiro lugar. Ficou em primeiro lugar, de acordo com aquilo que o júri entendeu, critérios previamente definidos e transparentes. Apresentou, sendo que o preço tinha uma mais-valia de 60% e os outros critérios da proposta valem 40%. Na questão do preço, digo-vos já que a empresa que ficou em segundo lugar fez mais 160 mil euros, durante o prazo dos cinco anos que será o prazo de vigência deste contrato. O júri avaliou. Todos os documentos que foram entregues em tempo até à adjudicação. Não há absolutamente dúvida nenhuma. Portanto, tudo o que ouviram esqueçam. É falso. Até à adjudicação tudo correu bem. Todos os documentos foram entregues e, por isso, os concorrentes foram admitidos e foram selecionadas, avaliadas as propostas e que deu o ganho de causa a uma empresa que tem sede, nem sei o nome, sei que tem sede em Setúbal. O caderno de encargos diz, logo quando foi elaborado, (e, portanto, exigiu-se o cumprimento aqui de uma obrigação do caderno de encargos) a empresa que vier a ganhar este procedimento do concurso público dos transportes urbanos da Guarda tem que criar, deve criar uma entidade jurídica nova. Ou seja, uma empresa nova. Concorre ao concurso com um determinado nome empresarial, com um contribuinte, mas logo, aquela

que ganhar, deve constituir uma nova entidade jurídica, uma nova empresa. Ora, notificadas as empresas do resultado do concurso, a empresa que ganhou e que ficou em primeiro lugar foi notificada para juntar prova da constituição da nova entidade jurídica. Essa empresa não conseguiu apresentar nos seis dias, suponho que foi em seis dias, o documento comprovativo da criação da nova entidade jurídica. Ok? Mas, o que ficou em segundo lugar, já não tem hipótese de apresentar este documento. Pois não, porque, adjudicado e ganhar a proposta, só foi uma, e só esta estava obrigada a cumprir esta formalidade. Mas, é verdade, não cumpriu. Não cumpriu o prazo dos seis dias. Ora, este facto foi evidenciado por uma reclamação apresentada pela empresa que ficou em segundo lugar. Dirigiu ao júri que já não tem, neste momento, naquele momento, já não tem qualquer tutela sobre o processo. Daí vir ao Executivo e que eu sou o Presidente e tenho que decidir esta matéria. Face à reclamação apresentada, foi dirigida essa reclamação ao nosso consultor jurídico. Sem prejuízo também de alguma avaliação dos nossos juristas internos, mandámos para o consultor jurídico. O consultor jurídico emanou à Câmara um parecer no sentido de que, uma vez verificada... e não há mais elementos, porque estamos a basear exclusivamente naquilo que foi a decisão do júri, e naquilo que é a reclamação da empresa que ficou em segundo lugar. A empresa que fica em segundo lugar reclama. Avaliámos os fundamentos dessa reclamação, os pressupostos dessa reclamação. O nosso consultor jurídico debruçou-se sobre essa matéria e diz duas coisas: a primeira, está aqui um prazo de seis dias que o caderno de encargos exige e parece que não está respeitada. E quando digo parece, na Administração Pública, como no Direito em geral, não há condenações precipitadas. Ou seja, tem que se ouvir sempre a parte contrária. É o direito de resposta, do contraditório. Não fui eu que inventei. Está na constituição, está na lei penal, está na lei administrativa, o direito de audiência prévia das partes. A Câmara, o Município, as entidades administrativas, não podem nunca decidir sem dar audiência às partes. É assim as regras. E, então, assim também o consultor disse: parece que é assim, mas ouçam lá a outra empresa, porque a outra empresa também tem direito a falar sobre a reclamação que foi apresentada, parecendo efetivamente que os seis dias não foram cumpridos. Então, notificámos a empresa que ficou em primeiro lugar para responder à questão sobre o cumprimento ou não cumprimento dos seis dias. Eu julgo que é mesmo seis dias, portanto, aqui, peço que me deem alguma flexibilidade porque podemos confirmar. Podiam ser sete, ou oito, mas eu penso que são mesmo os seis dias e esse prazo não foi respeitado. O que é que acontece? Eu fiquei também, na reunião de Câmara, de levar exatamente a resposta com a decisão da Câmara Municipal da Guarda. Entretanto não foi possível, porque tendo já uma resposta, neste momento, do parecer do consultor jurídico sobre a avaliação da fundamentação apresentada pela empresa que ficou em primeiro lugar, não foi possível, na última reunião de Câmara, eu levar, por falta do parecer jurídico, levar já uma decisão à Câmara. Irei levar essa decisão. E a senhora Presidente da Assembleia Municipal respeitar-me-á. Eu direi a decisão sobre esta matéria na próxima reunião de Câmara, porque é lá que eu tenho que comunicar, efetivamente, aquilo que vai ser a decisão deste Executivo, presidido por mim, e com base exatamente no parecer jurídico, que eu já tenho em mão, daquilo que foi a avaliação quer da posição assumida na reclamação pelo

segundo concorrente, quer da posição assumida pelo concorrente que ficou em primeiro lugar. E, nesse dia, faltarão menos de quinze dias, eu comunicarei à Guarda a decisão sobre os transportes públicos urbanos e a decisão que foi tomada no âmbito deste concurso. E, portanto, pedia que me desculpasse, mas eu, nesse dia, eu transmitirei à Guarda aquilo que nós vamos decidir. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Tanto quanto percebi, a empresa já respondeu. Já há decisão que irá ser comunicada em reunião do Executivo, é isso? Muito bem. Está feito o ponto da situação. Muito obrigada. Iríamos, então, agora, para terminar o período antes da ordem do dia, fazer a votação dos documentos. Antes disso, eu ia perguntar ao... faz favor senhor Deputado. Peço desculpa, mas quer falar a que título? Vou abrir uma exceção mesmo excepcional, porque, depois do senhor Presidente de Câmara, normalmente, não fala ninguém.” -----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “Não quero estar a usar nada em concreto, mas sinto-me assim um bocadinho... não gostei muito da forma como se dirigiu à minha Moção. Em primeiro lugar, eu não gosto de fazer, quando faço cálculos financeiros, não gosto de fazer assim à merceeiro, gosto de fazer com dados concretos. Eu também poderia ir ao Pordata e multiplicar os vinte e tal mil turistas que visitaram a região, em 2019, e multiplicar pelos 90 euros. Contudo, acho que nem o senhor Presidente, nem eu, temos dados suficientes para saber se passaram duas noites no concelho, se consumiram os 90 euros no concelho. Logo, são dados, a meu ver, irrelevantes para a minha proposta. Contudo, também não aloquei nenhum valor em concreto para investir neste voucher, nem disse que eram 2 milhões, nem um milhão e meio. Nem sequer measurei nenhum valor. Aquilo que eu disse foi: dei a ideia e cabe ao Executivo, não a mim, porque não tenho os dados que deveria ter para fazer esses cálculos, de decidir que valor pode alocar a uma proposta dessas. Ninguém falou aqui num voucher ilimitado, nem que se visitassem um milhão de pessoas, agora, a Guarda, todos teriam direito a 90 euros. Ok? Isso, cabe ao Executivo decidir esse valor. Penso que não é dessa forma que refuta a minha proposta. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, está a clarificação feita. O valor, aliás, vocês tinham acedido a retirar o valor e que isso competiria ao Executivo concretizar o valor em causa. Muito bem. Eu ia só dizer ao senhor Deputado Aires Diniz, ia questionar o senhor Deputado Aires Diniz quanto à moção da Associação Comercial da Guarda, se pretende manter a Moção, ou não, uma vez que o senhor Presidente da Câmara já referiu que adquiriu, o tal lote histórico do arquivo, por 6 mil euros. Em todo caso, o sumário, digamos assim, da Moção não é para que o Executivo compre este lote. Portanto, esse lote está comprado. E aquilo que diz a Moção, eu até vou ler para que não haja dúvidas. A Moção diz: «Assim, em defesa da nossa identidade cultural, a Assembleia Municipal da Guarda apela à Câmara Municipal para que defenda, proteja e preserve os arquivos da nossa memória municipal, assumindo-se como sua guardiã efetiva». Portanto, quanto a mim, isto mantém-se totalmente atual e sem qualquer alteração. Portanto, não está aqui nenhuma imposição ao Executivo para comprar o lote, até porque já está comprado. Se fosse isso, estaria fora de

questão. Em todo o caso, eu pergunto ao senhor Deputado Aires Diniz se mantém a Moção, ou se pretende retirá-la. Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, o grande objetivo desta Moção era defender a questão do património da Associação Comercial da Guarda. Mas há mais memória, há mais documentos. E, portanto, eu penso que agora vou retirar isto. Mas, depois, hei de fazer uma nova Moção, para a próxima Assembleia de abril, que é para a Câmara ter uma atitude de vigilância em relação a todos os patrimónios arquivísticos da Guarda, e até de livros, também, que haja por aí, que são importantes para que exista essa capacidade de nós, ou de outras pessoas que nos venham visitar, fazermos estudos sobre a nossa história que nos vão enriquecer. Até porque pode haver a criação de um Turismo Arquivístico...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Histórico.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu faço esse turismo frequentemente. Só não faço agora porque estou confinado. Mas o que é certo é que esse Turismo pode ser enriquecedor da nossa cidade, se houver aqui um conjunto de arquivos que...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, então, tanto quanto percebi, retiramos agora esta Moção e depois apresentará uma mais abrangente com esse objetivo. Muito bem. Então, a Moção da CDU, sobre a defesa do património arquivístico, está retirada. Como a outra é Recomendação, não se vota. Do CDS, temos duas Recomendações, também não se vota. Do PS, o Voto de Pesar está votado. Temos a Moção do voucher do Partido Socialista. Alteram a redação da Moção, só naquela parte do valor? Valor a definir, é isso? E mantém todo o resto. Muito bem. Então, a esta Moção do voucher do Partido Socialista é retirado o valor indicado e é substituído por um valor a definir. Vamos pô-la à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Criação de Vouchers para Turistas** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta e cinco votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Relativamente ao PSD, temos um Voto de Pesar e temos uma Recomendação, também não é para votar. O Voto de Pesar já foi votado. Do Bloco de Esquerda também uma Recomendação. Portanto, não temos mais nenhum documento a votar, está encerrado este ponto. Posto isto, passávamos, então, à ordem de trabalhos da nossa sessão de hoje.” -----

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 2.1 - Alteração Orçamental Modificada - 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Ano de 2021 - discussão e votação. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer apresentar, por favor?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhora Presidente. Relativamente a este ponto, na sequência daquilo que, muito recentemente, e desde a última Assembleia Municipal não decorreu assim tanto tempo, onde uma das questões era exatamente a integração do saldo da gerência anterior, que eu referi a comprovação e a demonstração clara daquilo que é a prática corrente orçamental do Município da Guarda. Sempre que há um excedente do orçamento anterior, que nós integramos num saldo e identificamos, legalmente, como o saldo da gerência anterior. E este ano, 2020, temos um valor de 8 milhões, 538 mil e 629 euros. Para além deste montante do saldo da gerência anterior, nós, em termos daquilo que são receitas que prevemos receber em função de candidaturas que vamos fazer também aos fundos comunitários, incluímos no orçamento um valor de 2 milhões, 164 mil e 370 euros, o que dá um total de 10 milhões e 703 mil euros. Portanto, naquilo que é prática orçamental, aquilo que é uma exigência de boas práticas orçamentais, que é a integração do saldo da gerência anterior no orçamento que foi previsto, planeado, no ano de 2020, mas que tem a sua efetividade em 2021, nós temos o compromisso de integrar estes 10.7 milhões, o que aumentará o valor do orçamento para, nesse montante, 10.7 milhões, para 61 milhões, 883 mil e 152 euros. E se tivermos a atenção de analisar as Grandes Opções do Plano, nós vemos a coluna, as funções gerais... mas, talvez, aqui, para não ter de falar em todas as funções, mas naquelas que, se calhar, os senhores têm mais interesse. Se formos analisar aqui as funções económicas, nós tínhamos um financiamento definido, por exemplo, Agricultura e Pescas de 910, Silvicultura e, portanto, o que abrange também a limpeza das bermas, das estradas e também o plano de combate a incêndios e prevenção da floresta, nós tínhamos um valor inicial de 910 mil euros. O valor, atualmente, em orçamento, 1 milhão, 180. E essa coluna, uma segunda coluna que está exatamente no documento das GOP's, nós vemos qual foi o incremento. Ou seja, a distribuição destes 10 milhões por todas as rubricas, por todas as GOP's que nós temos no documento que eu tenho aqui, e que vos estou a dar, a título de exemplo, na Agricultura. Mas podia-vos falar aqui no âmbito do pacto da CIM. Nós tínhamos previsto, temos um conjunto de candidaturas e ações comuns com a Comunidade Intermunicipal, nós tínhamos previsto, inicialmente, 1 milhão de euros, e, atualmente, temos lá um valor de 3 milhões de euros. Se analisarmos, por exemplo, Mercados e Feiras: previstos, inicialmente, 420 mil euros e agora temos um valor de 820 mil euros. Duplicámos, praticamente o valor. Requalificação da Plataforma Logística, tínhamos 100 mil euros. Atualmente temos lá meio milhão de euros e, na próxima Reunião de Câmara, iremos lançar, efetivamente, já o procedimento para executar a fase de ampliação da Plataforma Logística. Os Passadiços do Mondego, tínhamos previsto no orçamento inicial 1 milhão de euros, e, atualmente, temos um valor de 2 milhões de euros. Portanto, vejam a técnica orçamental, que não somos nós que inventamos, mas temos que cumprir essas regras. Ou seja, destes 10 milhões de euros, distribuir, reforçar todas as rubricas que nós entendemos que são essenciais. Estavam insuficientemente dotadas. Consideramos até, nestes três, quatro meses, novos projetos que já estavam sinalizados e entendemos, então, tomar como mais importantes do que aquilo que, há quatro meses, se calhar, tínhamos considerado. E, daí, também, outras funções, as transferências entre administrações, tínhamos cerca de 900 mil e passou para 1 milhão e 900. Os Acordos de Cooperação com as Freguesias, onde tínhamos meio milhão e temos, hoje, um montante de 1 milhão e meio. Portanto, são áreas que, como eu disse, necessitavam, efetivamente, de mais reforço. Nós sabíamos que íamos

integrar o saldo da gerência anterior, como tem sido regra nos anos transatos. E, depois, dizer uma nota muito simples. Há um valor que nós temos arrecadado para situações extraordinárias, ou aquilo que é o objetivo desse montante é afetar quando surgir o momento de resolver e fazer o acordo com as águas de Portugal. E com certeza que esse é um valor que, em termos orçamentais, tem o seu peso e diminui a execução orçamental. Porque, se não fizermos nada com esse dinheiro, todos os anos ele está lá, está lá guardado, mas todos os anos há um valor que não é usado, logo, diminui também a execução orçamental que nós temos como objetivo ter sempre numa dimensão prevista dos 100%. Mas, com menos o valor que está previsto atribuir na resolução do processo das águas, nunca conseguiremos ter, enquanto esse valor lá estiver, um grau de execução de 100%. Será que é difícil? Também sabemos disso, mas também temos a noção clara que o Município da Guarda tem sempre graus de execução superiores. Entre os 75% e 85%. Tem sido essa a meta orçamental. Portanto, esta nota de esclarecimento: cumprimento da lei, reforço das rúbricas que considerámos mais importantes do orçamento para 2021. E com certeza que vemos assim, adequadamente e proporcionalmente, reforçadas as verbas que são essenciais para promover esse desenvolvimento que todos desejamos. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Quem pretende intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Assistimos aqui a um reforço do orçamento inicialmente aprovado que permitiu uma política de aquisição de diversos equipamentos, que já vimos, que tinha sido antes adiada pelo facto do orçamento de 2020 ter sido reduzido no montante de 10 milhões, 340 euros, aquando da segunda revisão dos documentos provisionais que fizemos em dezembro. Agora, o orçamento foi acrescentado em mais 10 milhões, que eu trouxe aqui o papel, são 10 milhões e 700 mil, 693. Ou seja, estamos aqui perante um encolhe, desencilhe. E agora ia perguntar ao senhor Presidente, o que é que ainda há para vir das várias candidaturas que a Câmara fez e que ainda não teve resultado. Provavelmente esse dinheiro que pode vir, pode vir a reforçar e justificar uma segunda revisão. Pronto, era isso.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado... é o Rui, não é? Faz favor. Desculpem, com a luz...” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia, na pessoa da senhora Presidente. Cumprimento também o senhor Presidente de Câmara e os restantes Vereadores presentes, os Deputados presentes na sala e os que nos acompanham por via digital, os funcionários da Câmara, comunicação social e restante público. Como o senhor Presidente nos acabou de explicar, esta questão, este ajustamento, é uma matéria técnica e que todos os anos ocorre. O seu principal móbil é a incorporação do saldo transitado do ano anterior e, portanto, sobre isso, é uma matéria técnica. É uma operação que, tecnicamente, tem que ser realizada e, portanto, sobre isso, não nos apraz dizer mais nada. A questão aqui que se nos coloca, tem mais a ver com as opções de alocação desses excedentes que são feitas. Portanto, as opções, que é uma prerrogativa do Executivo e que se traduzirá num investimento. E é sobre essa política de investimento que nós temos algumas reservas. E, portanto, não é sobre as opções desta proposta em concreto que vamos fazer uma apreciação, mas vamos fazer em abstrato sobre a política de investimento público do

Município. Dizendo que os Municípios, à semelhança de todo o conjunto de outras entidades com cariz empresarial, ou não, têm, entre os seus diversos instrumentos de gestão dos territórios, a capacidade de investimento como determinante do desenvolvimento desses mesmos territórios. E, assim, a política de investimento deve elencar o conjunto de princípios e medidas que norteiam a gestão de longo prazo dos ativos. Combina aspetos de filosofia de investimentos e de planeamento e tem, como pano de fundo, o conceito de equilíbrio e perenidade dos benefícios esperados. A política de investimentos coerente, privilegia o retorno adequado dos recursos mobilizados para o investimento. E esta questão é particularmente importante no investimento público, por esses recursos serem património de um conjunto alargado de stakeholders. No caso concreto do Município da Guarda, a sua política de investimentos tem repercussão na vida dos cidadãos pela relevância que esta entidade assume no contexto local. E, por outro lado, os recursos devem ser criteriosamente alocados por forma a alcançar uma distribuição equilibrada pelas diversas funções. Temos, porém, sido confrontados com sinais contraditórios do Executivo, quando se trata da política de investimento do Município. Importa, pois, em nome da boa governação que todos desejamos para o Município, e independentemente das opções políticas próprias de cada grupo de cidadãos, que haja uma clarificação sobre as prioridades deste Executivo no que toca ao investimento público. Não se trata apenas das aquisições que o Município vai fazendo por opção do Executivo Municipal, trata-se também da preservação desse investimento por forma a assegurar o retorno esperado. E é nesse espírito, e com vontade de trazer luz ao debate sobre as opções de investimento, que trazemos hoje a esta Assembleia algumas questões para o Executivo, que esperamos que contribuam para uma maior transparência na governação. Senhor Presidente, na sessão de Câmara realizada em vinte e três de julho do ano passado, o senhor Presidente apresentou uma proposta de autorização da alienação do lote nº 69 da PLIE, por parte da sua detentora, à data. Muito resumidamente, o lote havia sido adquirido, há muitos anos atrás, por uma empresa local e acabou por ser comprado, em sede judicial, por uma empresa sediada em Santarém que se dedica a atividades de programação informática. Foi esta empresa que solicitou à Câmara Municipal, nessa altura, suponho que antes de julho do ano passado, autorização para alienar este lote a favor de uma sociedade de mediação imobiliária, com sede em Carnaxide. Cabe aqui recordar que esta operação de alienação carece de autorização da Câmara, nos termos do Regulamento Municipal da atribuição de lotes para instalação de atividades económicas, e que esta autorização prévia visa, compreensivelmente, acautelar os superiores interesses do Município, ao evitar processos de especulação imobiliária com bens que foram objeto de investimento público em prejuízo do Município. Ainda na mesma sessão, o senhor Presidente informou a Câmara que a intenção do adquirente seria a decorrente do seu negócio, a compra e venda de imóveis. Ou seja, mesmo após o senhor Presidente ter aqui por diversas vezes, e ainda há momentos ter feito essa alusão, de se ter referido à falta de lotes disponíveis para novos investidores na PLIE, propôs que se autorizasse uma operação especulativa que põe em causa os interesses do Município. São, até agora, duas as empresas que adquiriram este lote com o objetivo de o transacionar no mercado imobiliário. E se sobre a primeira admitimos que possa não ter havido controle por parte do Município por se tratar de uma venda judicial, a segunda dá, na nossa opinião, aos investidores, um sinal errado. Primeiro porque abre um precedente de autorizar a venda de lotes a empresas do ramo imobiliário e, depois de

autorizar uma vez, é difícil negar numa segunda ou terceira. E, depois, porque esta autorização deixa um bem em que o Município investiu recursos, refém de interesses meramente comerciais. Sobre este assunto, para terminar, gostaríamos apenas que o senhor Presidente nos informasse se apurou, posteriormente a julho do ano passado, mais algum facto relevante relativo a este lote de que falamos, nomeadamente no que toca à expectativa de ele vir a servir os propósitos para os quais foi criado, ou seja, permitir o estabelecimento de empresas do concelho. Também na zona baixa da cidade, junto à estação de comboios, soubemos que a Câmara adquiriu, recentemente, um imóvel, cuja última ocupação foi uma oficina de reparação e comércio de automóveis. Na imprensa local, foi especulado que poderia servir de terminal intermodal para transportes urbanos, embora não resulte claro que o espaço disponível permita essa função para o edifício. É por isso que deixamos também aqui um pedido de que nos esclareça acerca do objetivo da aquisição deste imóvel e de qual o horizonte temporal que espera ser necessário para colocar o edifício ao serviço dos munícipes. Mas não só de investimento em bens vive uma organização, e, por maioria de razão, o mesmo se aplica ao Município da Guarda. O Investimento nos recursos humanos tem também um efeito reprodutivo na melhoria dos serviços prestados aos munícipes, e todos sabemos que alguns trabalhadores do Município têm visto a sua progressão na carreira atrasada por questões que lhes são alheias. O Município da Guarda, por despacho do senhor Presidente, permitiu, recentemente, uma mobilidade intercarreiras a um conjunto de Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores que há muito aguardavam esta oportunidade. Tê-lo feito em ano de eleições, será um mero pormenor sobre o qual não nos demoraremos. Mas, se existe um conjunto de trabalhadores que viu justamente melhorada a sua situação profissional, existe um outro que, neste processo, ficou para trás. Esperávamos da Câmara mais investimento nestes recursos, mais reconhecimento pelo seu contributo. Esperávamos que a Câmara lançasse mão da sua opção gestionária para que esta correção fosse mais extensa, dando um sinal, a quem se dedica, que o esforço é valorizado e compensado na estrita medida das possibilidades do Município. E, portanto, acerca deste tema, deixamos também um pedido de que nos informe qual a sua política em matéria de investimento nos recursos humanos do Município, que critérios estiveram na base das progressões autorizadas pelo seu despacho e de que forma se propõe corrigir a situação de todos aqueles que, neste processo, deixou para trás. Seguimos para um quarto caso de um investimento cujo racional é cada vez mais difícil de perceber e cujo processo se iniciou há quatro anos, o da colocação de uma locomotiva na rotunda da Avenida de S. Miguel. Depois de uma intervenção onde só avalizou mais uma rotunda na Guarda e se ergueu uma estrutura volumetricamente relevante em betão armado, foi prometida a colocação de uma locomotiva. Depois, deixou de ser essa para ser outra e creio que vamos já a caminho da terceira. Os custos para completar a obra de arte são relevantes no contexto do orçamento do Município e, entretanto, os utilizadores daquela via estiveram privados, em quase cinco anos, de um elemento decorativo que lhes dê alguma identidade. Temos a rotunda da mão, a rotunda do anjo, a rotunda do cubo e, pelos vistos, a da ponte do comboio que há quatro anos está para chegar. Não seria o caso de se dar um sinal claro aos munícipes, que ali moram e trabalham, de que o Município se preocupa com o embelezamento daquela parcela da cidade? De se devolver a palavra aos cidadãos na busca de uma melhor solução para aquele espaço? De assumir que foi um investimento que não correu como planeado, arrear caminho e utilizar o insucesso para

melhorar futuras intervenções? Senhor Presidente, o que pode ainda esperar a Guarda para aquele espaço, em termos, quer de soluções, quer do seu custo efetivo? E o que fez o Executivo no sentido de evitar que processos semelhantes venham a repetir-se no futuro? Por último, e porque esta intervenção já vai longa, deixamos um último pedido de esclarecimento acerca do recentemente comentado contrato celebrado pelo Município para aquisição de produtos regionais para ofertas institucionais. Sendo certo que estas trocas de presentes são, cada vez mais, anacrónicas e até desaconselhadas pelos códigos de conduta das diversas organizações, concedemos, ainda assim, que podem existir casos em que tais ofertas se justifiquem, e, por isso, começaríamos por questionar em que circunstâncias o Município atribui essas ofertas, caso estas estejam definidas. E, depois, crer que os cidadãos da Guarda merecem, também, de Vossa Excelência, uma palavra acerca da justificação para este contrato ter sido celebrado por ajuste direto, dos critérios de escolha da empresa fornecedora e que nos explique porque é que produtos regionais, pensamos que da Guarda, não foram adquiridos na Guarda. Termino como comecei, a política de investimento do Município é um instrumento de política pública com um impacto no território, mas que mobiliza recursos que são escassos e que são de todos, e é por isso que todos, do lado dos cidadãos, mas também do lado dos atores políticos, devemos estar empenhados em que seja maximizada a sua utilidade e que a sua utilização seja sempre objeto de todas as explicações que se impõem. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Bom dia senhora Presidente da Mesa, distintos membros que a acompanham, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, caros colegas Deputados, senhores Presidentes de Junta, colaboradores da Edilidade, comunicação social, público em geral, designadamente aqueles que nos veem através dos meios audiovisuais, um bom dia a todos. Efetivamente, por esta intervenção do Partido Socialista se vê que tem tão pouco a dizer sobre este documento, que teve que ir arranjar temas laterais. Importantes, sim senhor, temas importantes, mas laterais ao documento que aqui está a ser debatido. O Ponto 1 da Ordem de Trabalhos pressupõe a análise, debate e discussão relativamente àquilo que é uma alteração orçamental decorrente da introdução do saldo de gerência do ano passado, e de mais uns valores que advêm de projetos comunitários, e que, à data em que o orçamento foi proposto, em dezembro, ainda não estávamos na plena posse desses números. Portanto, esse é que é o fim da discussão deste ponto. O Partido Socialista, portanto, quer, com esta intervenção, provar que é um documento onde não há nada que se lhe aponte, e ele, para dar sinal de vida, para mostrar prova de vida, teve que ir arranjar questões laterais para poder ter algum tipo de intervenção. E quero, desde já, também, dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara e ao Executivo que o acompanha, pela celeridade com que tratou esta alteração orçamental. Todos nos lembramos que foi já na segunda quinzena de dezembro que viemos a esta mesma sala para votarmos o orçamento para 2021, e o certo é que, pouco mais de um mês passado, já temos aqui estes valores para podermos ter o orçamento definitivo, o que, dadas as circunstâncias, é um tempo record, o que só nos faz, enfim, ficar felizes e contentes pelo facto desta Câmara ter Técnicos à altura que, em devido tempo e com bastante celeridade, apresenta a todos nós

estes valores para que possamos, na íntegra, abordar a questão orçamental. Verificamos que o orçamento, com a introdução destes mais de 10 milhões de euros, cresceu 21% relativamente àquele que nos tinha sido apresentado em dezembro passado. E, efetivamente, esse crescimento tem por base a alteração orçamental nalgumas rúbricas, das quais se destacam, por exemplo, a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que tinha uma dotação orçamental de 2 milhões e 500 mil euros e que foi acrescida de outros 500 mil euros. Temos, por exemplo, a requalificação de obras de viação que teve uma subida de 300%, passando de 250 mil para 750 mil. Temos, também, a requalificação e ampliação da Plataforma Logística, a terceira fase, que quadruplicou, passou de 100 mil para 500 mil. E poderia estar aqui a falar-vos em muitos outros itens que viram o seu crescimento bastante impulsionado por esta nova alteração orçamental. No caso dos valores que estão inscritos para o aumento da terceira fase da PLIE, isto só vem provar a dinâmica e uma dinâmica muito forte que este Executivo teve na captação, manutenção de investimento e na atração de investidores que escolheram a Guarda para poder exercer a sua atividade económica. Acho que é uma prova viva do dinamismo que caracteriza este Executivo, acho que é uma prova evidente da luz que esta cidade está a viver, após vários anos num pântano socialista em que as empresas fugiam da Guarda, em que os investidores eram simplesmente maltratados e abandonados. Uma nova era nasceu neste concelho e hoje podemos estar orgulhosos da forma como este Executivo trata os empresários. E a prova está que todos os lotes na PLIE estão esgotados, na atual PLIE. Está a pensar-se fazer a ampliação e, portanto, isto é a prova do dinamismo que caracteriza este Executivo, como eu já disse. E, relativamente a este documento, não há muito mais a dizer. É aquilo que resulta da lei e, como tal, é um documento que merece obviamente o voto favorável. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Bom, esta alteração orçamental, com a incorporação do saldo de gerência, vem, de alguma forma, também reforçar o orçamento disponível para o ano corrente. E é importante sempre reforçar os orçamentos. Eu não sei, o senhor Presidente, provavelmente, não vai estar preparado para me responder aqui a estas dúvidas, mas eu queria saber se, efetivamente, nesta situação, o interesse público foi devidamente salvaguardado. Porque, efetivamente, isto também pode representar um reforço do património Municipal. No dia 11 de novembro de 2008, foi publicado um edital de ajuste direto de um conjunto de dois lotes de terreno na Avenida Monsenhor Mendes do Carmo. No dia 18 de dezembro de 2008, pelas dez horas da manhã, no edifício dos Paços do Concelho, foi elaborado o auto de adjudicação provisória referente a estes dois lotes. Pretendemos saber: foi feita a escritura pública dos lotes? Se houve escritura pública, (porque podia não ter chegado a concretizar-se o negócio, não e?) constam, da mesma escritura pública, as cláusulas de reversão constantes no edital? Se constam as cláusulas de reversão, porque não foram aplicadas? Porque, supostamente, teriam que ser aplicadas até 2010. Se não constam as cláusulas de reversão, qual a razão? Avenida Monsenhor Mendes do Carmo, lote 4 e 5. Portanto, é também uma situação... 2008, o edital é de 11 de novembro, o auto de adjudicação provisória é de 18 de dezembro 2008. Se o senhor Presidente conseguir obter respostas ainda durante o decurso desta Assembleia,

agradecíamos. Não sendo possível, se nos pudesse depois enviar uma cópia da escritura pública, se ela existir, agradecemos. É uma questão também de interesse público. Nada foi edificado no local, havia essa cláusula de reversão de haver uma edificação no prazo máximo de dois anos. Portanto, interessa que todas estas situações sejam salvaguardadas. Obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Senhor Presidente, mais uma vez, bom dia. Sobre este Ponto da Ordem de Trabalhos, e uma vez que o senhor Deputado frisou que não tínhamos nada a acrescentar acerca do documento em si, deixe-me, então, dar-lhe três ou quatro argumentos sobre aquilo que justificou a nossa votação contra, à data, do orçamento, e aquilo que justifica a nossa votação, atualmente, contra esta alteração. Em primeiro lugar...”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, só lhe vou pedir que seja muito rápido, porque vocês já não têm tempo. Já percebeu isso?” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Vou tentar, então. Quando a senhora Presidente entender, eu retirar-me-ei.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, mas eu peço-lhe que seja preciso e conciso.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Está bem, muito bem. Já na altura do orçamento, nós tínhamos dito, e frisámo-lo várias vezes, que havia verbas que estavam alocadas que não eram suficientes para combater o atual estado pandémico que vivemos. E a prova disso é aqui uma pequena alteração, só para vocês verem onde é que chega, em que tínhamos, reparem bem, 75 mil euros, única e exclusivamente, para fazer face as medidas de mitigação à pandemia, estavam inscritas, no orçamento, 75 mil euros. Foram agora reforçadas com 425 mil euros, atingindo, agora, meio milhão de euros. É esse meio milhão de euros que agora está a ser alocado para o ponto que vamos discutir a seguir, para apoiar as medidas ao nível do comércio e da indústria. Isto para dizer que não existe planificação. Se tivesse existido, não era necessário fazer esta alteração, nem a alocação desta verba para esta rubrica. Mais especificamente, também não podia deixar de dizer que, esgotando este plafond, se é que se vai esgotar, não existe mais dinheiro para alocar para as empresas. Haverá necessidade, mais uma vez, fazer outra retificação. Nós estaríamos de acordo se 50% desta verba que foi alocada estivesse direcionada para as áreas sociais. Eu penso que é aí que nós devíamos apostar a nossa intervenção. É isso que não acontece com este Executivo, é isso que não está a ser feito. Aquilo que nós vimos, e se repararmos bem naquilo que foi a alocação das verbas, foi: aumento de aquisição de bens e serviços em 558 mil euros; aumento de aquisição e serviço em mais 488 mil euros para aquisição e serviço; aumento de 2 milhões em outros, construções diversas; aumento de 2 milhões e 450 mil para outras construções e infraestruturas; aumento de 2 milhões e 100 mil para arruamentos e obras complementares. Aqui está qual é a aposta deste Executivo. E todos nós sabemos quais são as promessas deste Executivo. Não vou estar aqui a argumentar, neste momento, a falar sobre as promessas do Governo que não cumpriu, como já alguns Deputados aqui estiveram a falar. Eu acho que o momento é de vermos quais

são as promessas que este Executivo não cumpriu ao longo destes sete anos, a caminho dos oito anos. Isso é que é importante, isso é que interessa à Guarda. Isso é que é relevante para a Guarda. E parece-me óbvio que, perante estes números e perante aquilo que eu aqui acabei de dizer, o Partido Socialista só tem uma solução, é votar contra. Votar contra porque votámos contra o orçamento e dissemo-lo porquê, e a prova disso são estas pequenas retificações que aqui vêm, e porque, efetivamente, nós consideraríamos que o saldo de gerência devia ser, em 50%, alocado às funções sociais e económicas e não é isso que acontece. Assim sendo, não nos resta nenhuma alternativa. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Bom dia, mais uma vez. Efetivamente, são estas pequenas coisas que distinguem o PSD do PS. Todos nós sabemos que o Partido Socialista é mais vocacionado, na sua génese ideológica, para a causa social. O PSD é mais virado para o desenvolvimento, para que as pessoas possam ganhar dinheiro, para que se possa criar riqueza e para que essa riqueza possa ser distribuída. Ao passo que o PS, efetivamente, pretende dar dinheiro às pessoas, mas sabe-se lá de onde é que vem o dinheiro. E um dia, se tivermos de pagar, pagá-lo-emos. Ou não. Aliás, era um dos vossos militantes que advogava que a dívida não devia ser paga, portanto, isso são os belos princípios do Partido Socialista. Mas, efetivamente, acusa a Câmara de não ter estratégia, acusa a Câmara de ser laxista. Bem, eu quando olho para aqui e vejo a inscrição de 2 milhões, 164 mil e 370 euros, relativos a projetos comunitários, portanto, a parte que cabe à Câmara da Guarda, na comparticipação dos projetos comunitários, isto, para mim, é uma prova que, efetivamente, houve trabalho, houve candidaturas, candidaturas vencedoras e que, por esse facto, lhes foi atribuída esta verba com algum significado. Mas também é a prova que a Câmara, não descurando as funções sociais, aposta sim na economia, no desenvolvimento do território. E não é à toa que nós verificamos aqui a inscrição de verbas, por exemplo, para o turismo, que passou de 2 milhões e 80 mil euros para 3 milhões e 80 mil euros. Portanto, a inscrição aqui de mais 1 milhão de euros para o turismo que, como nós sabemos, é um dos motores do desenvolvimento económico português e da Guarda também não poderia deixar de o ser. E também vemos aqui a inscrição para o dobro, de 1 milhão para 2 milhões, nos Passadiços do Mondego, que está também diretamente ligado no ponto que eu falei anteriormente, portanto, a promoção do turismo, a atratividade do território. Isto são apenas dois pequenos exemplos, eu podia falar em mais. Efetivamente, o Partido Socialista, durante os trinta e sete anos que estive na Câmara, não teve nem a arte nem o engenho de conseguir fundos comunitários ao nível daqueles que hoje este Executivo consegue. E também todos nós sabemos qual é que era a perspetiva, em termos empresariais e de desenvolvimento do comércio, que impunha para o concelho. E, portanto, esse passado esteve à vista até há uns anos atrás e os Guardenses pronunciaram-se quanto à valia, ou não, desse mandato. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente da Junta de Santana da Azinha, faz favor.” -----

- **Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha, José Gonçalves:** “Bom dia a todos. Não era para fazer intervenção, mas, já agora, acho que é melhor. Agradecer a celebridade, acho que sim. Mas o que me dói é o esquecimento. E, a propósito das promessas, volta aqui a velha conversa da questão do saneamento. Vejo que a verba foi reforçada na questão, agora, para a revisão. Mas, em relação à questão do saneamento, da verba, quanto é que foi alocado para o saneamento na Freguesia de Santana? Não vejo isso. Não vejo e leva-me a questionar que a palavra já não basta. Falam-me num estudo. O estudo está feito. Andamos aqui de estudo em estudo e a obra não se faz. É tão simples. Por isso é que eu peço, cumpram a palavra, a palavra que foi dada. Ou então, de uma vez por todas, desenganem a freguesia e digam que não fazem o saneamento. Ao menos assim, toda a gente sabe com que linhas se cose. E, se me for permitido, dava já aqui um toque em relação ao 2.3, depois escuso de cá vir novamente. Como já tive a oportunidade de dizer, não é com um cheque 30 mil euros que me calam. Peço desculpa. Não é a questão dos 30 mil euros, se é muito, se é pouco, porque é uma questão que acaba por ser subjetiva. Pode ser muito para alguns, pouco para outros. Não é isso que ponho em causa. Mas também não entendo os 30 mil igual para todos, como se fosse tudo uma tábua rasa, como se todos fossem iguais ao nível de área, de população, de infraestruturas, se tem escolas, se não tem, ao nível de caminhos. Não entendo isso. Porquê o igual para todos? Tudo bem. Mas isso, cada um falará por si, aqui, se entenderem que devem falar. Qual foi o critério para ser utilizado? Não sei. Se é questão de filhos e enteados, também não faço a mínima ideia. E, só para finalizar, a propósito ainda da última Assembleia, dizer que a vergonha é dizer Ámen a tudo, é aceitar sem questionar, é resignar-se, é baixar-se, é ser complacente e conivente com o erro. Peço desculpa. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente de Junta. Mais alguém? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Deputado Aires Diniz, se bem me recordo, relativamente aos projetos, quer dizer, a revisão orçamental, a alteração orçamental, são sempre formas de nós adaptarmos mais e melhor o orçamento àquilo que for a realidade concreta do momento. É claro que os orçamentos, quando são feitos, obedecem a uma regra de planeamento, e, ela, quanto mais próxima da realidade estiver, melhor foi a técnica e a capacidade que nós tivemos de prever os investimentos. Mas, de facto, com esta revisão, houve já aqui, não só preparando o quadro comunitário que vai encerrar daqui a dois anos, mas também aquele que vai abrir este ano, nós já estamos a pensar em, pelo menos, fazer projeto, e, se possível, abrir procedimentos. Porque, naquele que está a acabar, o quadro comunitário que termina em 2020, mas que foi estendido até 2023, nós estamos a preparar um conjunto de projetos. Porquê? Porque só conseguimos, eventualmente, ir buscar algum dinheiro, se conseguirmos e se tivermos maturidade nos projetos. A maturidade, em que todas as Câmaras vão procurar ir buscar mais dinheiro, mas é fundamental que tenhamos o projeto, e, se possível, o lançamento do concurso. Portanto, nós acreditamos que as projeções, as obras, os projetos que queremos fazer no futuro, elas já estão aqui, de alguma forma, plasmadas. Mas não posso garantir que não tenhamos, durante o ano, que fazer alguma alteração ou alguma revisão. A dinâmica também exige e é uma coisa que a substância, do meu ponto de vista, embora criticável este princípio, aceito, a substância, muitas vezes, para mim, prevalece sobre a forma. Se bem que a forma é assim, e é mesmo

assim que temos que a cumprir. Mas, neste equilíbrio da substância e da forma, eu não vou deixar de fazer uma obra porque não está projetada, não está planeada no orçamento, ou prevista no orçamento. Mas, se tiver que rever o orçamento, para avançar com uma obra nova, com certeza que teremos que fazer esse caminho. E, portanto, penso que essa questão, nós avançamos com projetos, como disse, da Plataforma Logística. Já está aprovado, vamos lançar o procedimento. A situação dos Passadiços, como sabem, ainda não havia fundos comunitários. Foi lançada agora uma possibilidade de candidatura e nós estamos a concorrer para cerca de 3 milhões, 3 milhões e meio de euros, para os Passadiços. Estamos a fazê-lo também na área ambiental, para viaturas, para depósitos de recolha de resíduos, mas também transformação dos resíduos orgânicos, vegetais, de forma a colmatar um problema grave, que se agravou este ano. E o Governo, por incumprimento sucessivo daquilo que eram as diretrizes e os índices máximos, e por incumprimento desses índices de separação de resíduos sólidos urbanos, a União Europeia já era para aplicar sanções ao Governo Português em 2021. Em 2022 vai aplicar, porque nós não cumprimos a taxa mínima que a União Europeia estabeleceu para a separação dos resíduos sólidos. Daí nós termos tido um aumento desta taxa, de 0.11 cêntimos por tonelada, para 0.22 cêntimos por tonelada, no ano 2021. Já o Governo Português a preparar aquilo que vai pagar no ano 2022, com sanções da União Europeia, porque nós não cumprimos globalmente as taxas exigidas pela União Europeia, naquilo que tem a ver com a reciclagem e separação dos resíduos sólidos urbanos. E, portanto, aqui também um apelo e estamos a trabalhar nesse sentido, mesmo naquilo que tem a ver com os resíduos dos nossos jardins, da floresta. Em vez de irem para o aterro sanitário, e um camião pega nestes resíduos, leva para o Fundão e nós pagamos a tonelada a 22 cêntimos, se pudermos, no nosso território, evitar que entre no circuito de transporte, então, nós estamos a reduzir o nosso custo com a taxa de resíduos sólidos, desde logo porque estamos a separar, estamos a reciclar, estamos a separar. E, portanto, se for assim, nós temos aqui um ganho de causa e estamos a criar condições também nesta área. E, por isso, a União Europeia, no âmbito do POSEUR, estamos a fazer diferentes candidaturas, para que possamos ir ao encontro e satisfação desta necessidade. Depois, dizer que falar de investimento, e o Deputado Pedro... eu, de facto, concedo porque estamos a falar, foi assim que foi indicado no início das suas palavras, em termos abstratos. Pois. Porque em termos concretos nós vamos muito mais além daquilo que foi o seu texto e foram as suas palavras. Vamos falar de requalificação urbana - estamos a trabalhar na requalificação urbana. Vamos falar de regeneração e requalificação de pavimentação urbana - estamos a fazer trabalho na requalificação e regeneração urbana. Estamos a dar vida ao Centro Histórico, estamos a tratar de dar vida ao Centro Histórico. Temos projetos. Vou afirmá-lo. Queremos requalificar o Largo Frei Pedro, não vai ser neste mandado, mas estamos a lançar as bases para uma futura requalificação. A ligação à Misericórdia - com certeza, estamos a apostar também nessa área. A Plataforma Logística, os lotes. E falou aí de uma questão que tem a sua relevância, mas não nos termos em que a transmitiu, porque há um lote de uma empresa, o lote 69, há uma empresa da Guarda que o adquiriu. Por motivos financeiros, foi à arrematação pública no tribunal. E aí não é o Município da Guarda que tem ou define as regras. É o tribunal. É claro que aqueles lotes estão sujeitos ao princípio da reversão e da preferência. Mas, se é uma sociedade imobiliária que é contratada até pelo tribunal, para vender bens que são arrematados, que estão para ser vendidos para pagar aos credores, portanto, nesta matéria,

o Município da Guarda não tem qualquer intervenção. Claro que também me chocou. E nós tomámos uma posição. Mas era a 3.92, que é aquilo que paga qualquer cidadão, qualquer empresário, qualquer empresário em nome individual, qualquer empresa, por metro quadrado, na Plataforma Logística. Agora, se o tribunal entendeu que devia vender por mais, então seguiu as regras que ele definiu. Certo é que temos um regulamento e, comprem pelo valor que comprarem, sendo certo que quem comprar por 4, por 10, por 15, pode fazê-lo, mas a Câmara está a vender a 3.92. Portanto, não vamos comprar a 10 para depois ir vender a 3.92. Mas o tribunal pode fazê-lo. Agora, o que é certo é que se não cumprirem as regras que estão no regulamento, nós faremos cumprir. Ao nível do investimento que o senhor referiu, ao nível do Recursos Humanos. Eu quero dizer aqui duas questões que são essenciais. Se optássemos pela opção gestionária, que não foi o caso, não foi isso que pretendemos alcançar, nós estaríamos, portanto, a posicionar ou a reposicionar as pessoas, os trabalhadores, do ponto de vista remuneratório, na carreira que possuíam. Mas o que nós fizemos foi uma mobilidade. E a mobilidade é o reposicionamento, em termos de categoria, das categorias que cada um possui. Assistentes operacionais de há anos com licenciatura. Percebam, é uma situação que o Partido Socialista criou e nunca se resolveu. E tivemos este momento. Este é o momento da solução, mas demorou mais de um ano a resolver esta questão. Mais de um ano. Para chegarmos, como chegámos, aqui a esta solução, demorámos mais de um ano para que isto acontecesse. E tem custos. Tem custos elevados, mas também sabemos que a motivação e a promoção dos nossos trabalhadores, uma ambição histórica com mais de quinze anos na Câmara da Guarda. Nós tomámos essa decisão de colocar em mobilidade cidadãos que entraram na Câmara Municipal da Guarda e que tinham a 4ª classe, que tinham o 9º ano, que tinham o 10º. Hoje têm licenciatura, promoveram as suas competências, desenvolveram as suas aptidões. E então, é justo que se reconheça, ao fim de quinze anos, ou não, estas pessoas? Nós fizemo-lo. Foram cerca de sessenta pessoas. Mas não o fizemos de forma discricionária ou arbitrária. Primeiro, trouxemos, na última Assembleia Municipal, o mapa de pessoal, onde identificámos os critérios para que nós pudéssemos reposicionar na categoria, por via da mobilidade, estes sessenta trabalhadores. Critérios como: a necessidade efetiva para o serviço; o desempenho de funções de complexidade superior à carreira onde se encontra; terceiro, elevado grau de compromisso com o serviço; quarto, potencial demonstrado; quinto, antiguidade na função pública; sexto, anos decorridos após a sua formação; sétimo, avaliação de desempenho. Foram estes os critérios. Foi também a nossa interpretação, é verdade. O artista faz a obra e também é a interpretação que ele faz daquela realidade. Nós somos Executivo, interpretamos a realidade de acordo com os nossos ... mental. Definimos estes objetivos, procurámos ser justos e ir ao encontro destes objetivos. Porque é que não foram todos? Este princípio que perpassa pela nossa consciência coletiva de que, se estivermos todos mal, está tudo bem. Mas se algum de nós estiver bem, então mal dos outros e então é melhor não mexer naqueles que podem melhorar a sua circunstância. Não é esse o princípio. O princípio para promovermos, de facto, uma sociedade mais justa, mais equilibrada, é promover em função da capacidade do desempenho que cada um possui. Se porventura, e aqui temos um fator determinante, assistentes operacionais que quisemos, com licenciatura, que passassem a técnicos superiores. Era justo. Estudaram, devolveram, promoveram-se, criaram novas dinâmicas e novas aptidões. Para quê? Para enriquecer o seu currículo, mas, ao mesmo tempo, a

Instituição onde se integram. Então, nós entendemos premiá-los. Agora, vamos admitir que todos tinham que, neste momento, progredir para técnicos superiores. A questão é a da necessidade. Então o motorista, o telefonista, o canalizador, se é técnico superior, ele deixa de ser telefonista, deixa de ser motorista, deixa de cumprir estas funções. O que é que ia acontecer na Câmara da Guarda? Iríamos ter funções que não iriam ser realizadas. Porquê? Porque colocámos em categorias de técnico superior, cujo conteúdo funcional e o objeto exige uma elevação em termos funcionais. E, portanto, o canalizador, que iria deixar de ser canalizador, passaria a técnico superior. E quem viria fazer o trabalho que estava previsto como canalizador, como o motorista e outras funções? E esta é a razão pela qual não podem ser todos, porque deixaríamos desprotegidas funções que também são essenciais para a satisfação das necessidades públicas no concelho. E não pudemos criar essa irresponsabilidade. Ilegal, mas também irresponsável se o fizéssemos. Portanto, esta é a reposição de uma situação que, historicamente, se justifica, porque são mais de quinze anos sem qualquer reposicionamento, destes trabalhadores, na Câmara Municipal da Guarda. Com certeza que haverá outras situações, não são iguais, análogas que necessitarão e estão a ser avaliadas. E nós, com o tempo, poderemos também contribuir para valorizar os nossos recursos humanos. Mas esta foi, para nós, a prioridade. Porque foi, para nós, também, aquela que mais nos chocava do ponto de vista do desempenho e daquilo que tinha sido, ao longo destes anos, uma evolução que esses trabalhadores demonstraram e que mereciam, por parte do Executivo, também ser reconhecidos. E, portanto, não é todos, porque nós não temos essa visão que têm que ser todos, o bom, o médio e o mau. Porque é assim a sociedade. Nós temos aqueles que têm um alto nível de desempenho, aqueles que têm desempenhos medianos e aqueles que até têm desempenhos medíocres. Mas, independentemente desta circunstância, também é certo que, por razões objetivas, não é possível, efetivamente, colocar no mesmo momento, sem salvaguardar os lugares de origem, trabalhadores que o quadro de pessoal não permite a sua contratação. A não ser que nós o alteremos. E vamos alterar com certeza. Já alterámos, como sabem, também na última Assembleia Municipal. E, portanto, estamos a colmatar essas necessidades à medida que elas vão surgindo e na medida também das nossas disponibilidades. E, portanto, opção gestionária não é a opção tomada pelo Executivo, não é a opção também adequada a satisfazer as necessidades que nós temos ao nível dos recursos humanos da Câmara Municipal, e, por isso, optámos pela solução que melhor se adequa à satisfação dos interesses prioritários ao nível dos recursos humanos, que foi colocar em situações de mobilidade, que durarão entre seis a oito meses. E digo oito meses, porque há quem tenha assinado um acordo de trabalho com o sindicato, e esses beneficiam de um prazo de seis meses. Mas, para aqueles que não têm esse acordo coletivo de trabalho, poderá chegar aos oito meses. E, ao fim dessa data, as pessoas que estão em mobilidade, cumprindo as funções que lhe foram adstritas no âmbito deste reposicionamento na categoria, irão efetivamente desenvolver essas funções porque já as estavam também a desenvolver. É uma questão de necessidade, já estavam a desenvolver. Nós não deixámos desprotegidas as funções no lugar de origem onde esses trabalhadores estavam. Eles agora apenas foram reconhecidos. Exercendo essas funções de nível superior, são reconhecidos em termos de categoria também pelas funções que exercem. E, portanto, repito, não poderíamos fazê-los todos porque deixariam também, de alguma forma, desprotegidos os lugares de origem, funções também essas essenciais para promover a satisfação do interesse público.

Depois, também transmitir o seguinte. Nós, esta empresa que nos fez uma proposta por ajuste direto, que já vendeu ao melhor preço os testes rápidos, já vendeu ao melhor preço os computadores, (porque muitos dos computadores que estão hoje nos agrupamentos, e é por via dos agrupamentos que nós damos resposta mais uma vez àquilo que são necessidades da sociedade escolar) esta empresa teve já esta capacidade de dar resposta ao melhor preço, repito, nestas duas áreas. Fez uma proposta também, que eu exigi, desde que fossem produtos regionais. Efetivamente, estamos a trabalhar, fruto também deste relacionamento, para a criação... nada tem a ver diretamente uma coisa com a outra. Já vos disse. Nós vemos o melhor preço. Respondeu ao melhor preço e nós comprámos, dentro deste critério produtos regionais, e adquirimos a esta empresa. É certo, com este grupo estamos a trabalhar para que eu, em junho, que possa vir aqui, e é aí que eu acredito também, informar esta Assembleia de um novo investimento para a Guarda. Não tem nada a ver diretamente com a pergunta, mas a talho de foice acabo por referir. Também estamos a trabalhar com este grupo exatamente para desenvolver um projeto, com a criação de perto de uma centena de trabalhadores nesta cidade. E isso também nos orgulha, estabelecer laços empresariais, comerciais e que ajudem, de facto, a dar impulso ao nosso território. Depois, também relativamente ao senhor Presidente de Santana da Azinha. Eu já não sei o que é que lhe hei de dizer. Porque, relativamente ao orçamento, e que nós vimos aqui a tomada de posição que tomou, que eu saiba não existe nenhuma animosidade entre o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha e o Presidente da Câmara, nem o Executivo. Acho que este espaço, esta Câmara, discutem-se opiniões divergentes. Mas tenho que lhe dizer que nós podemos tardar, não faltamos. Mas aquilo que o senhor colocou, já na última Assembleia Municipal, foi um desacreditar completo naquilo que são as opções orçamentais deste Executivo. Nenhuma razão em termos daquilo que é o texto, aquilo que são as opções que conseguiu aqui invocar para dizer que estávamos errados. E, pese embora as diferentes reuniões por via telefónica, pessoal, pessoalmente comigo, com o Executivo presente, foi esclarecido o ponto da situação, quer relativamente ao saneamento, quer relativamente também a outras necessidades que a Freguesia, como todas as outras Freguesias representam. E nós temos tido essa capacidade de diálogo, essa abertura com todas as Freguesias, sabendo que os pedidos são muitos e nem sempre conseguimos dar resposta. Agora, vir dizer aqui... um esforço enorme, mas a seu tempo lá iremos chegar, um esforço enorme que o Município está a fazer, e dizer aqui que 30 mil euros são insuficientes nuns casos, são demais noutros e que toda outra qualquer solução seria melhor do que aquela que foi adotada, depois de termos tido reuniões com todas as Freguesias onde debatemos e tivemos conhecimento mais profundo daquilo que eram as vossas necessidades, penso que não é uma questão de vergonha, mas é uma questão de respeito. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passávamos, então, à votação deste ponto. Não pode responder. Se quiser, depois, usar alguma figura regimental... não vamos aqui entrar em diálogo, porque esta história de: um acusa, o outro também; um responde, o outro também; um fala antes, o outro, porque depois é o último a falar... Pronto, mas não vamos aqui entrar em diálogo quanto a isso. Não é propriamente... esta é uma casa onde todos devem e podem falar e expressar as suas opiniões, mas duelos fazem-se lá fora. Aqui discutem-se ideias e devem-se respeitar todas as

opiniões. Seja do Presidente de Junta, seja do Presidente da Câmara, seja do Deputado Municipal, todos têm direito à sua opinião e livre expressão. Bom, passemos à votação.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.1 - Alteração Orçamental Modificada - 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Ano de 2021 - discussão e votação.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e seis votos a favor, quatro abstenções e onze votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, Declaração de Voto? Faz favor, senhor Deputado Marco.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Na última Assembleia Municipal, o Bloco de Esquerda, se o senhor Presidente não reparou, votámos contra o Orçamento e agora optámos por nos abster. Ora bem, e abstivemo-nos porquê? Porque entendemos que a circunstância é completamente diferente e não fazia sentido nenhum agora votar contra a vinda e a colocação deste dinheiro, pois muito dele é bem preciso e, se for aplicado nos devidos setores, melhor ainda. Contudo, deixamos aqui alguns alertas. Relembramos o senhor Presidente que é preciso executar medidas que promovam a mobilidade ativa, pedonal e ciclável. Já aqui se falou muito de ideologias e de opções. Pois é, reforçar medidas sociais, senhores Deputados, não é gastar por gastar. É apoiar para que as famílias possam viver com dignidade. Quem de verdade precisa, precisa de ser apoiado. Não é a esquerda ou a direita. Se a direita vê a esquerda como uma linha ideológica que gosta de apoiar as famílias para viverem com dignidade, vejam assim. É a esquerda que o Bloco de Esquerda representa, apoiar quem de verdade precisa. E, por isso, senhor Presidente, utilize o dinheiro para apoiar quem de verdade precisa. Muito obrigado.” -----

Ponto 2.2 - Regulamento Salvaguarda Empresas - Fundo de Emergência Municipal de Apoio às Empresas – discussão e votação. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer apresentar?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, mais uma vez, senhora Presidente. Começaria com uma nota prévia e ainda na sequência daquilo que o senhor Deputado Monteirinho referiu. Nas funções sociais, nós tivemos um reforço em termos de investimento. Estava previsto 13 milhões de euros, reforçámos mais 1 milhão e 700 mil euros. Mas, nas funções económicas, que foi aquela que também identificámos como das mais essenciais, temos um reforço aproximado de 5 milhões de euros. Portanto, estamos a falar exatamente naquilo que, dando resposta ao senhor Deputado Monteirinho, mais de 6 milhões de euros, em 10. As funções económicas e as funções sociais têm efetivamente aqui uma dotação reforçada de mais de 6 milhões de euros. Que, em 10, representa mais de 50% daquilo que foi a integração deste montante no orçamento. Depois, falou-se aqui naquele aspeto dos 75 que foi reforçado para 500. Mas os 500 mil que estão aqui previstos para esta medida concreta, nada tem a ver com as medidas de mitigação da Pandemia. Ou por outra, não estão integrados nesta rubrica. É uma medida própria. Nós falámos já que, no ano 2020, gastámos cerca de 602 mil euros só para apoio a pequenas empresas, a empresários em nome

individual, portanto, o tecido económico do concelho. 602 mil euros. O Programa Salvaguarda... porque não se restringe a esses 602 mil euros, porque este é o que foi direcionado exclusivamente para as empresas. Mas, como disse, nós temos medidas sociais e estamos a apoiar as IPSS's com a água, com a parte dos equipamentos, com os testes, com os transportes e com aquilo que nos vão suscitando. Como também as famílias, a escola, os alunos. Nós temos apoiado diversificadamente estas diferentes necessidades e, portanto, também no orçamento, para além de uma rubrica específica, medidas de mitigação, nós temos um conjunto de ações e medidas concretas de resposta e combate à Pandemia, que estão disseminadas pelas diferentes rubricas do orçamento. E, portanto, foquei esta dos 602 mil euros que foi o valor total que nós despendemos só para as empresas, mas, como há pouco também referi, a escola virtual, os computadores, também não estão nesta medida, mas foi ao abrigo das opções sociais que demos resposta a estas necessidades de educação. E, portanto, entendemos agora, e não fizemos antes, até porque a forma também nos condiciona. Tivemos que elaborar um regulamento que foi aprovado em Reunião de Câmara, e que nós trazemos hoje aqui para ser discutido e também aprovado, no sentido de dirigir uma medida para empresas que tenham até vinte e cinco trabalhadores. É o primeiro critério. Depois, micro e pequenas empresas, de uma forma sucinta, e também empresários em nome individual, que têm também demonstrado aqui uma grande carência e dificuldade para suportar o atual período Pandémico. E qual é o critério para valorizar, para de alguma forma direcionar um apoio, que já vou dizer qual é, para estas empresas? O primeiro fator é uma perda do volume de negócios do seu rendimento superior a 25%. Portanto, qualquer empresa, até vinte e cinco trabalhadores do concelho da Guarda, terá uma ajuda direta financeira para ajudar a colmatar as dificuldades da Pandemia. E nessa perda de rendimento, nessa perda de volume de negócio, entre 25% e 40%, terá um apoio direto de 400 euros. Acima de 40% terá um apoio direto financeiro da Câmara no valor de 600 euros. Foi este o critério encontrado. São estas as regras definidas e não se venha dizer que não é objetivo, como o senhor Deputado António Monteiro referiu, não é objetivo, não é claro. Mais claro que este regulamento... aliás, como todos os outros. Mas pronto, é verdade. Não é uma medida que o Partido Socialista iniciou e, portanto, há que dizer mal, como nós temos observado, naquilo que é o posicionamento sobre temas tão importantes que o Executivo está a assumir, naquilo que é a sua ação de satisfação de necessidades públicas e de combate à Pandemia. Mas, com certeza, a Democracia também é isso. É aceitar o direito à diferença e nós aceitamos. Portanto, é necessário apresentar um conjunto de documentos. Um deles é exatamente a demonstração clara que não está com dívidas, quer à Autoridade Tributária, quer também à Segurança Social. Portanto, tem que haver aqui também alguma demonstração clara que é uma empresa que o seu histórico demonstra, perante estas instituições, o seu cumprimento cabal das obrigações que lhe estão adstritas, e que esta Pandemia veio agravar, efetivamente, a sua situação económica. E nós queremos, com esta medida direta, calculamos que pode chegar até aos 500 mil euros, afetar aqui, de acordo com estes critérios, um valor financeiro. A par, é preciso não esquecer isso, é preciso também reiterar porque nem sempre conseguimos apreender, de uma forma cabal, aquilo que tem sido a nossa ação, acrescenta, só para as empresas, ao valor de 602 mil euros que já gastámos no ano de 2020. Esta forma é aquela que melhor, na nossa perspetiva, dá resposta às necessidades que nos foram colocadas. Necessidades, de acordo também com o documento

que todos tiveram ocasião de analisar, o comércio a retalho com os CAE 47000... eu estou a resumir, portanto, os CAE para não ter que dizer todos. Os CAE 55000, 49000, transportes ocasionais de passageiros, hotéis, restaurantes, pensões. Também restaurantes com lugar ao balcão, cafés, snack-bares, pastelarias. Os transportes de taxistas também, que têm evidenciado uma dificuldade e temos tido várias e diferentes formas de apoiar, nós entendemos fazê-lo por esta via. Edição de jornais, edição de revistas, atividades de rádio, agências de publicidade, CAE 58, 60, 73, 77, 79, escolas de condução e pilotagem. Outras atividades educativas, CAE 85, 90, atividades de artes e espetáculos, reparação de eletrodomésticos e outros equipamentos, reparação de calçado, reparação de relógios, salões de cabeleireiro, institutos de beleza. Portanto, em resumo e sintetizando, são muitas destas atividades que têm uma efetividade bastante elevada no nosso território e que nós, com esta medida, procuramos também colmatar. Não vamos resolver uma situação de doença, que nós não queremos que se prolongue muito mais, mas a verdade é que podemos aqui ajudar a que esta doença não se agrave. E com as ajudas do Governo, que também todos desejamos... porque é preciso dizê-lo. Esta é uma responsabilidade do Governo, quer direta com o Orçamento de Estado, quer pelos milhões que aguardamos todos e que não chegamos. Mas o Município dá aqui este contributo de uma via direta de apoio financeiro para aqueles que mais necessitam, e aqueles mais pequenos que têm a sua pequena atividade comercial, o seu pequeno comércio e que necessitam, nesta hora difícil, deste apoio que nós consideramos que vem em boa hora. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Já ouvi aqui hoje o senhor Presidente dizer que acredita muito na iniciativa privada. E aí comungamos da mesma crença. Eu acho que nós devemos dar as ferramentas às pessoas para elas ganharem o próprio pão, do que apenas limitarmo-nos a distribuir o pão que os outros ganham. Se calhar é isto também que nos distingue um pouco em termos de esquerda, direita. A esquerda acha que as soluções da sociedade passam pelo Estado. A direita entende que as soluções estão na própria sociedade. E também falou, ainda agora na intervenção anterior, que a empresa a quem foi adjudicada a aquisição de produtos regionais vai criar alguns postos de trabalho neste país. Mas é importante que... aliás, o meu avô sempre me disse que não há nada pior do que um conselho seguido de um mau exemplo. E acho que há aqui aspetos em que a Câmara tem que corrigir algumas ações e eu vou referir uma em concreto. Em dois de fevereiro de dois mil e dezoito, foi aprovado o RMEU, Regulamento Municipal de Edificações Urbanas. E, no artigo 83º, diz, no seu ponto 4: «para efeitos de verificação da legitimidade na instrução dos pedidos, considera-se que os alvarás emitidos para a atividade genérica de comércio, até fevereiro de 2006, incluem a possibilidade de utilização para restauração e/ou bebidas, bem como para outras atividades de serviços». O que está a acontecer é que está a ser feita uma leitura deste RMEU, deste artigo e desde ponto, que a própria letra do Regulamento não refere. Portanto, foi esta Câmara que fez aprovar este Regulamento e não pôs aqui nenhuma exceção. E, no entanto, há conhecimento de pessoas que fazem pedidos, porque, efetivamente, antigamente, antes de 2006, havia a classificação de escritórios e de comércios. Não havia a classificação de serviços. E, se bem me parece, as leis não têm retroatividade e não podem

ser retroativas nuns casos e não serem nos outros. E quando as pessoas fazem pedidos para instalação de serviços nos espaços comerciais, onde até já e desde sempre funcionaram serviços, mas entretanto as atividades cessaram e é preciso... as pessoas põem os imóveis no mercado e aparecem outros serviços a querer-se instalar, dizem-lhe: o seu imóvel está inserido numa urbanização, portanto, neste caso, não se aplica este ponto 4 do RMEU. Mas o próprio ponto 4 não o diz. Portanto, parece que este Regulamento só se aplica a edifícios construídos isoladamente e não a edifícios inseridos em urbanizações. É assim, daqui não se tira a leitura...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vai-me perdoar a interrupção. Eu tenho estado a ouvi-lo com muita atenção, a ver se conseguíamos chegar a bom porto. Porque eu aprendi, aprendemos sempre todos muito, mas eu particularmente aprendi e continuo a aprender muito com o Professor Carvalho Rodrigues e quando o começamos a ouvir falar sobre alguma coisa, parece que ele não está a falar daquilo e depois ele anda, anda, anda e vai bater ao ponto. Era o que eu estava à espera que acontecesse com o senhor Deputado...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sim, mas eu chego lá.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O que está a falar, tem alguma coisa a ver com este ponto?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Tem. Isto tem a ver com o apoio às atividades ou com as dificuldades que se colocam às atividades. Certo?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Dir-me-á o senhor se é certo ou errado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Ali temos um conjunto elencado de atividades que este Programa Salvaguarda vai apoiar. Mas eu estou aqui a falar de pessoas, cidadãos, que fizeram investimentos, ao longo dos anos, na Guarda, e que hoje encontram grandes obstáculos, no fundo, à rentabilização de todo o investimento. E hoje, muitos deles estão arrependidos de o terem feito e é preciso olhar para estas situações, também, em concreto. Eu, no fundo, aquilo que eu estou a dizer...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu não discuto a importância do ponto que está a discutir. O que me parece é que não tem a ver propriamente com este ponto que está em discussão.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É um adicional...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas então termine lá, porque já...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É uma adição, no fundo, a este mesmo Plano de Salvaguarda. Temos que salvaguardar todos, não pode ninguém ficar para trás. E eu acho que, mesmo do ponto de vista jurídico, a posição que a Câmara está a tomar, nesta matéria, tem pouca sustentabilidade. Aliás, as melhores práticas que ocorrem noutros Municípios, por exemplo, o Município do Porto, que desde há muito tempo tem esta cláusula de salvaguarda, estão a tratar todas as situações da mesma forma. E, portanto, acho que é importante que ninguém fique para trás. Todos precisam apoiados, e que efetivamente a

Câmara reveja este tipo de posicionamento. Já agora, uma questão. O CDS apresentou aqui, e a Assembleia Municipal aprovou, uma proposta de apoio ao setor da restauração e ao setor social. No fundo, era uma proposta que complementava uma área com a outra, que era a aquisição de refeições junto da restauração e o fornecimento dessas refeições ao setor social, nomeadamente, nos fins de semana. Não sei se, efetivamente, teve algum tipo de implementação, se não teve. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhora Deputada Catarina, faz favor.” -----

- **Deputada Dulcineia Catarina Coito (PSD):** “Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, senhores e senhoras Deputadas, comunicação social, público presente, técnicos e colaboradores do Município também, e uma especial saudação, se me permitem, a todos os que nos acompanham através dos meios digitais. Ora bem. Esperava-se que o ano 2021 começasse sob um bom auspício, à luz dos acontecimentos de 2020. Mas o que é certo é que a nossa realidade se alterou subitamente e sem aviso desde o ano passado, e persiste em nos agoirar num combate àquela velha máxima que diz que um pessimista é um otimista informado. Vivemos numa crise sem precedente a nível mundial e em Portugal o panorama é mais preocupante ainda. O facto de sermos confrontados com uma realidade crua, de termos chegado ao ponto do nosso país ser considerado o pior país do mundo, no que diz respeito ao número de mortes por mil habitantes, é um drama sem consolo. A par disso, e por via das ditas circunstâncias, constatamos que o confinamento alargado está e estará para acarretar prejuízos na vida das famílias, na perda de liquidez das empresas, no desemprego e precaridade, nos encerramentos forçados, nas insolvências e até na quantidade de ideias e de sonhos que ficam suspensos. Nesse sentido, o Município da Guarda, numa tentativa de combater alguns dos efeitos nefastos desta crise, sentidos de forma tão severa pelo tecido empresarial local, quer sejam sociedades, quer sejam empresários em nome individual, apostou na implementação de um conjunto de medidas de apoio, consubstanciadas no Fundo de Emergência Municipal de Apoio às empresas, designado Salvaguarda Empresas, e que ascende a um total de 500 mil euros, a distribuir pelos beneficiários que cumpram os requisitos previstos no Regulamento. Bem sabemos que a capacidade de resiliência dos nossos empresários é louvável. Orgulhamo-nos, pois, de todos os que, neste cenário, têm reinventado as suas atividades, têm criado novas formas de comercialização, têm encontrado oportunidades perante os obstáculos e se têm adaptado ao teletrabalho e a toda esta realidade que tem ditado a espuma dos dias confinados. Também não somos alheios ao facto de, perante a adversidade, o montante do apoio previsto no Regulamento de Salvaguarda Empresas poder parecer parco, ou pouco, entenda-se, face às consequências da crise naquele que é o computo geral das contas das empresas e dos prejuízos. Acreditamos, porém, que os mecanismos de avaliação do impacto de tais apoios na economia local poderão, a qualquer momento, ser reanalisados do ponto de vista dos critérios de admissibilidade, e, inclusivamente, reforçados os montantes pelo Município da Guarda. Sei, senhor Presidente, sabemos que o senhor Presidente não se irá demitir dessa função e dessa rigorosa análise e sei que estará sempre, e mais uma vez, do lado da solução. Recordo, ainda, que tal apoio só é possível graças à gestão rigorosa do dinheiro público que é assumida por este Executivo

Social-Democrata. Porque sim, porque o dinheiro, como o senhor Presidente já hoje referiu, é de todos. Talvez, se recuássemos ao passado, não haveria condições nem para um cêntimo deste tipo de apoio. Basta-nos recordar o montante astronómico da dívida global da Câmara, outrora Socialista, e o atraso no pagamento a estas empresas que agora podem ser beneficiárias deste tipo de apoio. Efetivamente, não deixam saudades os quatrocentos e sessenta e dois dias de prazo médio de pagamento no primeiro trimestre de 2013. Mas, meus senhores e minhas senhoras, a par deste Regulamento que vem hoje a votação nesta Assembleia, não podemos ficar indiferentes, nem deixar de sublinhar que se trata de uma medida de incentivo, promovida pela Câmara Municipal da Guarda, que se vem juntar aos 600 mil euros de apoio, também já hoje aqui explicados pelo senhor Presidente, através de um conjunto de receitas não cobradas durante o ano 2020. Por isso, entendemos que, já no ano transato, o Município se solidarizou com os guardenses, diante daquela que é uma situação que tem causado tantos danos à economia do nosso concelho, através do Programa extraordinário Salvaguarda, incitando a uma esperança. A tal esperança que quem espera, tarde ou nunca alcança, porque todas estas medidas deviam ser uma prioridade do Governo que se tem atrasado no pagamento dos apoios sociais e à economia. É caso para dizer, muita propaganda e pouca eficácia, ou, um pouco mais rude nas palavras, muita parra e pouca uva para quem esperava mais deste Governo, atendendo à excecionalidade do momento. A esta perspectiva do Município, na implementação de medidas focadas em aliviar os problemas de liquidez das empresas e do apoio às famílias em dificuldade financeira, juntam-se mais medidas, também elas já hoje aqui abordadas, que complementam e reforçam uma estratégia para combater a crise provocada pela Covid-19. E, se calhar, até me vou repetir. Mas refiro-me, por exemplo, à testagem a todos os funcionários das escolas do primeiro ciclo do ensino básico, de jardins de infância e centros de apoio à família, antecipando aquela que é, ou seria, uma obrigação do Governo, mas insistindo em permanecer na linha da frente no combate à Pandemia. Também, não menos importante, o apoio à comunidade escolar, através de entrega de computadores e serviço de internet para os alunos mais carenciadas, o que se complementa também com entrega de kits alimentares aos alunos do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico do concelho. Os tais computadores que não chegaram e estavam prometidos pelo Governo Socialista para garantir o ensino à distância com igualdade para todos. Caro amigo e senhor Deputado Marco, a falha é do Governo, não é do Município. Neste caso, a Câmara Municipal da Guarda simplesmente se tem antecipado, apresentando uma solução perante esta realidade. E a pronta disponibilização, outra também, do Pavilhão de São Miguel para centro de vacinação, com o respetivo apoio logístico e de transporte, colaborando ativamente na eficácia da vacinação. Mais uma atitude positiva deste Executivo para juntar às outras. Por tudo isto, senhor Presidente da Câmara Municipal e respetivo Executivo, o grupo parlamentar do PSD congratula-se e felicita Vossas Excelências por tais medidas, e, concretamente sobre o Regulamento Salvaguarda Empresas, o nosso voto naturalmente, que é favorável. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Eu tenho agora o senhor Deputado Henrique. Não, tem razão. O Marco. Tenho o Marco, primeiro. Depois, o Aires.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Só aqui um pequeno aparte. Já passou um tempo, mas só tive agora esta oportunidade. Há pouco dirigi-me ao senhor Deputado Pedro Nobre e não disse o nome. As minhas desculpas, senhor Deputado, por essa minha falha. No que toca a esta matéria, estamos agora a discutir e vamos votar um apoio de 500 mil euros para microempresas do concelho que estão a passar imensas dificuldades. Mas já lá vamos. Por várias vezes o Bloco de Esquerda pediu explicações sobre a famosa locomotiva a vapor. A tal que, passados três anos, ainda não chegou. As respostas do senhor Presidente transmitiram sempre a incerteza. Nas mais recentes declarações, soube-se que as exigências da Fundação do Museu Ferroviário são tantas, que poderão custar à Autarquia mais de 400 mil euros no final disto tudo. E, como se não bastasse, a locomotiva fica na Guarda durante vinte anos, com contrato renovável de cinco em cinco anos. Ou seja, nunca será verdadeiramente nossa. Os encargos da Câmara serão relativos ao transporte da locomotiva, restauro e colocação da mesma na rotunda. Depois será necessária a conservação daquele equipamento. Pelo meio ainda faltarão, certamente, os seguros e quem sabe a vigilância privada. Com um bocado de sorte, ainda conseguem o impossível que é colocá-la a andar. Nunca se sabe. Dizia-se que no Entroncamento é que eram os fenómenos. Vamos lá ver se o fenómeno passa a ser a locomotiva a vapor da Guarda, ou do Pólis, como lhe queiram chamar. Pois é, senhor Presidente, bem sei que a ideia não foi sua. Contudo, no momento que assumiu a Presidência, depois do abandono do Dr. Álvaro Amaro, podia e devia ter deixado cair esta ideia. Os munícipes ficarão surpreendidos, como uma Autarquia vai gastar tanto numa rotunda como no apoio direto às empresas. Será que o projeto da locomotiva vale mais do que as nossas empresas? Fica a pergunta. Termino, porque hoje já aqui ouvi falar de que este Executivo, eu também acho, eu concordo, é um Executivo do PSD. Por duas vezes que já aqui ouvi hoje falar. Contudo, recorro que o Vereador sem pasta, Dr. Sérgio Costa, também é PSD e Presidente da concelhia PSD. Parece, também, que ele não é muito de acordo com o investimento feito, em declarações conhecidas, feito pela Câmara. Ora bem, há dois PSD? Porque, nesta matéria, é muito importante percebermos se há dois PSD que querem investir, mexer, desenvolver. Em que ficamos? Os guardenses todas as vezes se questionam como é que vai ficar esta história. Qual é o PSD que manda? E como é que se vai querer mandar nas ideias de financiamento e nas ideias de investimento para com os guardenses? Fica também a questão, porque acho que é mais do que pertinente. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, nesta Pandemia quem sofre mais são os pequenos. E os pequenos conheço-os eu porque também sou pequeno como eles. Não conheço os grandes. Os grandes são aquelas farmacêuticas da europa, do mundo, que dizem que não produzem vacinas, que nos deixam aqui à espera da vacina e que demonstram que as grandes empresas são insensíveis aos nossos dramas. E o que é certo é que eu, que sou economista, que estudei economia e que continuo a estudar economia, descobri que o economista, meu pai, o Adam Smith, disse que as grandes empresas eram más para a economia. E agora estou a comprovar isso neste momento de Pandemia. E para mim o grande problema, como eu vivo aqui na Guarda, vivo no nosso país, é defender as pequenas empresas porque eu preciso delas. E eu não estou aqui... digamos assim, eu gosto das pessoas quando vou a um restaurante, a um

café, ou a um sítio qualquer, eu gosto das pessoas. Mas o que é certo é que eu também preciso dessas pessoas. E não posso dizer que não preciso, porque preciso. Depois de acabar a Pandemia, eu preciso voltar à vida normal e preciso de ter esse apoio dessas empresas. É por causa disso que apoio esta decisão da Câmara, que é um apoio tímido às pequenas empresas do concelho. Assim como eu vejo nos jornais que vou lendo, porque também estou confinado e só vejo um todos os dias porque vem via internet, mas o que é certo é que todas as Câmaras estão a tentar defender as suas empresas. E, portanto, ao defender as suas empresas, estão a defender aquilo que vai ser o futuro que a gente vai ter depois da Pandemia acabar. Mas a Pandemia acaba quando estivermos todos imunizados, os tais 70%, quando as grandes empresas farmacêuticas acabarem de ganhar o dinheiro todo que querem e nos forneçam, a todos nós, a vacina. E depois voltamos ao normal. E voltamos ao normal, espero, com todos os comerciantes porque eu preciso deles. Comerciantes e industriais. É por causa disso que estive a ler o documento e estive a ver quem lá estava, portanto, os vários CAE que lá estão. E falta lá, penso eu, as pequenas empresas industriais, que também preciso delas. Todos precisamos delas. E também faltam lá as empresas agrícolas ou as explorações agrícolas. No ano passado, 2020, apareceram problemas, eu vi pelo Facebook, que agora estou muito ligado a Trás-os-Montes, há muitas empresas que produzem animais que nós vamos comendo, produzem isto e aqueloutro, e precisam de apoio. Porque esta Pandemia pôs-nos quietinhos nos nossos lugares. Nós estamos quietinhos nas nossas casas. E, portanto, não fazemos aquilo que é o nosso Turismo Gastronómico, ou ir aqui e acolá comprar coisas, que é um apoio a essas pessoas. Porque é o mercado que tem que funcionar, porque não vai ser só o dar da Câmara ou o dar do Estado. O mercado tem que funcionar. Porque as pessoas que passam à minha porta com ovelhas, com os seus cãesinhos e não sei quantos, essa gente precisa de vender aquilo que produz e nós temos que pensar que o mercado tem que funcionar. E, portanto, estes 400 euros e estes 600 euros... ontem houve um amigo que esteve a falar disto, porque ele diz que 400 euros dá-lhe muito jeito. E também vai ser muito bom, porque vai obrigar as empresas a ter contabilidade, vão ter que provar que perderam mesmo. E isso é bom porque as empresas precisam de contabilidade. É uma coisa importantíssima. E depois, também é a questão de que, depois de fazerem essas coisas, eles têm que sobreviver. Não é com os 400 euros que vão sobreviver, ou com os 600. É uma ajuda. Mas o que é certo é que depois de acabar esta Pandemia, este medo que nós temos todo instalado entre nós, mesmo eu que não ligo muito ao medo, mas que ligo mais ao receio, digamos assim, quando chegarmos ao fim, temos que ter uma economia a funcionar. E é isso que eu penso. Eu vou votar a favor desta Salvaguarda, mas sei que não é mais que um paliativo. O que vai acontecer depois é o mercado a funcionar, nós a comprar, nós a apoiar os nossos amigos comerciantes e industriais, e vai ser também nós conseguirmos dominar aquelas grandes empresas de farmacêuticas, que não se importam nada comigo, nem com aquela malta que eu conheço. Importam-se com eles e vendem a quem dá mais. E, a certa altura, nem cumprem contratos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar, por favor. Eu estou a gostar muito de ouvir, mas já ultrapassou tanto o seu tempo. Peço-lhe que termine, por favor. Muito obrigada. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Muito rapidamente. Começaria por dizer que estamos num magnífico espaço. Hoje está um bocadinho de frio, mas ainda bem que utilizamos este espaço...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Um bocadinho é favor, senhor Deputado.” ----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Pois, eu tenho notado. Mas o PS pôs cá aquecimento, não pôs? Eu penso que sim. Só para lembrar. Continuamos numa magnífica casa. Ainda bem que o PS governou durante muitos anos a Guarda, porque à espera das promessas do PSD teríamos algumas dúvidas que fossem concretizadas. Mas vamos ao que interessa, senhor Presidente, que eu acho que é muito importante. O senhor Presidente disse que o PS... o senhor Presidente encara a posição do PS sempre do ponto de vista do contra. Senhor Presidente, deixe-me que lhe diga que não é esse o ponto de vista que deve encarar as intervenções do PS. A prova disso é que nós, quando temos que apoiar, apoiamos as iniciativas do Executivo. Quando temos que apoiar as iniciativas da Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, apoiamos as iniciativas. Sempre na defesa dos guardenses. Sempre na defesa dos guardenses. E dissemos, na altura, em abril de 2020, escrevemos uma carta aberta aos guardenses, onde deixámos claro, e estendemos a mão ao senhor Presidente da Câmara e ao Executivo, que o Partido Socialista estava empenhado em ajudar, em convergir, em apoiar tudo aquilo que fossem iniciativas para mitigar este problema em essencial que estamos a enfrentar. Nessa altura, senhor Presidente, penso que se recordará muito bem, que foi em abril de 2020, quando, e bem, a Câmara apresentou um Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às IPSS’s. Não sei se se recorda disso. Em boa hora nós dissemos que, sim senhor, deveriam começar por aí. Mas também salientámos que achávamos que deveria também haver um Regulamento de apoio às empresas, ao comércio e à indústria. E agora chegámos à conclusão que, efetivamente, vem dar razão ao PS. Mas o PS não quer ficar com a razão, senhor Presidente. Muito claramente. O que o PS pretende é que a nossa economia não afunde. Mas pretende outra coisa muito importante, senhor Presidente. Tome atenção a estas palavras porque são muito importantes. É que hoje as empresas da Guarda não estão em pé de igualdade, em termos de competitividade, com as empresas dos municípios que nos rodeiam. E porquê? Muito simplesmente, porque esses municípios já apoiaram há muito tempo essas empresas. Ou seja, já foram subsidiados para combater e mitigar estes efeitos da Pandemia. Que apoio direto é que tiveram as nossas empresas, senhor Presidente? Mas vamos àquilo que interessa sobre este documento. Se o senhor Presidente tivesse ouvido aquilo que foi a intervenção dos senhores Vereadores, teria aqui, eventualmente, arrepiado algum caminho. Teria, senhor Presidente, porque vamos àquilo que é em termos concretos. O documento peca por tardio. Eu já o tinha dito e já o dissemos. Mas vale mais tarde do que nunca. Passado quase um ano do estado Pandémico que vivemos, só agora a Autarquia avança com este Regulamento. Como pode agora afirmar a Autarquia que estas medidas são de carácter de urgência, premente e inadiáveis, se o atual estado Pandémico tem praticamente um ano. Todos sabemos que a maior parte das autarquias e do governo já desenvolveram estes apoios no ano anterior e também neste corrente ano. Aprovar este documento, que é tardio, está refletido nos considerandos que são apresentados e no preâmbulo da proposta que diz o seguinte: «quando é solicitada a dispensa da formalidade da consulta pública», logo este documento que no meu entender, e no entender do PS, merecia algumas alterações

substanciais para tornar um instrumento efetivo de apoio às empresas e à nossa economia. A falta de visão e planificação do atual Executivo é demonstrativa das dificuldades, da falta de arte e engenho, para governar as nossas gentes e o nosso território. Este Regulamento é extremamente burocrático, de elevada exigência, incompatível com uma ação rápida e urgente que necessita a nossa economia. Senão, vejamos. O valor proposto para apoiar é exíguo. Revela aquilo que já dissemos, falta de planificação. A dotação do orçamento era só de 75 mil euros, foi acrescentado com 425 mil euros, passou para 500 mil euros que está agora produzido. Quando se continua a desbaratar verbas, e aqui alguns Deputados já falaram na questão do comboio, muitas outras. Quando se paga 16 mil euros na compra e na aquisição de compotas, mais de 16 mil euros, e se gasta só 12 mil em computadores para os alunos, está demonstrado, inequivocamente, qual é que é a aposta deste Executivo. No âmbito da formalização da candidatura, como pode ser aferido, através de email, a ordem de entrada das candidaturas para escrutínio público? Não seria mais fácil um portal que promovesse a transparência, em que todos aqueles que se candidatassem pudessem saber a hora e o dia em que colocam os documentos nesse portal? Não seria exatamente naquele como se faz para os concursos? Como fica garantida a confidencialidade dos documentos submetidos, apesar de estar lá escrito? Relembramos que é necessário praticamente toda a informação empresarial e contabilística dos candidatos, ou seja, das empresas. Desde o IES; o DRM; as faturas do e-fatura; as dívidas, evidentemente, que são obrigatórias; já para não falar de outros documentos redundantes que estão refletidos neste documento. Quem constitui a comissão de análise? Está garantida a análise técnica dos documentos conducentes à seriação dos candidatos? Como é que a decisão de apoio está condicionada ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, em detrimento do órgão colegial, a Câmara Municipal? E isto, está bem refletido no artigo 7º do mesmo Regulamento. Quer o Presidente fazer uma escolha política ou trata-se de uma decisão técnica? Ou é uma decisão técnica ou é uma escolha política. Pela leitura do documento é uma escolha política. As obrigações exigidas aos candidatos pelos apoios concedidos são extemporâneas. Ou seja, é muito difícil assegurar a promessa de continuidade da empresa durante o ano todo que vem, sem despedirem funcionários e outros. Por último, o PS considera que devia ser feita uma destriça entre a área comercial, a área industrial e agrícola e refleti-la ou neste Regulamento ou noutros Regulamentos. Face ao exposto, salientáramos o seguinte. Quantos empresários estarão dispostos a aventurar-se neste processo de elevada burocracia, sujeitos a decisões marcadamente políticas, com dúvidas na seriação ao nível temporal da entrega dos documentos e sem garantia de confidencialidade? Todo o Executivo sabe que existem processos mais expeditos para atribuir este tipo de compensações financeiras às empresas e aos empresários em nome individual. A maior parte das autarquias alocaram estas verbas a associações empresariais, industriais e comerciais representativas dos concelhos, para entregar, posteriormente, ao nível dos comércio, das indústrias e das empresas em nome individual. Aqui bem perto, salientava só esta autarquia, que entregou montantes entre 500 e 1500 euros e que era só preciso entregar os seguintes documentos: que a empresa estivesse legalmente constituída no ano anterior, 2020; declarar a situação financeira regularizada relativamente à segurança social e às finanças; ter a situação regularizada em relação à autarquia, e o beneficiário só tinha que entregar prova de existência de implementação de um plano de higienização e/ou plano de contingência. Senhor Presidente, é uma forma expedita, ou não? Está a ver, senhor

Presidente? Eu penso que poderia ter ido por este processo. Seria mais célere e os nossos empresários estariam, neste momento, melhor servidos. O tempo que vivemos exige aos decisores políticos ação mediata e capacidade de prever e antecipar desequilíbrios na sociedade, devido ao atual estado Pandémico. Temos que ter capacidade de promover políticas adequadas, auxiliares ao nosso tecido empresarial e social da região, a fim de mitigar estes desequilíbrios. Este Regulamento poderia promover políticas. Este Regulamento poderia ser um instrumento importante para aliviar os prejuízos ao dispor das empresas e dos empresários em nome individual. E, devido à incapacidade do atual Executivo, no nosso entender, não passa de uma ferramenta de propaganda política. Fazer política é o desígnio desta autarquia e de qualquer outra. Mas, quando se confunde política com autoritarismo, e é o Presidente que decide os apoios, por despacho, está escrito, em última instância, estamos perante um ataque aos mais elementares conceitos da democracia representativa e da transparência. Permita-me, senhor Presidente, que termine...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar, por favor. Já ultrapassou, em muito, o tempo disponível.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Posso terminar, senhora Presidente?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Termine. Peço-lhe que termine.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Muito obrigada pela sua disponibilidade. Senhor Presidente, é a oportunidade que tem para alterar este Regulamento. Não faça como faz a avestruz e não meta a cabeça debaixo da terra. Tem ainda oportunidade de alterar este Regulamento às sugestões propostas e apresentadas, tanto pelos Vereadores do PS, como agora pelos Deputados do PS. Transformar este documento num instrumento efetivo de apoio às empresas e aos empresários em nome individual, será esse o desígnio, e penso eu que seria esse o objetivo. Assim sendo, tem aqui as nossas propostas. Faça o que entender, senhor Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Bom dia, mais uma vez. Vou começar por achar estranheza, e isto é só mesmo um aponte, daquilo que o senhor Deputado Aires Diniz diz que as grandes empresas não são boas para a economia. O regime que o senhor defende da China, está carregada de mega, hiper, super empresas e é por isso que eles são cada vez mais uma potência económica. Portanto, eu estranho esta situação. Agora, uma palavra para o senhor Deputado Marco Loureiro, que acha que este é o palco para dizer umas graçolas. Dizer umas graçolas. Sobre a vida interna do PSD, é o PSD que fala. Não é o senhor nem ninguém. Os senhores do Bloco de Esquerda não conseguem perceber, porque o vosso regime é esse, é o que é, que é na discussão e no confronto de ideias, e é daí que vem a força do PSD, contrariamente àquilo que vocês têm: quem fala um bocadinho à parte, leva! Esta expressão é do PS, mas que se aplica a vocês. Senão, vamos ver a quantidade de Eurodeputados que entraram pelo Bloco de Esquerda e que agora constituíram outros partidos e saíram. Senhor Deputado, esta sala, esta Assembleia é para falar de política. Não é para fazer esse tipo de ataques, que já na última Assembleia o senhor fez e que não achei nada correto, mas que

agora quis voltar a fazer. E já chega. Sobre os assuntos internos de cada partido, cada partido resolve. E se os partidos não têm a possibilidade de terem ideias diferentes dentro dos seus membros, então alguma coisa vai mal. Não é um partido democrático, é outra coisa qualquer. E nós, no PSD, prezamo-nos por ser um partido democrático. Tanto, onde o debate das ideias está sempre, sempre, sempre em cima das mesas. Portanto, era bom que o senhor, quando vier aqui, fale das medidas que a Câmara está a tomar e das medidas que a Câmara, no vosso entendimento, deveria tomar. E deixe lá a situação do PSD descansadinha para quem está no PSD. A não ser que se queira fazer militante do partido. Pronto, não fechamos as portas a ninguém. Relativamente àquilo que o senhor Deputado Monteirinho esteve a dizer. Senhor Deputado, isto, vamos lá ver. Há atualmente empresários finalmente a receber as ajudas que deveriam ter recebido o ano passado, dadas pelo Governo. Sobre isso não há nenhuma palavra, mas ataca-se a Câmara Municipal da Guarda porque... deveria ter sido mais cedo? Eu, na qualidade de empresário, olhe, também acho que sim. Mas como o senhor também disse, mais vale tarde do que nunca. Agora, estar a atirar coisas que, quando o senhor olha para dentro do Governo que defende, faz pior, mas mesmo muito pior. E estar a dizer que esta medida é uma medida de propaganda política? Olhe, propaganda política é virem as vacinas de avião e estar lá o Executivo quase todo do Governo à espera da vacina. Mas olhe que eu não vi nenhum elemento do Governo, nem nenhum representante do Partido Socialista, quando foram convocadas pessoas para serem vacinadas no nosso concelho e depois as vacinas não chegaram. Aí não vi nenhum representante do Partido Socialista. Mas quando vai, não sei quem, levar uma vacina, é o primeiro, lá está o Executivo todo. Isso sim, é propaganda política. Isso sim, é propaganda política. Isto que nós estamos a discutir, neste ponto, é ajuda aos empresários e ajuda à economia local. 500 mil euros são poucos. Se fossem 5 milhões, era melhor? E por aí adiante. E por aí adiante. Portanto, é o possível. E como já aqui foi dito, se fosse há uns anos atrás, nem isto era possível. Nem isto era possível. Ou então, sabe-se lá, falava-se hoje aqui, com grandes holofotes: vamos dar, vamos dar, vamos dar. E as pessoas lá ficariam sentadinhas à espera de receber, sabe-se lá quando é que o iriam receber. É esta a diferença de ação de uns Executivos para os outros. É só isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém para intervir? Senhor Presidente, quer responder?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Senhor Deputado Marco Loureiro, nós já estamos habituados um pouco às suas intervenções jocosas. Às vezes até tem piada, tenho que reconhecer. Mas não estou já tão habituado à falta de seriedade naquilo que é a exposição perante uma Assembleia, aqui dentro, mas também as pessoas que nos ouvem lá fora. Na medida em que... mas o senhor vai pagar 400 mil euros por uma locomotiva, para ser colocada na rotunda que está à espera dela há algum tempo atrás? O senhor vai pagar? O senhor sabe, tem algum documento que demonstre que custa 400 mil euros? O senhor tem algum documento ou algum contrato em que a Câmara tenha assinado que custa 400 mil euros? Não seja populista, e, principalmente, seja sério naquilo que afirma e não procure trazer a mentira para a discussão da causa pública, porque isso não o ajuda a si, não ajuda a Câmara da Guarda, não ajuda as instituições democráticas. Na verdade, o investimento está feito e o custo que o Município da Guarda terá é com o transporte da viatura e com a reparação da mesma numa empresa local. Ponto. Não

ultrapassará, na pior das hipóteses, os 40 mil euros, o custo total. Portanto, vir aqui dizer a esta Câmara que está a locomotiva atrasada porque devia chegar a tempo, ainda se admite. Agora, não se admite que alguém use da palavra e possa aqui afirmar, de forma mentirosa, de forma falsa, que algum dia custará o montante que acabei de ouvir, e sem, de facto, o mínimo de elementos verdadeiros que sustentem a sua afirmação. Eu sei que quer e pretende poluir a informação lá fora. Eu sei. Mas, em política, a verdade é uma virtude. E o senhor não deixe de ser virtuoso. Dizer-lhe também que, de facto, à minha frente eu tenho, e a democracia assim o impôs, diferentes partidos, diferentes opiniões, diferentes atitudes de olhar para a causa pública. Mas o Executivo da Guarda governa e gere a causa pública da Guarda. Não gere e não governa o PSD da Guarda. O Executivo da Câmara Municipal gere os guardenses, onde há PSD, Socialistas, Bloquistas, Comunistas e Independentes. É assim que me obrigam a mim, que não criei a regra, e a este Executivo a estar na democracia e no exercício pleno daquilo que são as suas obrigações. E, portanto, tudo o que acrescenta só a si o responsabiliza. Mas, claramente, demonstra a falta de visão democrática, mas também a falta de perspetiva sobre o dever de quem assume o desiderato, as finalidades, de desenvolver as melhores políticas para cumprir o mandato que nos foi conferido. E esse mandato não foi pelo Partido Social Democrático, que muito respeito e muito também me orgulho de pertencer, mas sim, e acima de tudo, a Guarda. Todos falamos defender a Guarda e é isso que nós também temos que ter no discurso, e não criar aqui sectarismos, raciocínios enviesados que nada honram a democracia e muito menos esta Câmara e a Guarda. Depois, senhor Deputado Monteirinho, nesta matéria, o pior cego, e o povo também tem a sua sabedoria, o pior cego é aquele que não quer ver. Há pouco tinha-se ausentado e eu esclareci um ponto. Mas não estava e reiterou o erro nesta sua intervenção. O Município da Guarda, o senhor disse que, destes 10 milhões, nem metade tinha sido para as funções sociais e económicas. É mais de metade. Em 10 milhões, nós temos cerca de 6 milhões e meio. Só para as funções de reforço das funções sociais, 1 milhão e 700 mil, e, para as funções económicas, mais de 5 milhões de euros. Portanto, não diga que não há investimento. Não diga outra coisa também, que o senhor já aqui afirmou, que foi: desde abril, o Partido Socialista ensinou ao Executivo da Câmara Municipal da Guarda quais eram as medidas. Quando veio a reboque das medidas que o Partido Social Democrata já tinha tomado, que este Executivo já tinha tomado. E quero-lhe dizer que, no ano 2020, foram mais de 600 mil euros que nós introduzimos de medidas de apoio à economia local. Só para a economia local, diga-se, empresas e setor empresarial do concelho. E, portanto, ao contrário também do que refere, de que tínhamos uma dotação no orçamento, aprovado na última Assembleia Municipal, de 75 mil euros, para as medidas de mitigação, já aqui o disse e repito que reforçámos para 500 mil euros. Mas, não há um euro, desses 500 mil euros, que sustente a medida que agora estamos a aprovar. Ficamos bem claros. Não só porque o trajeto deste Município, naquilo que foram as medidas de combate à Pandemia e de mitigação, ultrapassam e muito os 75 mil euros, ultrapassam e muito estes 500 mil euros, no ano de 2020, como já disse. E com certeza que, mantendo em vigor, como está, o Plano de Salvaguarda, amplo, abrangente, concreto, dinâmico, é reforçado, mais uma vez, com esta proposta que nós apresentamos a esta Assembleia, de apoiar as pequenas empresas até vinte e cinco trabalhadores, para dar resposta a setores que estão a definhar e que é necessário dar aqui uma atitude de apoio, uma resposta direta àquilo que são necessidades muito concretas. Porque estivemos

próximos. Nós não fizemos este Regulamento porque nos apeteceu ou porque, genericamente, em abstrato, como já ouvi, se sente uma necessidade de apoiar o tecido empresarial. É que nós estávamos próximos da restauração, dos taxistas, dos cabeleireiros, destes setores que, como aqui se identifica os respetivos CAE, demonstraram claramente que, sem esta ajuda, não era possível sobreviver mais tempo. Porque um ano numa economia que empobrece todos os dias, e agravada pela Pandemia, de facto, nós assumimos claramente estar abertos, disponíveis com este projeto. E, como disse a Dulcineia, com certeza que, acreditando que vai ao encontro, como acreditamos, destas necessidades, nós, a qualquer momento, adaptaremos também este Regulamento, aliás, ele próprio o admite, para dar resposta a novas ou às mesmas necessidades se elas se mantiverem, e não existir, entretanto, também o apoio direto pelo Governo, que nós aguardamos que a qualquer momento surja. Porque esta é uma obrigação do Governo, em primeira análise. E, portanto, se a mesma também não surgir oportunamente, cá estaremos também para estar ao lado das nossas empresas, para apoiar estas necessidades. Depois, dizer-lhe que este processo é um processo simples. É um processo que nós, dada à urgência, como leu, e é fundamento também da nossa decisão, justificou que o processo regulamentar não fosse o normal, o habitual. Porque teria que ser apresentado uma proposta, uma vontade de fazer um regulamento e discussão pública. E depois de termos já um projeto do regulamento, novamente discussão pública. E daí nós simplificámos, porque a lei o permite, de tomarmos logo a iniciativa de fazer este projeto de decisão, que é apresentar um regulamento de apoio à iniciativa privada e às empresas em particular. Na última Reunião de Câmara, aprovámo-lo. Solicitámos à senhora Presidente da Assembleia que pudesse integrar também, neste curto espaço de tempo, este documento para hoje ser aqui discutido e aprovado, e desta forma dar resposta clara a esta necessidade. Depois, ainda sobre o teor do documento. Quer dizer, temos ali vários artigos sobre a confidencialidade. Mas não garante a confidencialidade, diz o senhor Deputado. Não leu os artigos, mas diz não garante. Está lá, mas não garante. Não. Está lá e garante. Depois, a prioridade. Pode existir uma plataforma. Mas, se nós recebermos o email, não está lá também a hora de entrada? Não podemos selecionar... mas também estamos a avaliar essa questão. Mas eu pergunto. Fica beliscado esta situação, se as empresas da Guarda entregarem os seus pedidos de apoio? Como já estão a fazer... Ainda não está aprovado, mas o gabinete de empresas já recebeu muitos pedidos, muitas solicitações para serem apoiados com esta medida. E, portanto, não é tão despicienda, como já aqui se quis fazer passar, que esta medida não é uma medida adequada, não é proporcional, é burocrática, é de elevada densidade. Exigir que uma empresa idônea, que tenha a contabilidade organizada, que tenha a sua situação contabilística controlada, isto é burocrático? Todas as empresas, o sistema já funciona assim. Aqueles que não cumprem isto, é porque estão fora do sistema. Portanto, não admitir estas regras, é dizer: vamos criar a arbitrariedade e vamos decidir à vontade do freguês. É isso que o senhor Deputado veio aqui, a esta Assembleia, colocar o ónus no Presidente da Câmara e considerar este documento um documento político. O que o senhor pretende é exatamente uma decisão política. Mas nós não queremos. É uma decisão técnica, assente em critérios e documentos que baseiam a avaliação da idoneidade das empresas, a avaliação da situação fiscal, contabilística e patrimonial. E é com isso, é com esses que sempre se pautaram pelo cumprimento rigoroso das suas obrigações perante a sociedade, e que numa situação conflituosa, complicada, como é esta que estamos a passar, que nós queremos

dar uma resposta direta a essa necessidade. E não é simplificando, com o senhor Deputado quer dizer. Porque falou de um município que estabeleceu um conjunto de critérios mais simplificados. Eu pergunto, senhor Deputado, então, nos critérios não foca se há perda ou não há perda de volume de negócio? De rendimento da empresa? Alguém ouviu aqui o senhor Deputado falar neste critério? Alguém admite, como possível, que um município entregue um subsídio a uma empresa, sem saber se houve perda ou não houve perda de rendimentos? Senhor Deputado, é melhor avaliar exatamente qual tem sido a prática dos Municípios Portugueses nesta matéria. E digo, olhos nos olhos, que o Município da Guarda tem também aqui, nesta matéria, feito o seu trabalho. E fez tão bem, ou tão mal na sua perspetiva, bem na nossa, que a AHRESP, no dia 22 de fevereiro de 2021, às 16h58, portanto, diz ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda: «Através das várias notícias que nos vão chegando, sabemos que muito têm contribuído os Municípios no auxílio económico e social às empresas da região, criando medidas de ação que impactam diretamente as nossas empresas do setor da restauração e hotelaria. Deste modo, em nome de toda a equipa da Delegação da Guarda da AHRESP, vimos congratular este Executivo pelo sucesso na aprovação da linha de apoio à tesouraria.» Portanto, dizer que é um documento político, dizer que é um documento que não responde às necessidades, dizer que é um documento que não é atual, que não é adequado àquilo que estas empresas estão a passar, isso é também, e permita-me que lhe diga, não é ser sério, é ser populista e tentar encontrar defeitos onde eles não existem, porque a virtude deste documento exige, impõe, a urgência e necessidade dos lá estão fora, que seja hoje aqui aprovado e sem qualquer alteração como o senhor Deputado sugere. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Vamos então pôr à votação este ponto. Senhor Deputado, não. Já falou. Depois do Presidente, não fala ninguém. Tenham paciência. O Regulamento está dito. Muito bem.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Regulamento Salvaguarda Empresas - Fundo de Emergência Municipal de Apoio às Empresas - discussão e votação.* -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta e seis votos a favor e uma abstenção. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu ia pôr, agora, à consideração... Só um minuto, senhor Deputado. Quer fazer uma Declaração de Voto, é isso? Então, faz favor. Depois, eu já... Também Declaração de Voto?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Tínhamos que votar favoravelmente esta proposta, porque, efetivamente, o objetivo dela é defender os postos de trabalho. E a razão de eu ter trazido aqui o artigo 83º do RMEU, tem exatamente a ver com os mesmos motivos, porque há investimentos que estão a deixar de se fazer na Guarda, postos de trabalho que estão a deixar de se fazer, por essa interpretação, que eu considero abusiva, do ponto 4º, do artigo 83º, do RMEU. E há muita gente, pequenos aforradores que ao longo da vida fizeram da Guarda o seu mealheiro, e que fizeram aqui investimentos, olhando para esses investimentos como uma ajuda, no fundo, um suporte para a própria reforma, e que hoje estão a perdê-los. E essa situação acho que deve ser revista. Senhor Presidente, dê atenção a essa situação. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Monteirinho, por favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Só dizer que a minha intervenção foi contributos que demos. Evidentemente que nós iríamos votar favoravelmente, como já tinham votado os nossos Vereadores. Mas, para que fique claro, pode não ser essa a ideia, e agora falando diretamente com o Presidente da Câmara, pode não ser essa a ideia. Mas o que diz o artigo 7º, da decisão e formalização, é o seguinte: «a decisão sobre a atribuição de apoios previstos no presente Regulamento, cabe ao Presidente da Câmara Municipal através de despacho». Portanto, então está-me a dizer que é o Presidente da Câmara, é aquilo que nós criticámos, que achamos que não deveria ser o Presidente da Câmara. Sendo as empresas que tenham a documentação toda, de acordo com a legislação, deviam ter acesso direto despachado pelo Executivo Municipal. É isso que nós estamos a tentar dizer, pelo menos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Então, só para esclarecer estes dois pontos. Ao Deputado Henrique Monteiro dizer-lhe o seguinte. De facto, a norma estabelece os usos. Para alterar os usos, não basta pedir essa alteração do uso, é necessário o Alvará de Loteamento que é uma norma específica em relação ao regime geral das edificações urbanas. E se o Alvará de Loteamento disser que o fim é aquele, e havendo possibilidade, nos termos do regime das edificações urbanas, alterar o uso, mas se o Alvará de Loteamento não o permite, sem alterar o Alvará de Loteamento não é possível concluir como o senhor Deputado concluiu.... Mas dizer-lhe que, se alterarmos primeiro o Alvará de Loteamento, daremos resposta a essa sua preocupação de forma positiva... Esta é a dificuldade que temos de cumprimento da lei, de leis que se complementam umas às outras e tem que haver aqui uma certa coerência, sob pena de praticarmos um ato ilegal. Ao senhor Deputado... podemos estudar isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu peço, vocês podem marcar uma reunião e discutir esse assunto, porque isso é uma questão técnica. Ou melhor, é uma questão técnico-jurídica, portanto...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhor Deputado Monteirinho, nesta matéria quero-lhe o seguinte. A formalidade e a avaliação dos pedidos será entregue e instruída sempre por uma comissão técnica, composta pelo Gabinete de Empresas, e submete uma proposta de decisão ao Presidente da Câmara, que concordará, naturalmente, com aquilo que for trabalho técnico feito no âmbito do Regulamento. Se a norma, porventura, como o senhor Deputado está a referir, não diz que mediante proposta do serviço e avaliados os documentos conforme... pode ser composta a nomenclatura gramatical do texto, passo o pleonasma. Mas, dizer-lhe que nada será decidido sem que essa comissão técnica, que está constituída para o efeito, que já está a receber pedidos, mas que ainda não entraram oficialmente fruto da não aprovação, até o momento, ainda deste documento, mas com certeza que a comissão técnica irá avaliar e submeterá ao Presidente para depois decidir. E o Presidente irá decidir, de acordo com essa avaliação técnica. Porque não sou eu que vou fazer essa mesma avaliação, antes pelo contrário. E, portanto, estamos garantidos, desse ponto de

vista, que embora tenha lá a minha assinatura, não sou eu que vou decidir do ponto de vista de avaliação, da idoneidade, da mais-valia, da necessidade, destas propostas. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Bom eu ia pôr, agora, à vossa consideração o seguinte. Eu tinha... Uma Declaração de Voto? Peço desculpa, senhor Deputado Marco, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Realmente, parece que, quando o Bloco fala, a Câmara fica um pouco assustada. Não tem razão. Não tem motivos para isso. Tenha calma, tenha calma. Mas... é verdade, nunca se sabe. E mais virão daqui a algum tempo. Esperemos que sim, muitos mais. Se um faz este barulho, imagine vários. A população cá estará para depois decidir. Relativamente ao voto, abstive-me por uma questão de ética. Sou empresário e por isso poderei vir a concorrer a esse apoio. E por isso não teria outra opção, senão abster-me relativamente ao voto. Por enquanto, só somos um. Se tivéssemos mais Deputados, a bancada do Bloco de Esquerda poderia votar de outra maneira. Só mesmo para terminar, recapitulando aqui ao senhor Presidente. Notícia assumida pelo senhor Presidente, em 2019: requalificação da rotunda adjudicada, 349 mil e 900 euros, mais IVA. Faça as contas. Veja lá se não estamos lá nos 400. As interpretações depois ficam para quem as quiser interpretar e os populismos ficam para quem assim o entender. Quanto ao senhor Deputado Pedro Nobre, nós não andamos aqui a brincar, senhor Deputado. Não andamos aqui a brincar. Porque, quando existem opiniões, nós nem sequer nos metemos na vida política do PSD, senhor Deputado. Agora, há uma coisa que não podemos ficar a ver na praça pública e não dizer nada. Agora, se o senhor Deputado não concorda, tudo muito bem. Agora, o Bloco de Esquerda não acha normal que... O Bloco de Esquerda acha. Acha porque é um partido à parte e pode perfeitamente querer saber e tirar explicações, quando as opiniões de um ex-Vice-Presidente, Vereador sem pasta, mas que é dirigente da concelhia do PSD, tem opiniões que podem influenciar as decisões do Executivo. É óbvio que essas opiniões que podem e devem ser explicadas pelo Executivo. Por isso pode, pode. Pode ou não pode? Agora, se vocês ficam chateados com isto, e pá, temos pena. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Enquanto o senhor Deputado Aragão dirigir esta Assembleia, eu manter-me-ei calada... Se vocês não me deixam falar, se vocês estão a gritar uns para os outros, eu calo-me. E só falarei quando vocês se calarem, primeiro ponto. Segundo ponto, agora sim, fala a Presidente da Assembleia Municipal. Até setembro serei Presidente da Assembleia Municipal, quer queiram, quer não queiram. Exercerei essas funções e é para isso que eu cá estou. Senhor Deputado Marco Loureiro, o que esteve a dizer não é, efetivamente, uma Declaração de Voto. Se vocês me tivessem deixado falar, não estivessem aí todos a gritar, eu tê-lo-ia dito e teria dito ao senhor Deputado que se calasse. Não o fiz porque vocês não me deixavam falar. Está claro isto? Só mais uma nota para o senhor Deputado Marco Loureiro, e como sabe eu não sou militante do PSD, mas só dizer-lhe uma coisa. É normal que o Bloco de Esquerda estranhe que um partido que tem muita gente cada um tenha a sua opinião. Isso não acontece no Bloco porque o Bloco só tem uma cabeça. Só um fala, só um pensa. Se só tem um Deputado, só esse é que se pronuncia. É normal isso. Agora, também é normal que os partidos se respeitem uns aos outros. E é normal que em partidos que têm muita gente, que haja divergência de opiniões e que haja várias pessoas a

pensar de maneira diferente. Isso não é assunto para debater no ponto que nós estávamos a tratar. Eu estou a falar, por favor. O que eu estou a dizer é que o senhor tem o direito de usar a palavra, enquanto Deputado Municipal, para discutir o assunto que está em causa. Não é para discutir os assuntos internos de cada um dos partidos que aqui estão representados. Para isso, podem marcar as reuniões que entenderem, podem fazer as conferências que entenderem e podem discutir à vontade. Não é assunto para discutir aqui... Não. Mas não é assunto para a Assembleia Municipal, tenha paciência. Ou é assunto para discutir no período da discussão política, não é para discutir nos pontos da ordem de trabalho. Tenha paciência, senhor Deputado. Tenha paciência, senhor Deputado. Aquilo que está aqui em causa é a discussão de cada um dos pontos que está na ordem de trabalhos e é para isso que os senhores têm a palavra. Qualquer outro assunto podem discuti-lo nos períodos da discussão política e aí, se quiser fazer discussão política, está no seu direito. Claro que não, claro que não. (...) Pronto, mas não é disso que estamos a falar agora. Não é disso que estamos a falar agora. (...) Não, o que o senhor está a dizer é que há opiniões diferentes onde há mais do que uma pessoa e isso é perfeitamente normal e natural. Isso é perfeitamente normal e natural. Bom, terminamos aqui este assunto porque já perdemos tempo demais. Acabamos aqui este assunto, que já perdemos tempo demais com ele. Muito bem, não há mais Declarações de Voto, pois não? Verdadeiras Declarações de Voto, não? Muito bem. Eu ia pôr à vossa consideração o seguinte. Como sabem, o tempo foge-nos e nós nunca conseguimos controlar. Aquilo que eu pretendia era que terminássemos a Assembleia ainda no período da manhã e depois fossemos todos almoçar. Atendendo à hora a que estamos, eu ia deixar à vossa consideração o seguinte. Nós temos ainda três pontos para... senhor Deputado... mas fala sozinho, fica ruído de fundo quando os outros estão a falar... sim, mas de forma a que não incomode os outros. De forma a não incomodar os outros. Bom, voltando a este assunto. Nós temos três pontos ainda para votação e depois a informação escrita do senhor Presidente. O que eu deixo à vossa consideração é o seguinte. Vocês pretendem continuar e terminamos tudo e à hora que acabar vamos almoçar, ou interrompemos para almoçar e depois regressamos? Quem é que concorda com a continuação, ponha o braço no ar. Contem lá, acho que temos a maioria. Então continuemos. À hora que terminarmos, vamos lanchar.” ---

Ponto 2.3 - Salvaguarda Rural 2021 – Projetos e Medidas de Médio Prazo para Apoio às Freguesias – Acordos de Cooperação – discussão e votação. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É assim. Eu vou pedir-vos que não saíam, senão eu tenho que interromper a sessão porque não tenho quorum para as votações. Se saírem, eu interrompo a sessão. Como? Pronto, mas saem e voltam? Ok. Mas peço-vos. Eu, por exemplo, não sei se tenho quorum neste momento para continuar. Eu, para as votações preciso de quorum. Para a discussão não preciso, mas para as votações preciso de quórum. Se não houver, tenho que interromper a sessão. É que eu vejo pessoas que votaram a favor da continuidade e que se levantaram e saíram. Assim, a coerência é um bem muito escasso. Bom, então ainda vamos tendo quórum. Peço-vos que tenham isso em atenção. Senhor Presidente, faz favor, tem a palavra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Esta proposta encerra em si mesmo um apoio às Juntas de Freguesia, numa modalidade que é a primeira vez que é feita. Nós, em regra, temos a definição do conjunto de assunção de compromissos e de obras que se transporta para um documento, que é o Acordo de Cooperação. Cada Freguesia, em cada mandato, tem direito a um Acordo de Cooperação. É assim que nós desenvolvemos este tipo de proposta, desde o início do primeiro mandato, em 2013. E, desde logo, entre 2013 e 2017, fizemos um investimento, ao abrigo dos Acordos de Cooperação, de 1 milhão de euros. E no segundo mandato, entre 2018 e 2021, com esta proposta, nós estaremos, investimos, vamos investir o montante global de 3 milhões de euros, arredondadamente. 3 milhões e 40 mil euros. Portanto, nesta alteração o que é relevante é que a maioria das Freguesias já tinham a obra feita no âmbito dos Acordos de Cooperação e nós decidimos, para 2021, fazer novamente um investimento nas Freguesias e nas quarenta e três Freguesias do Concelho. Desde logo, falamos aqui de dinheiro que é afetado a necessidades prementes e essenciais daquilo que ainda são carências nesta área territorial. Mas de referir que, também nesta matéria, resultou aqui um consenso de uma reunião que nós tivemos com todos os Presidentes de Junta, onde pedimos sempre quais são as primeiras necessidades da vossa Freguesia. Genericamente, todos nos indicaram três, quatro, cinco necessidades. Todas elas, era impossível de calcular em tão curto espaço de tempo, e terminámos este processo em dezembro para a reunião da Assembleia Municipal que se realizou ainda no ano de 2020. E preparar aqui a avaliação das obras, em termos técnicos, com o trabalho que já temos, dificultaria, efetivamente, chegar a uma meta e a um bom porto para concretizar obra/valor. Este resultado é difícil, quase inexequível, em tão curto espaço de tempo. Por isso, olhámos para aquilo que foram os valores médios que nós fomos atribuindo ao longo destes anos. Salvo algumas exceções, em média, andaram entre os 20 e os 30 mil euros. E nós entendemos, tendo o conhecimento daquilo que são as propostas, os objetivos das Freguesias, entendemos atribuir um valor de 30 mil euros, pela fasquia máxima da média que tinha sido calculada destes anos todos onde nós realizámos estes Acordos de Cooperação. Portanto, percebemos bem que o território não é todo igual. Não tem as mesmas pessoas, não tem a mesma área, não tem as mesmas necessidades. Ora, estipular um valor igual para todos, pode criar aqui, também, uma aparente desigualdade. Mas se colocássemos esta solução e face à falta e exiguidade de tempo que tivemos para calcular, obra a obra, os valores que a mesma possui, dizer apenas que nós colocámos um valor pela fasquia máxima, porque sabemos que a esmagadora maioria das Freguesias não recebeu, nestes anos, mais de 30 mil euros por ano. E assim nós resolvemos uma questão porque este é um valor que têm disponíveis para poder afetar a um conjunto de necessidades que são importantes. Nós queremos saber, efetivamente, e quando forem aprovados quer a minuta, quer o valor que aqui está destinado às Freguesias, nós vamos celebrar na mesma os Acordos de Cooperação. Vamos lá pôr uma ou várias obras, mediante este teto monetário. Mas aquilo que eu disse para algumas pessoas que, efetivamente, dizem: bem, mas as necessidades da minha Freguesia vão muito para além dos 30 mil. Nós sabemos. Nós também temos um orçamento, atualmente, de 60 milhões, mas as necessidades do concelho vão muito além de 60 milhões. Temos que arranjar receitas, temos que afetar recursos para responder a cada vez mais necessidades que o concelho também precisa globalmente considerado. Também é natural, para as Freguesias as necessidades estão muito mais além do que 30 mil euros. Mas não esquecer. Afetámos a cada

Freguesia, até hoje, um Acordo de Cooperação e reforçámos, em 2021, mais um Acordo de Cooperação. Portanto, algo que nunca aconteceu no passado. E, portanto, permitam-me esta facilidade, e ao mesmo tempo também alguma frontalidade, em dizer que em 2022, 2023, cá estaremos, se formos nós, para continuar a fazer realizações com as freguesias, com as associações, com as instituições. Não vamos conseguir fazer tudo num ano. Esta é uma grande meta, é um grande desidratado que nós assumimos para 2021. Portanto, neste sentido, eu só posso perceber e acolher um sentimento de satisfação e de regozigio por este esforço merecido, também vosso, e que só demonstra, claramente, esta vontade em assumir responsabilidades, em fazer concretizações. E com certeza que 2022, 2023, 2024, 2025 são também anos de realizações e nós queremos que a Guarda continue nesta senda. Mas só é possível, e é preciso não esquecer, falamos hoje em Pandemia e sabemos o que as empresas sofrem, mas não se esqueçam que, em 2013, salvo as devidas alterações, porque não foi o vírus, mas a verdade é que também encontramos na economia da Guarda uma verdadeira Pandemia, porque as empresas sofriam, os dirigentes das empresas não conseguiam suportar os seus encargos. As freguesias solicitavam obra e não acontecia nos territórios e às vezes com diferenças, de umas para as outras, muito mais graves e muito mais criticáveis do que aquelas que nós hoje aqui estamos a apresentar. E, portanto, há uma evolução grande. E é esse histórico, é esse relacionamento que existe entre o Município, o Executivo e as diferentes instituições, e aqui também os Presidentes e as Freguesias, que justifica que o futuro continuará a ser, como foi no passado, de realizações, de concretizações, mas com racionalidade, com equilíbrio, com proporcionalidade, com adequação. Isso é fundamental para se gerir a causa pública. Caso contrário, esgotamos os nossos recursos e há um dia em que a torneira esgota, não deita mais água e já não podemos regar aquilo que nós queremos que dê fruto. E é isso que eu quero evitar. É esse equilíbrio, é essa corresponsabilidade que eu quero assumir convosco, de assunção clara de um compromisso que é uma evolução, bastante evidente, daquilo que tem sido uma história muito positiva ao longo destes últimos anos, e que nós queremos continuar a manter, se for essa a responsabilidade que vamos assumir, ou não, no futuro. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Quem pretende intervir? Ninguém? Sim, senhor Presidente da Junta de Videmonte.” -----

- **Presidente da Junta de Freguesia de Videmonte, Afonso Proença (PSD):** “Boa tarde senhora Presidente da Assembleia e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, senhores Deputados, técnicos do Município técnicos do TMG, boa tarde a todos.

Xxxxx Sofia aqui o senhor presidente da junta deve ter-se enganado, depois explico, mas corriji

Salv guarda Rural 2021. 2021 vai ser um ano diferente para as Juntas de Freguesia da Guarda, um investimento de 1.29 milhões de euros, montante ímpar que atribui, a cada junta, um valor também ele notável de 30 mil euros. Depois de todos sermos ouvidos pelo Executivo, numa troca de ideias e projetos que cada uma das Juntas de Freguesia anseia dar aos seus fregueses, eis agora uma resposta pronta, efetiva, por parte da Câmara Municipal da Guarda. Se se questionar a cada um dos Presidentes aqui presentes se consideram suficiente, é claro

que todos responderíamos que queríamos mais, e muito mais, e muito mais. Caso contrário não estaríamos a desempenhar bem a nossa função. No entanto, nunca, em momento algum da nossa existência, tivemos tão significativo apoio financeiro. São ações como esta que diferenciam e muito os diferentes Executivos Camarários. Sei que a bancada do PS não aprecia muito que se fale do passado. Mas, Presidentes de Junta como eu, que andam aqui há muitos anos, lembramo-nos das constantes promessas, que em muitos casos davam em assinaturas de protocolos, onde a Câmara de então nunca cumpria, ficando o ónus sempre do nosso lado, pois éramos nós que dávamos a cara aos empreiteiros. Neste momento, estas situações fazem parte de um passado que não queremos recordar, ao qual não queremos voltar. É este o caminho que desejamos. Comprometemo-nos com as nossas gentes e cumprimos. Cumprimos com as nossas gentes, porque este Executivo cumpre connosco. É assim que deve ser e é assim que tem de ser. Só com ações como esta, podemos corresponder às expectativas das nossas populações, dando-lhe o que precisam, criando condições para que possam continuar a viver nas nossas aldeias cada vez mais abandonadas. Este é um investimento que todos enriquecem, pois garantimos a sobrevivência de costumes, tradições, que nos identificam como comunidade e região. Ou seja, um investimento a pensar no presente e no futuro. Por tudo o que acabo de referir, o grupo parlamentar do PSD reconhece o grande esforço financeiro a realizar, pelo que irá votar favoravelmente esta proposta. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente de Junta. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Aires Diniz.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Quando estive a analisar este documento, fiquei embasbacado com 30 mil euros para toda a gente. As Freguesias são todas diferentes, há umas mais ricas, como é o caso de Videmonte. Ali o amigo Afonso vai perdoar esta provocação. Mas o que é certo é que as Juntas de Freguesia têm dificuldades e têm necessidades a resolver. Agora, perante a declaração do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Videmonte, o Afonso Proença, nós chegamos à conclusão que, provavelmente, houve aqui um acordo perante a situação de Pandemia que impede os estudos apurados das situações, portanto, tudo o que se resolve agora e tudo o que se faz agora tem essa marca. Tendo essa marca, não há nada a fazer. Vamos esperar que, daqui a uns dias, já estejamos todos com a imunidade de grupo e possamos pensar com mais atenção às situações e possamos conversar uns com os outros para resolver aqui esta situação. Eu precisava de pedir aos Presidentes de Junta que se pronunciassem sobre se os 30 mil euros são de mais ou de menos, se estão dispostos a dar a parte sobrança à Freguesia a quem falta. Mas isso, nem vou fazer essa pergunta, porque ninguém me vai responder. Ou não quererão responder ou não podem responder. Pronto, ficamos assim. E, já agora, eu já estou com défice alimentar muito grande. E pronto, fico assim.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor deputado Marco, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. O Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente. Sempre estive e continuará a estar ao lado das Juntas de Freguesia. Muito mais se deve apostar nas Juntas. Não vou falar do valor porque já aqui foi falado.

Muitos vão dizer que não há hipótese de aumentar. São escolhas. Há momentos que, se calhar, conseguia-se cortar num lado para aumentar mais. São opções do Executivo. Por isso, iremos votar. Queria apenas fazer aqui uma questão, se é preciso haver mesmo esta necessidade de existir aqui, numa cláusula, a colocação, senhor Presidente, a colocação de uma placa a dizer o apoio do programa. É preciso? É alguma exigência? Depois vai-me responder, não é? Ok. A outra questão, aqui não está suficientemente explícito, onde é que as Juntas poderão... em que matéria poderão utilizar este dinheiro? É naquilo que eles entenderem que é o mais necessário para a Junta, ou há algumas especificidades a ter em conta? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PSD):** “Muito rapidamente. O Partido Socialista, evidentemente, que apoio este tipo de iniciativas. Também achámos estranho que fosse o mesmo montante para todas as Freguesias, apesar de serem todas diferentes. No entanto, se os Presidentes de Junta não emitiram qualquer opinião acerca disso, é porque eventualmente concordam com a decisão dos 30 mil euros para cada uma. Sobre aquilo que o senhor Presidente de Junta veio aqui dizer antes, o PS já foi julgado pelos seus atos duas vezes. Agora, não posso deixar de dizer que também foi o PS que fez a casa onde está agora, neste momento. E que foi o PS que fez chegar a água, a luz, os caminhos e por aí fora. Está bem? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhora Deputada, quer intervir? Se quiser intervir, o púlpito é seu. Senão, peço-lhe que... Muito obrigada. Mais ninguém para intervir? Quer intervir outra vez, senhor Presidente da Junta? Faz favor.” -----

- **Presidente da Junta de Freguesia de Videmonte, Afonso Proença (PSD):** “Era só para dizer além ao Deputado Monteiro, se o PS fez a casa onde eu estou, era obrigação de todas as Freguesias terem uma casa, como tem Gonçalo, como tem Famalicão, como tem Aldeia Viçosa, como tem toda a gente. A estrada é uma necessidade para todas as Freguesias terem meios rurais convenientes. Mas a Freguesia, sabe bem, ainda está à espera da tal estrada verde, já há quinze, vinte anos, já do tempo do vosso Deputado Santinho Pacheco, Presidente da Câmara de Gouveia, que era o traçado: Folgosinho, Planalto, Videmonte até à Guarda. Portanto, é isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito bem. Dois ou três esclarecimentos. De facto, às vezes, vivemos a vida com meias verdades ou meias mentiras. E, senhor Deputado Monteiro, de facto, quem construiu foi o Partido Socialista, mas o Partido Social Democrata está a pagar essa dívida. E nós, no orçamento, eu faço sempre menção a isso... estamos a pagar a que vocês criaram, não é? Mais uma, para não falar de outras. Agora, verdadeiramente, como sabemos, e está lá sempre no mapa de pagamento do serviço de dívida, cá está, quem pagou ao Arquiteto deste edifício? Foi este Executivo. Quem pagou as

cauções e as garantias? Foi este Executivo. Quem está a pagar os milhões de euros de amortizações, a longo prazo, dos empréstimos contraídos no passado? É este Executivo. Ainda temos, este ano, cerca de 2 milhões de euros para pagar da dívida que o Partido Socialista deixou. É verdade, construíram, mas não pagaram. E nós estamos a pagar o que o Partido Socialista fez e estamos a pagar, como todos sabem, aquilo que são compromissos atuais desde Executivo. Mas, duas notas também muito breves. Senhor Deputado Marco Loureiro, nesta matéria, nós, nas reuniões que tivemos com os Presidentes de Junta, sabemos quais são as cinco principais preocupações. E vamos afetar esse dinheiro, e o Acordo de Cooperação irá refletir essa vontade, vamos colocar esse dinheiro para fazer uma das obras que já nos foi sinalizada pelos Presidentes de Junta. Quanto ao fait-divers, mais um, das placas. Olhe, a União Europeia, cada vez que é aprovada uma candidatura em qualquer estado membro da União Europeia, é obrigatório, sob pena, se ela não estiver, até de recolher fundos comunitários já entregues. E, portanto, se fica de alguma forma preocupado com esta situação, olhe, eu nem sou a favor, nem sou contra. Está lá no acordo, já não é de agora. Fazemos uma cópia daquilo que é o modelo estabelecido desde 2013, alinhado também com esta regra da União Europeia. Portanto, sinalizar, fazendo as obras, pagando e conhecendo quem as fez, é também algo que não ficará mal. Mas também não estou a evidenciar aqui o motivo que justifique estar lá. Portanto, é a prática, tem sido a rotina, tem sido a história destes últimos anos e temos mantido essa prática. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passávamos, então, à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.3 - Salvaguarda Rural 2021 – Projetos e Medidas de Médio Prazo para Apoio às Freguesias – Acordos de Cooperação – discussão e votação.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e seis votos a favor. -----

Ponto 2.4 - Concessão de Apoio à Freguesia de Vila Fernando para Aquisição de Sistema de Aquecimento para o Espaço de Funcionamento da Educação Pré-Escolar com Atividades de Animação e Apoio à Família – discussão e votação. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, não sei se pretende...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Sim, posso só dar aqui... Obrigado, senhora Presidente. A proposta é esclarecedora. Nós temos aqui uma resposta ao Pré-escolar que acontece na Freguesia de Vila Fernando e, na verdade, nós não temos qualquer custo com o pagamento de rendas ou outros encargos. É a Freguesia que suporta. Foi-nos solicitado um apoio para uma situação excecional que aconteceu, que foi uma caldeira de aquecimento que se estragou. E, pronto, decidimos também ajudar. Não na totalidade, mas esse foi o compromisso com o senhor Presidente de Junta. Ajudámos na medida das nossas possibilidades e contribuímos com 50% do valor e por isso aqui vem hoje para aprovação. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Apenas dizer que, relativamente ao ponto que discutimos anteriormente, as verbas e as transferências e as ajudas que são dadas às Juntas de Freguesia não começam nem acabam só naquele ponto. Aqui está um exemplo de mais uma situação de uma ajuda efetiva, que vai para além do Acordo de Cooperação ou do Acordo de Execução. Portanto, nenhum dossiê está perfeitamente estancado ou estagnado e há situações que merecem o apoio. Aqui é o apoio para pagar um aquecimento numa escola, ou pré-escola, numa Junta de Freguesia. Se maneira que, naturalmente, o grupo parlamentar do PSD irá votar favoravelmente esta proposta.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém? Senhor Deputado Marco Loureiro, é para falar? Não percebi. Não consegui ver. Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. O Bloco de Esquerda irá acompanhar o voto positivo neste apoio. Mas realmente, também quem dá 2 mil, pode dar os 4 mil. E pode dar os 4 mil porque, penso eu, que há pouco tanto se falou aqui de computadores, da educação, da importância das crianças, do seu desenvolvimento, de toda a atenção que deveria ter, e, de repente, estamos a falar aqui de aquecimento, numa zona como a Guarda, num Jardim de Infância. E como aqui já foi dito, que as instalações nem pagam nada, estão dentro da Junta, não estou a ver aqui ninguém a ficar com inveja, de Freguesia para Freguesia, se houvesse esse presente. E era um presente muito bom e generoso dos 100%, senhor Presidente. Eu acho que conseguia esticar lá um pouco as migalhas e pagar na sua totalidade. Eu acho que ainda pode refletir, mesmo depois desta aprovação, reflita lá um pouco, porque, realmente, por muito que se gasta por aí, estes 4 mil eurinhos eram daqueles que mais bem gastos eram, certamente, num futuro próximo. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, quer responder? Não? Então, passávamos à votação deste ponto.”

- *Resultado da votação do Ponto 2.4 - Concessão de Apoio à Freguesia de Vila Fernando para Aquisição de Sistema de Aquecimento para o Espaço de Funcionamento da Educação Pré-Escolar com Atividades de Animação e Apoio à Família – discussão e votação.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e nove votos a favor. -----

Ponto 2.5 - Plano de Ação para Adaptação às Alterações Climáticas do Município da Guarda.

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhora Presidente. Trazemos aqui à Assembleia, para aprovar, o Plano de Ação para Adaptação às Alterações Climáticas. É uma problemática que nos tem acompanhado nos últimos anos. Todos percebemos que o tempo e o ambiente que nos rodeia está em constante alteração. E, por vezes, não são alterações mais positivas, antes pelo contrário, põe em causa a própria subsistência do Homem no meio em que está inserido. E, portanto, os sinais são evidentes. Nós percebemos que as alterações climáticas, e na Guarda estão detetadas, desde ventos mais fortes, falta de precipitação, aumento das temperaturas com a conseqüente causa de incêndios, isto tem impacto negativo no nosso meio ambiente. Nós, na última Assembleia Municipal,

apresentámos uma estratégia, ou na penúltima Assembleia Municipal, apresentámos a estratégia de adaptação às alterações climáticas e vimos hoje aqui apresentar o plano de ação. Ou seja, o conjunto de medidas integradas, pensadas, mas também, de uma forma abrangente, integradas num plano Europeu e Mundial, daquilo que é estar à frente, é assumir compromissos que já não são de agora. O Pacto dos Autarcas e a redução das emissões de carbono em 25%, e em 2050 de 50%, é uma exigência que nós temos que imputar a todos os projetos futuros que o Município e todas as Instituições desenvolverem ao longo deste tempo. Perceber que todos os projetos têm que ter um cariz e uma sustentabilidade nos próximos anos. Todos os projetos que não tiverem sustentabilidade, do ponto de vista ambiental, são projetos que vão ser deixados no caminho, porque, na verdade, não é possível manter mais este consumo de matérias-primas, este consumo de recursos ambientais. A Terra já não consegue satisfazer essas necessidades e nós estamos, cada vez mais, numa senda de consumo desses recursos, e, portanto, há que criar regras, há que estabelecer metas, limites, designadamente também nesta que diz respeito ao aumento ou à diminuição da produção das emissões de carbono. Nas medidas, elas são diversas, abrangentes. Eu poderia dar, a título de exemplo, ao nível dos recursos hídricos, medidas como: tratar e utilizar águas residuais para fins agrícolas e menos nobre; implementar técnicas que promovam a recarga artificial de aquíferos. Depois, no âmbito da agricultura, florestas e biodiversidade: utilizar culturas ou variedades adequadas à produção fora de épocas mais quentes; minimizar os impactos das alterações climáticas na produção animal. Portanto, temos aqui um conjunto, nas diferentes áreas temáticas e de intervenção, um conjunto de medidas muito concretas que irão potenciar, efetivamente, esta resposta que nós, enquanto comunidade organizada, temos que dar a um problema grave, a um problema atual e a um problema que ameaça a nossa sobrevivência. No âmbito do turismo e da economia: elaborar estudos bioclimáticos do espaço público existente e futuro; promover a arquitetura bioclimática em edifícios novos, fachadas e coberturas existentes. No âmbito da energia e nos resíduos: promover a arquitetura bioclimática no edifício novo e existente sob administração do poder local; melhorar o edificado habitacional das populações socialmente vulneráveis. E no âmbito também da mobilidade e qualidade do ar, também há um conjunto de medidas que estão previstas, que podem aprofundar para além daquilo que eu estou aqui a transmitir: incorporar as alterações climáticas no dimensionamento das infraestruturas de transportes e comunicação; implementar áreas de sombreamento específicas, com recurso a materiais artificiais ou naturais. E dizer aqui, até porque essa questão já me foi colocada anteriormente, nós adquirimos um edifício na zona baixa da Cidade que pode vir a ser um espaço intermodal. Temos ali a confluência, como sabemos, das linhas férreas, Beira Alta e Beira Baixa. Temos também um grande tráfego, ao nível dos expressos, que vêm do Norte e do Sul. Temos aqui um eixo viário, que é o que vai desde a Avenida Cidade de Salamanca até ao Jardim José de Lemos, e há que também diminuir a produção de dióxido de carbono. É também por aí que nós vemos este tipo de investimento, a mobilidade e a mobilidade elétrica. Apostar, efetivamente, como estamos a fazer, num circuito de transportes urbanos capaz, que dê resposta às necessidades, mas também articulado com outras formas de mobilidade mais amigas do ambiente. Estamos num processo de aquisição também das bicicletas elétricas, de trotinetes, exatamente para permitir também aos mais jovens poderem e, designadamente, junto das escolas, começarmos já a adotar outras formas de mobilidade. E com certeza,

também evitar que autocarros, combustível fóssil, gasóleo, que circulam permanentemente aqui na confluência da A23 e A25, têm que vir aqui à central de camionagem, podendo ter pontos intermédios, evitando a poluição também no nosso centro da cidade, é algo que, não sendo das cidades mais poluídas, e não é com certeza, ainda bem, mas também temos que prevenir situações futuras mais prejudiciais para o ambiente. E, portanto, aqui este investimento na mobilidade elétrica e um corredor também elétrico, desde a zona da estação até à zona do Jardim José de Lemos, parece-me que será um dos projetos que, no futuro, nós iremos desenvolver, encetar. E, portanto, esta visão de um centro também de mobilidade, de um interface de transportes na zona da baixa da cidade e articulado com as vias VICEG e também as autoestradas e a linha férrea, poderá ajudar muito a chegar àquelas metas que os Autarcas, os responsáveis políticos se comprometeram. E, portanto, são estas pequenas medidas que transformarão, no futuro e em conjunto, um ambiente, hoje depauperado, mas que será, na nossa perspetiva, um ambiente mais próspero e de esperança para a qualidade de vida de todos os cidadãos. E, portanto, penso que é um documento, uma estratégia, um conjunto de medidas que vai ao encontro daquilo que são necessidades também fundamentais da nossa comunidade, de nós próprios e, principalmente, dos jovens que, no futuro, também queremos continuar a atrair, com dinâmicas novas, com dinâmicas mais sustentáveis. E, portanto, esta estratégia, este plano de ação, vai ao encontro exatamente destes objetivos que nós pretendemos alcançar nos próximos tempos. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém para intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Bom, isto é um documento extenso, com um conjunto muito vasto de medidas. Falta saber agora para quando a implementação. Remodelar os sistemas urbanos de abastecimento de água - isto é importante. Aliás, no seguimento também de uma análise que o CDS aqui trouxe, àquilo que é a água que a Câmara compra às Águas de Lisboa e Vale do Tejo e aquilo que vende aos consumidores, onde se identifica uma perda muito grande de metros cúbicos de água. Reavaliar a viabilidade de novas barragens e promover a sua construção - eu espero que a Câmara, quando pensou nisto, também estivesse a pensar na Barragem do Louzelo, que fica ali entre as Freguesias de Vila Fernando, Adão, porque ali aquele enclave da Freguesia de Vila Fernando que está encaixado na Freguesia do Adão, aqueles limites ali são assim um bocadinho indefinidos, para mim, que seja um caso a avaliar. Até porque é uma barragem de regadio e que seria importante para a economia rural do nosso concelho. Aumentar a eficiência na utilização de rega - isto é importantíssimo. E acho que também que seria importante pensar o arranjo floral e urbanístico das rotundas, de maneira a consumirem menos recursos hídricos e também menos recursos financeiros. Acho que também será uma medida importante. E não andar a criar, como foi criado nalguns pontos da cidade, em espaços de domínio público, grandes tapetes de relva, porque isso é completamente contraproducente derivado dos consumos de água que eles exigem. A utilização das espécies autóctones - evidentemente que é importante. Eu estou aqui a ver uma outra medida - limitar o acesso e o estacionamento de viaturas e transporte individual a zonas específicas da Cidade, nomeadamente, o centro histórico. Ora bem, o centro histórico já está morto. Tudo o que seja medidas desta natureza, em volumes de tráfego que não têm muito significado, é acabar

por matar o pouco comércio que ainda, com dificuldade, consegue sobreviver no centro da cidade. Quais são as alternativas que temos para estacionamento? O que é que já foi criado, em termos de parque de estacionamento que sirva a zona central da cidade? Qual o tipo de clima que a gente tem na Guarda, para que uma medida destas seja implementada, sem ter um impacto económico negativo muito grande na economia que está sediada ainda no centro da cidade? Se calhar há aqui situações que é preciso ponderar e ver se, efetivamente, há condições para as implementar. E outras, se calhar, onde temos que ser um pouco mais ambiciosos, como é este caso dos arranjos florais das rotundas. Acho que é uma situação claramente a rever. E penso que está em curso o arranjo dos jardins que estão distribuídos pelos bairros da Cidade, se calhar também pensar já esses próprios arranjos, de molde a que não consuma os recursos hídricos que têm consumido até aqui. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, neste meu período de confinamento, li um livro, ou reli, não sei muito bem, de um Deputado da Assembleia Nacional que falava sobre a situação da agricultura e que já previa aquilo que é o nosso esvaziamento. Ele dizia que só o Alentejo é que se safava e talvez umas partes de Trás-os-Montes. Agora, para mim, o importante é que, neste processo de alterações climáticas, temos que explicar as alterações climáticas com estas medidas de alteração do uso da terra, que levaram a que se usassem processos produtivos, agrícolas e outros, que tornam tudo isto mais complicado e aquecem o ambiente. Foi com base nesta ideia inicial, que eu fiz aqui um texto que vou ler. É um bocado longo, mas peço desculpa já. Devemos ter em conta que tudo o que fizermos tem um contra. A atitude imperial dos povos mais industrializados, que oscila entre a aceitação de acordos como o de Paris, ou em imposições que defendem as suas indústrias, em prejuízo claro dos povos e das suas tradições agrícolas. Há, neste processo da nossa adaptação, que focar o papel imprescindível da reforma da agricultura familiar, que pode ser um elemento essencial para transformar a produção agrícola numa forma mais eficaz de luta contra a poluição nas aldeias, onde existem novos produtores e ainda de promoção do uso de produtos agrícolas, como a lenha e os alimentos de origem animal mais saudáveis, combatendo a extinção das raças autóctones, como a vaca, a cabra e a ovelha jarmelista (e aqui estou a voltar às minhas origens) originando, assim, um retomar de uma relação mais saudável com a natureza, assente no uso da água, algo que a industrialização insensata, baseada no uso intensivo de energia, nos desligou. Assim, há que pensar o retomar uma agricultura tradicional e do modo da proteção da água para uso agrícola e pecuário, que pode criar um modo mais amigo do ambiente, combatendo a subida de temperatura que o atual modo de produção industrial nos obriga. Na verdade, na reativação económica das pequenas aldeias, principalmente no âmbito agre ecológico, assume um papel determinante, tanto a população local, bem como a população vinculada, ou seja, aquela que está ligada às aldeias, assim como aqueles que retornam a ela ao fim de semana, ou na reforma, cada vez mais tardia (porque aquilo que tem acontecido é que aumentam a idade de trabalho) que agora reside no exterior, mas que tendo nascido na aldeia, ou tendo vínculos familiares ou afetivos, mantém uma relação habitual com ela e constituem o principal grupo consumidor dos produtos agroalimentares, fazendo muitas vezes de promotores dos mesmos produtos, bem como podemos apelar a

novos povoadores que porventura surjam. Há aqui, neste processo, que promover a existência de mercados de proximidade, em que o modelo da Feira Farta, desde que seja disseminado pelas aldeias, pode ser o modelo a seguir. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. É com bom agrado que vemos um plano de ação para adaptação às alterações climáticas. Realmente, não há plano B. Ou melhor dizendo, não há Planeta B. Era para ver se estavam atentos. Não sei se muitas destas pretensões algum dia vão ser realizadas. Muitas delas terão que ser debatidas. Muitas delas, provavelmente não estão bem enquadradas quando se chegar ao momento. Mas a verdade é que é preciso planear e, pelo menos, ter uma visão do que poderemos vir a necessitar. E, por isso, olhamos com muito bons olhos esta proposta. Contudo, também alertamos, porque é para isso que também cá estamos, que é preciso tomar atenção em algumas das situações que podem ser resolvidas no momento. Há pouco ouvimos aqui falar, e já aqui foi discutido por várias vezes e com muitas opiniões, sobre os carros na zona histórica. Eu não sou totalmente contra haver carros, em determinado período, na zona histórica. A verdade é que tem que haver regras. Aquilo não há lá regras. Um estaciona à esquerda, outro estaciona à direita, um estaciona à frente, uns até batem com os carros nos pilares que lá estão. Pilares às vezes mal sinalizados, estruturas a cair. A culpa não é só de uns, é de várias pessoas e principalmente, às vezes, mesmo de quem lá vai com o carro, que nem se apercebe daquilo que está a fazer. Não sei se tiraram a carta cá ou fora da Guarda. Mas pronto, isso é outra matéria. A verdade é que é preciso atuar nessa questão. É preciso despoluir, de uma vez por todas, o rio Noéme, o rio Diz. Alterações climáticas só se resolvem despoluindo. Despoluindo, desde a água... ter atenção, e acompanho o senhor Deputado Henrique Monteiro, é verdade que há aqui muitas zonas que foram passadas a zonas verdes, junto aos bairros, mas só com erva. Onde é que estão as árvores? É preciso árvores. É preciso manutenção. O sistema de luzes leds, muito bem implementado, muitos e muitos postes têm lá os leds mas não está a funcionar. Senhor Presidente, não digo que tem que sair todas as noites. Mas, de vez em quando, pegue aí numa equipa, junte-se a eles, caminhe ou corra, ou ande de bicicleta, mas à noite, e certamente vai perceber que há muitas falhas. Os postes estão lá onde os projetos iniciais de requalificação, e poderia enumerar aqui muitas zonas, tem lá, que eu nunca percebi muito bem algumas luzes apontadas para determinadas escadarias, para árvores, têm lá os focos, mas a luz nunca funcionou. Ou, pelo menos, se funcionou, foi no dia da inauguração. Passado uns tempos, deixa de funcionar. Estes pequenos pormenores fazem toda a diferença quando depois queremos mostrar uma Cidade competitiva e que está, como toda a gente sabe, candidata à Capital Europeia da Cultura. Estes pormenores todos fazem toda a diferença, provavelmente, num júri que observe e que venha aos poucos monitorizar como é que nós estamos a conviver uns com os outros. Dizer também que nestas adaptações às alterações climáticas, eu voto, desde já, um louvor a cerca de 90% das Juntas de Freguesia. Quando visito as Freguesias, vejo as Freguesias muito limpas, tudo muito bem organizado. Podem-me dizer: mas, Marco, há menos gente, não há tantas crianças na rua, algumas nem crianças têm. É verdade também. Mas é um bom princípio. Se as Juntas se conseguiram organizar, se as populações têm esse apreço de ter as suas ruas

limpas, ou, quando não estão tão limpas, procuram os responsáveis para que haja uma recolha, para que haja uma limpeza. Podemos, sem dúvida, ir buscar esses bons exemplos e esses testemunhos, quer dos senhores Presidentes e respetivos membros das Juntas, mas, também muito importante, ouvir os fregueses e trazê-los como testemunhas daquilo pode ser transferido das freguesias para o nosso centro urbano. Eu acredito que é possível e aplicaremos, certamente, mais facilmente, um plano que combata essas mesmas alterações climáticas. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém? Senhor Deputado António Barbosa, faz favor.” -----

- **Deputado António Barbosa (PS):** “Obrigado. Muito boa tarde a todos, ou bom dia, como queiram. Para mim já seria boa tarde, já me faz falta um bocadinho de alimento. Mas também vou ser rápido. E para não estarmos a perder muito tempo, eu queria falar sem o documento, mas vou falar com o documento porque demoro menos tempo. Depois da estratégia Municipal de adaptação às alterações climáticas, surge agora o esperado plano de ação para implementar e monitorizar. No prefácio do documento, o senhor Presidente da Câmara afirma: «o Município da Guarda assume integralmente a prioridade de garantir às gerações futuras um território sustentável e competitivo, em termos económicos e sociais». Os habitantes do concelho assim o esperam e desejam, e como também se afirma no documento: «a implementação do plano irá criar oportunidades para dezenas de empregos locais e desenvolvimento de novas indústrias locais». No tocante ao documento e referindo apenas a vertente ligada ao Turismo, gostaria de apresentar a seguinte reflexão. O turismo é o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais habituais de trabalho ou de residência, as atividades envolvidas durante a permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades. O turismo tem sido uma panaceia para a economia nacional, regional. Esqueceram-se, no entanto, de aplicar as boas normas de gestão, que aconselham que não se deve depender de um só fornecedor/cliente. E a situação atual veio provar esta teoria. No entanto, na era Pós-Pandemia, o turismo, além de outras medidas poderá ser uma alavanca importante para o desenvolvimento do concelho. A Câmara Municipal da Guarda estabeleceu um protocolo de parceria com o IPG, para elaboração de em plano estratégico para o desenvolvimento do turismo no concelho na era Pós- Pandemia. Decisão sensata esta, que se tornará inócua se não for acompanhada de medidas preliminares. Há alguns dias atrás, foi lançado nas redes sociais, por uma rádio local, a seguinte questão: o que fazer com instalações da ARCOREL? Falei neste assunto numa das Assembleias Municipais anteriores. Entre várias opiniões, retive duas. A imagem degradante para quem passa perto das ruínas do edifício, ainda mais agora que teremos a linha da Beira Baixa em pleno funcionamento, e um problema de saúde pública, sabendo todos a que me refiro. É urgente atuar. Não poderemos continuar a ter, ao lado de uma escola secundária, neste caso da Sé, uma imagem degradante e de abandono, de lixeira num terreno contíguo, silvas, lixo e uma charca, tornando-se um perigo constante e um mau exemplo para os jovens da escola. Sei que é um terreno particular, mas sei também que há mecanismos para resolver o assunto. Não podemos ver crescer, como cogumelos, anexos nos terrenos na Cidade e nas zonas rurais, sem qualquer controlo. Não devemos complicar, mas é necessário intervir. Não podemos deixar as operadoras de telecomunicações transformar a paisagem das aldeias e da

cidade, e nesta, sobretudo, na zona histórica, numa complexa teia de cabos, que mais não fazem lembrar do que alguns bairros clandestinos nas grandes metrópoles. Referenciei este assunto também numa das Assembleias Municipais anteriores. Não podemos permitir que os nossos trilhos, nomeadamente junto a alguns pinhais, sejam peçados de detritos, de restos de automóveis e de construção civil. Não podemos fechar os olhos aos constantes atentados perpetrados nos nossos rios e ribeiras. Poderemos estabelecer todos os protocolos, elaborar grandes projetos, criar estratégias municipais, que nada resultará. Temos que ser corajosos, eficientes e atuarmos atempadamente e a montante, para que não nos acusem de incompetência e de hipotecarmos o futuro. Sugeríamos ainda à Câmara Municipal da Guarda, um olhar mais atento e atuante nestas questões e a criação, no sítio da Autarquia, de um espaço, onde pudessem ser colocados fotos, georreferenciados, (é a segunda vez ou a terceira vez que falo nisto) para informação da Autarquia das anormalidades que vão sendo encontradas. Isto não é nenhum ato pidesco, é simplesmente ajudar a Câmara e as Juntas de Freguesia a resolver alguns assuntos. Eu tenho detetado, nas minhas voltas de bicicleta, coisas horríveis, mas não as posso referenciar porque não sei onde é que pertencem. E se ponho lá a fotografia, depois não sei bem como é que tenho que dizer. Georreferenciadas, e elas estão lá. Assim, um programa desta importância requer uma vigilância constante, capaz, eficiente e política. Assim, o CLA - Conselho Local de Acompanhamento deverá integrar, além dos elementos propostos, o elemento político que não está lá, além da Câmara Municipal da Guarda, por se tratar, na nossa opinião, de um documento político por condicionar, até 2030, as próximas escolhas dos futuros Executivos. Entendemos ainda que falta, no CLA, a opinião dos jovens. Entendemos, então, que o CLA deve ser composto, além dos elementos propostos no documento, por um representante das Associações Juvenis do Concelho e um representante de cada Partido Político com assento na Assembleia Municipal. Assim, condicionaremos o nosso voto favorável às alterações propostas. Deixava isto à consideração da Câmara e nosso voto dependerá, se assim o entender, destas alterações. Muito obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém? Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gomes (PSD):** “Novamente, bom dia a todos, ou boa tarde. Senhora Presidente, senhor Presidente. Vou dispensar os cumprimentos porque já tive oportunidade de os fazer há pouco. Chega até nós, efetivamente, este plano de ação, depois de, como já foi referido aqui, termos chegado também a esta estratégia aprovada há poucos meses atrás. E, também, que nasceu de uma proposta da bancada e do grupo Municipal do PSD, acerca do plano Municipal de combate às alterações climáticas e à descarbonização. Em boa hora o Executivo assim procedeu. E assim procedeu juntamente com um trabalho exaustivo de um estudo que nos demonstra muito bem e nos elenca os vários objetivos, desde o objetivo da neutralidade carbónica até 2050, este objetivo mundial, mas também dos Pactos dos Autarcas, que são objetivos ambiciosos e metas ambiciosas já para 2030. Mas, também, este estudo, e dizia eu, já reflete muito bem aquilo que poderá acontecer se nada fizermos, se não atuarmos nessa medida. Como o senhor Presidente referiu, há um aumento da temperatura, com maior número de dias com temperaturas superiores a 35 graus. Ou com uma deficiente precipitação, que poderão ser acompanhados de invernos muito mais rigorosos, com muito maiores ventos e, por exemplo, tempestades como aquela a que assistimos neste último fim

de semana e em que, graças à atuação da Proteção Civil Municipal e dos vários agentes de Proteção Civil do nosso Município e tantos Presidentes de Junta que estão ao lado das suas populações a fazer face a estas intempéries, nomeadamente, muitas das vezes, quedas de árvores, inundações, em sítios mais ou menos complicados. E, portanto, todos nós sabemos, e um agradecimento a todos os Presidentes de Junta, à Proteção Civil Municipal e aos agentes de Proteção Civil Municipal, que têm, efetivamente, respondido a estas alterações climáticas e a estes fenómenos meteorológicos adversos que nos afligem. Efetivamente, e dizer que o senhor Deputado Henrique Monteiro tocou aqui em pontos essenciais, que é o ciclo urbano da água, é essencial e está plasmado neste documento, efetivamente, a importância que nós devemos dar à água, como um bem escasso, um bem essencial à vida e um bem essencial também à vida no meio urbano. E esse ciclo urbano, seja pela rega de jardins, seja pela adaptação dos jardins aos chamados jardins mediterrânicos, adaptados a culturas de maior seca ou de seca mais prolongada. São propostas que, efetivamente, estão plasmadas neste documento. Efetivamente, também eu desafiava o Executivo a abrir esta proposta. E como já aqui foi feito e penso que foi o senhor Deputado Aires Diniz que elencou aqui as propostas ao nível da agricultura. Eu, precisamente, vinha aqui com propostas nesse assentido. Com propostas de abertura, e que vemos no início do documento o exemplo de uma cidade citada no documento, da abertura e da possibilidade de reaproveitar os produtos agrícolas. O senhor Presidente tem a ideia e em boa hora assim o fez, e este Executivo, da criação do Centro de Produtos Endógenos. Aqui está uma forma de ligarmos o combate às alterações climáticas e ao escoamento destes produtos das nossas aldeias rurais, através do Centro de Produtos Endógenos. É sem dúvida nenhuma, senhor Deputado, e concordo também consigo, da importância da agricultura. E todos nós sabemos, por exemplo, e quem conhece o mundo rural sabe que, no passado, e ainda agora, felizmente, várias vezes a agricultura soube aproveitar o melhor da terra e sabe aproveitar o melhor da terra. Por exemplo, soluções como a rotação das culturas. A consociação de culturas tão conhecida, por exemplo, o milho e a abóbora, durante a primavera/verão, que todos nós conhecemos. Seja pela criação de uma pecuária, não na forma extensiva. Falou das raças autóctones. Efetivamente, é através dessas nossas valências, através dessas nossas possibilidades, que devemos depois incentivar e dizer por que não, através também deste Centro de Estudos Endógenos, e de escoamento de produtos endógenos, criar, também, depois, o fundo ambiental, que também é referido no documento, como forma de financiamento a estas medidas. Porque, efetivamente, é necessário procurar financiamento para estas medidas que são ambiciosas, volto a referi-lo. E, por exemplo, o fundo ambiental poderia ser essa mesma procura. Mas, por exemplo, dizer que não concordo totalmente com o senhor Deputado António Barbosa quando diz que a parte política não está presente. Fala-se no CLA, em que está presente a Câmara Municipal e os elementos da Câmara Municipal. Assim como as escolas. Portanto, os jovens estão envolvidos nesta proposta. Vem lá referenciado que terão que ter representantes das escolas, dos agrupamentos sediados no concelho da Guarda. Portanto, estão representados. Nós temos essa representação. E claro que também temos aqui um outro desafio. Esta abertura ao parque educativo para que estas propostas que aqui temos passem também pelo crivo da opinião pública. E, sobretudo, que não seja, este plano, conhecido como o plano do Executivo A ou B. Mas seja o plano da Guarda, de todas as Freguesias do Concelho da Guarda, do Município da Guarda, que é um plano a longo prazo, até 2030, com propostas muito

concretas. Mas sobretudo que sejam um plano que todos nós abracemos, desde a comunidade educativa, o Instituto Politécnico da Guarda, as Associações Empresariais e Agrícolas e, claro, também todos os Presidentes de Junta e toda a Sociedade Civil. Muitos parabéns a todo o Executivo por este trabalho. Espero que o mesmo mereça a aprovação de todos nós, de uma forma unânime. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, quer responder?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Nesta matéria, que ela é vasta e rica em termos daquilo que são as ações futuras que temos que desenvolver, eu queria dizer que este é um documento técnico, científico, que nos vai dirigir e orientar na vida futura, no âmbito da adaptação às alterações climáticas. Mas é evidente que ele não anda por si. Nós temos que ter, de facto, aqui as sinergias humanas para concretizar estas medidas, ou outras que reportemos como adequadas e mais eficazes no cumprimento destas metas. Sendo certo até que, ao longo do tempo, nós teremos que refletir sobre algumas medidas, como já foi aqui dito, e adaptá-las face a essas circunstâncias. Depois, o senhor Deputado levantou algumas questões que para nós também são importantes, mas eu diria duas delas. Quanto à despoluição do rio Noéme e à resolução da antiga Fiandeira, brevemente haverá notícias sobre um e o outro, que são questões importantes. Uma, por abandono e que é preciso dar utilidade. E também naquele problema já crítico, histórico, de trinta anos, que é preciso dar resposta e nós estamos empenhados em encontrar uma solução, que estamos a trabalhar. Mas, como estamos a trabalhar, ainda não podemos tirar as conclusões que eu gostaria já de transmitir aqui nesta Assembleia. Mas, a seu tempo, iremos dar conhecimento das conclusões do trabalho realizado até aqui. Ao nível agrícola, gostaria também de focar aqui o empenho deste Executivo na articulação com diferentes Associações na área, representativas do setor agrícola. Dois recentes, ou pelo menos um recente acordo também que fizemos de protocolo com a ACRIGUARDA. Exatamente podermos potenciar, na Maunça, um conjunto de projetos, designadamente também introduzindo aqui a componente da investigação e adaptação de novas culturas, e, das já existentes, valorizá-las em termos de produção. Penso que é também um caminho que pode ser seguido neste início de processo, que nós tomámos com a assinatura do protocolo. Dizer, também, que temos uma plataforma que estamos a trabalhar, e ela já está penso que até disponível para os nossos produtores poderem usar de tecnologia e, ao mesmo tempo, aproximar-se dos próprios mercados e escoar os seus produtos. É uma plataforma que designámos de “Guarda Terra Farta”. Há uma intenção clara de, através também da atividade e de novas metodologias de abordagem de exploração da terra, podermos responder a esta problemática das alterações climáticas. E um uso mais equilibrado, mas também mais rico da terra, com certeza que irá responder àquilo que são os nossos anseios. Estamos a fazê-lo. Não estamos a fazê-lo sozinhos, como disse. Recentemente, também recebi na Câmara uma Associação de produtores locais, e nós envolvemos nos processos que estamos a desenvolver neste âmbito. E dizer também que é com alguma preocupação, mas a lei, a repressão, tem que funcionar quando, de facto, as pessoas não tomam autoconsciência de respeitar o espaço coletivo. E também continuamos todos a perceber que ainda há uma errada utilização da floresta para depositar resíduos, para depositar, de facto, elementos que são nocivos ao

ambiente. E, portanto, esta disciplina passa um pouco pela repressão. Passa um pouco pela sensibilização e também pela autoconsciência do cidadão. Temos um problema complexo, por exemplo, no centro histórico. Nós estamos com campanhas de sensibilização, há também uma fiscalização maior nesta área, e há pessoas que continuam a colocar os tais “monos” que também são assim designados, no centro histórico. E claro que não podemos, cada vez que alguém põe um objeto destes no meio da rua, que polui, que suja, que dá mau aspeto, não cativa, não promove a atração, a verdade é que não pode ir logo o carro da limpeza porque há um contrato e eles também cumprem os contratos. E, de facto, aqui é um processo que convoca todos. Todos nós temos que sensibilizar, e nós que já temos essa sensibilidade, o nosso vizinho para outras práticas. Nós sentimos isso, as pessoas não estão dispostas. Quer dizer, não têm o conhecimento, essa mesma sensibilidade para alterar comportamentos que durante anos e anos prosseguiram. A mim dói-me muito. E confesso, quando vou, e temos espaço para separar os respetivos resíduos, vamos ao contentor comum e há de tudo. Desde as embalagens de plástico, com ferro, as caixas de madeira. Não há o mínimo de preocupação. E é só, em vez de abrir este, colocar aqui ao lado direito em vez de ser ao lado esquerdo. Não se faz. As pessoas deslocam-se aos depósitos dos resíduos e não fazem a separação mínima. Quando é um gesto simples como, em vez de colocar com a mão direita no contentor da direita, é pegar na mão esquerda e colocar no contentor da esquerda. São coisas simples. Como se faz? Precisamos de ser todos. Não podemos ter um polícia atrás de cada cidadão. Às vezes dá vontade que isso aconteça, mas temos que prosseguir essa luta de sensibilizar, de facto, cada um que está à nossa volta, de que é preciso alterar hábitos que estão instalados. E se não o fizermos, de facto, vamos caminhar novamente numa senda de custos. Numa senda de utilização de recursos que não deveríamos fazer, exatamente porque, numa política racional de utilização destes meios, nós conseguiríamos ter, de facto, um equilíbrio muito maior, até no que diz respeito à nossa economia familiar. Porque não tenham dúvida, e há pouco eu disse, fiz muita força para que isso não acontecesse, mas percebi que não estava ao nosso alcance, passar a tarifa de resíduos sólidos de 11 cêntimos para 22. Para o dobro. Só aconteceu porque, globalmente, enquanto país, todos os cidadãos não conseguiram cooperar, numa estratégia Europeia de diminuição de custos, na utilização, na guarda e salvaguarda destes resíduos urbanos. E porque têm custos elevados e nós não tomámos as medidas certas, está-nos a sair do bolso, todos os meses, a partir de agora. E se não tivermos políticas que contrariem isto, e que estão ao nosso alcance, para poupar, basta reduzir o número e a quantidade de tonelagem de lixos não separados, não reutilizados, que vão para o aterro no Fundão. Disse. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Vamos então à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.5 - Plano de Ação para Adaptação às Alterações Climáticas do Município da Guarda.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e oito votos a favor e dez abstenções. -----

Ponto 2.6 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer falar? Responde depois. Muito bem. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Aires Diniz.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, é agora a hora de eu desejar um bom fim de semana e cumprimentar toda a gente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não deseje bom fim de semana. Não podem sair porque temos que aprovar as minutas. Sem quórum, não conseguimos aprovar as minutas.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu só quero dizer aqui alguma coisa em relação à parte cultural. Eu tenho aqui uns resquícios que eu não disse na altura certa e que aproveito agora para falar. Quanto à área cultural, enquadrando a candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura, queremos perguntar sobre quais foram os mecanismos administrativos e funcionais que foram agilizados, para aumentarem a possibilidade de participação dos trabalhadores da cultura, em articulação com outros e restantes parceiros. Quanto à requalificação da rede viária, quais são os problemas de limpeza e pavimentação na Nacional 18 que vão ser resolvidos, ou se se vão manter? E como pensa resolver? E também agora aqui, também queria perguntar sobre a opção gestionária para as pessoas que têm os salários mais baixos. O resto, foi sempre sendo respondido, mesmo sem eu perguntar. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado, Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, ainda relativamente à questão da atividade económica do concelho. Eu lembro-me que, aqui há uns meses, há umas sessões atrás, o CDS trouxe aqui uma recomendação no sentido de a Câmara elaborar um plano de reconversão de frações comerciais, aquelas que o pudessem ser e as pessoas que o quisessem fazer, para frações para habitação. Isto para responder à necessidade que hoje existe no mercado, sobretudo no mercado de arrendamento. A Câmara, pronto, nada fez. Podia ser a Câmara a liderar esse processo, porque as pessoas individualmente depois têm dificuldade em fazer. E, no fundo, também essa questão do artigo 83º, do RMEU, também vai entroncar um pouco nesta problemática. E aquilo que eu pedia é que, deste Salvaguarda, deste programa de ajuda à economia, que fosse retirada uma verba e que a Câmara que pedisse, (porque provavelmente o senhor Presidente disse que não queria estar a cometer ilegalidades, na aplicação do ponto 4, às frações inseridas em urbanizações) mas se tirasse daí uma verba para pedir pareceres jurídicos que sustentem a legalidade da aplicação deste ponto 4, mesmo a essas frações. Porque se está a ser praticada noutros Municípios, por certo a Guarda não é uma exceção no país para que não possa ser aplicado aí. E que se olhe para isto com seriedade, porque é importante para a economia deste concelho. É importante para aquelas pessoas que tinham ali um complemento de reforma. Eu estou a falar do senhor António, do senhor Manuel, da dona Maria, da dona Aurora, que não se vão meter a alterar um alvará de uma urbanização. Não se vão meter a alterar o uso de uma fração num condomínio onde, muitas vezes, mais de metade dos proprietários não residem na Guarda, muitos deles estão no estrangeiro, são emigrantes. Portanto, são tarefas impossíveis. E acho

que é preciso olhar para isto com algum rigor e no sentido de também poder ajudar estas pessoas a manterem as suas fontes de rendimento. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém? Não? Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Só colocar uma pergunta à senhora Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que foi eleita para a Comissão de Acompanhamento da Candidatura da Capital Europeia da Cultura, se teria alguma informação a dar-nos. Não é só ser proposta e depois não justificar aqui diante da Assembleia. Está bem? Muito obrigado.” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não justificar o vencimento, não é?” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Exatamente, exatamente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Olhe, nem de propósito. Perguntei na segunda-feira. Verdade, senhor Vice-Presidente? Verdade. Perguntei, na segunda-feira, ao senhor Vice-Presidente, como é que estávamos em termos de indicação dos restantes elementos das restantes Assembleias Municipais, porque terá que sair um representante de cada uma das Assembleias Municipais, para podermos depois constituir a Comissão e podermos começar a trabalhar. O senhor Vice-Presidente disse-me que não tinha nenhuma informação sobre isso. Senti-o até um pouco desmoralizado quanto à participação dos restantes Municípios. E eu prontifiquei-me e vou fazer. Irei eu fazer um ofício aos restantes Presidentes das Assembleias Municipais a perguntar se já levaram o assunto à Assembleia. Tanto quanto eu percebi da conversa com o senhor Presidente, e confirme-me se estou enganada, não tem também eco se já levaram às restantes Assembleias... Certo, portanto não sabem se já foi, se não. Pronto. Mas eu prontifiquei-me para fazer então o ofício a perguntar aos colegas Presidentes das Assembleias Municipais se já foi o assunto à Assembleia, se já há alguém designado ou não, para podermos constituir a Comissão e começarmos a trabalhar. Posto isto, se, entretanto, as coisas também não avançarem, eu própria disse ao senhor Vice-Presidente que eu própria, depois da resposta deles, se não houver nada e se estiver tudo em stand by, eu própria começarei a trabalhar. Se não houver mais ninguém que trabalhe, eu própria irei tomando algumas iniciativas. Porque, se perceber que a constituição da Comissão demora e que as coisas não andam, eu própria farei alguma coisa. Muito bem. Senhor Deputado Marco Loureiro. Sim. De toda a maneira, para o almoço já é tarde, para o lanche ainda é cedo, olhe...” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Estava aqui a pensar e, realmente, não queria sair sem fazer esta questão, porque acho que é importante percebermos. Senhor Presidente, reparei, e já fui ver que o site, até para acompanhar algumas das medidas, o site da Câmara Municipal, houve bastantes alterações. Mas há algo que me espanta e que é: há lá hipóteses, da parte que compete à Assembleia, que estava destinado à Assembleia Municipal, ter outra visibilidade? O cidadão comum não sabe, praticamente, conseguir lá ir direto. Não há... há apenas os nomes dos Deputados, que isto para mim não é o mais importante, mas o mais importante não está lá, que é os áudios das anteriores sessões, arquivos. Isso outrora esteve lá, não completo, nunca esteve completo, mas agora não está lá nada, a não ser as fotografias, as nossas, mais o Edital do momento. É uma coisa que se deve, penso eu, resolver

rapidamente, porque já fui a muitos sites das respetivas Câmaras e, então, as Assembleias Municipais, como órgão tão importante que é, senão não estaríamos hoje aqui em plena Pandemia, tem outra visibilidade. Que me desculpem, tem outra visibilidade. E aqui não é preciso placas. Aqui é só cliques. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu agradeço imenso a sua intervenção, Marco, nesse sentido, porque eu própria, embora não tenha ainda, oficialmente, dito nada, nem feito nada, eu própria, em conversa com a Sofia, já tinha manifestado também esse desagrado, digamos assim, e já tinha questionado. Na altura, o que me disseram foi que, como estava a página em remodelação e a informática tem muito que fazer e depois são poucos, e depois... aquelas habituais desculpas, pronto, a questão ficou por ali. Mas reconheço que não é digno que a Assembleia não tenha uma representação realmente condigna com aquilo que o Órgão merece. Mais alguém pretende intervir? Não? Senhor Presidente, se quiser responder.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Deputado Aires Diniz, eu não percebi bem sobre as duas questões que me colocou da Nacional 18. Há problemas na Nacional 18? Sim, mas nós estamos a acompanhar. A Nacional 18 tem tido, quando foi das intempéries, algum problema com quedas de árvores e situações semelhantes, mas resolvemos sempre. Penso que, neste momento, não haverá assim nada estrutural. Se precisa ou não de um novo piso, é uma questão que está em aberto. Mas, nessa matéria, penso que não haverá assim nada a sinalizar. Mas eu vou perceber o que se coloca neste problema. A opção gestionária não foi opção do Município. Nós aprovámos o quadro de pessoal e o orçamento na última Assembleia Municipal. E, nesse sentido, não houve essa opção gestionária. Não houve. Não estou a dizer que não se faça. Mas não houve, portanto, para 2021, vamos trabalhar. Mas houve a da mobilidade, como eu expliquei há pouco. Portanto, é uma solução. Quanto à reconversão das frações, eu compreendo, mas o Município da Guarda, como os outros Municípios, não podem fazer tudo. Eu só recordo aqui um princípio Romano. Quando as pessoas proprietárias não retiram o efeito económico dos bens que são proprietários, os Romanos retiravam esses bens às pessoas. Não estamos há dois mil anos atrás, mas a verdade é que o Instituto Jurídico ainda existe hoje, e a verdade é esta, quem não retira utilidade económica, e sendo ela tão necessária para a qualidade de vida das pessoas, quem não retira, devia ter consequências. Mas, ainda assim, dá-se primazia ao direito de propriedade, e, mesmo que seja para o destruir, não há nenhuma medida que evite isso. Mas têm que ser os próprios, em primeira análise. Estamos a falar de bens de natureza privada, não estamos a falar de bens de natureza pública. E aí, o próprio, num Estado Democrático Capitalista, é assim que as coisas funcionam. Cada um deve zelar pelos seus próprios bens e fazê-los fruir. Quanto à questão do site, desconhecia. E a senhora Presidente da Assembleia acabou por referir que nunca me transmitiu esse aspeto. Mas eu, recentemente, pedi até a colaboração da ADSI. Recentemente, há uma semana, porque foime dado a conhecer que não havia capacidade interna e pedi a colaboração da ADSI para valorizar e para aquilo que é de direito no site do Município da Guarda, que integra dois órgãos importantes, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, tenham a dignidade que merece. E não poderia ser de outra forma. Nem eu seria Presidente de um Município onde, de facto, um órgão pudesse ser intencionalmente prejudicado, como o Deputado Marco Loureiro aqui evidenciou. Mas com certeza que temos nota disso. Estamos a solicitar uma

